

Demonstrações Contábeis Intermediárias Consolidadas em IFRS

30 de junho de 2026



ri.bv.com.br



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS EM IFRS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS EM IFRS	19

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS EM IFRS

BALANÇO PATRIMONIAL	27
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	28
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	29
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	31
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	32

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS EM IFRS

1. CONTEXTO OPERACIONAL	33
2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	33
3. CONSOLIDAÇÃO	33
4. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES	35
5. POLÍTICAS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS MATERIAIS	35
6. AQUISIÇÕES, ALIENAÇÕES E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	39
7. SEGMENTOS OPERACIONAIS	40
8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	42
9. APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS	42
10. DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	43
11. ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE REVENDA	43
12. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	44
13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	51
14. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTRAS OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	57
15. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA	65
16. PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	65
17. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	65
18. OUTROS ATIVOS	66
19. ATIVOS IMOBILIZADOS	66
20. ATIVOS INTANGÍVEIS E ÁGIO	66
21. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	67
22. PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO	67
23. OUTROS PASSIVOS	70
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	70
25. TRIBUTOS	73
26. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	76
27. RECEITAS DE JUROS	79
28. DESPESAS DE JUROS	79
29. RESULTADO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	79
30. OUTROS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES	80
31. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	80
32. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	82
33. PARTES RELACIONADAS	82
34. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	83
35. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	84
36. MEIO AMBIENTE, SOCIAL E GOVERNANÇA - PRÁTICAS ESG	101
37. OUTRAS INFORMAÇÕES	103
38. EVENTOS SUBSEQUENTES	104



Relatório da Administração

30 de Junho de 2026



Índice

01.	Evolução da Estratégia	Pág. 04
02.	Agradecimentos	Pág. 15



Relatório da Administração

30 de Junho de 2026

Relatório da Administração 1S26

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco Votorantim S.A. (banco BV ou Banco) relativas ao período findo em 30 de Junho de 2026, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos respectivos órgãos antecessores.



Evolução da Estratégia



Pilares Estratégicos

Viabilizar sonhos e projetos dos nossos clientes por meio da democratização do crédito, transformando cada operação em relacionamento

Sustentar e fortalecer o **core business**

Principais Produtos

Direcionadores Estratégicos

- Garantir geração de Resultados Recorrentes
- Assegurar relevância e competitividade
- Gerir riscos com disciplina e tempestividade
- Manter eficiência operacional e robustez do modelo

- Financiamento de Veículos Leves Usados
- Atacado
- Atividades com o Mercado

Diversificar receitas alavancando nossos principais *capabilities*

Direcionadores Estratégicos

- Alavancar expertise de Veículos Leves Usados em outros produtos
- Expandir portfólio com foco em produtos colateralizados
- Manter crescimento sustentável e geração contínua de valor no longo prazo

- Financiamento de Painéis Solares
- Financiamento de Motos, Veículos Pesados Usados e Veículos Leves Novos
- Corretora de Seguros
- Na Pista (marketplace automotivo)

Fortalecer a abordagem **Relacional** com nossos clientes pessoas físicas

Direcionadores Estratégicos

- Aprimorar a experiência do cliente por meio de maior personalização
- Oferecer soluções financeiras integradas
- Consolidar o app BV como hub de serviços
- Fortalecer a fidelização e ampliar o engajamento dos clientes

- Conta Digital
- Empréstimo com Garantia Veicular
- Empréstimo consignado CLT BV
- Cartão de crédito
- Empréstimo pessoal

Pilares Estratégicos

Principais habilitadores da estratégia BV
Inovação / Dados / Tecnologia e IA / Pessoas & Cultura / ESG / Riscos



Sustentar e Fortalecer o *Core Business*

Liderança no Financiamento de Veículos Leves Usados

Com mais de três décadas de atuação, o banco BV é líder no financiamento de veículos leves usados. A posição é sustentada por uma rede nacional de cerca de 26 mil lojistas e concessionárias parceiras, que garante escala e proximidade com o mercado.

A operação conta com uma plataforma digital eficiente, em que ~97% das análises de crédito são automatizadas e concluídas em segundos. O processo de contratação é 100% digital, da simulação à assinatura, reforçando a estratégia de eficiência e conveniência do banco.

Ao final do 1S26, o BV manteve a liderança pelo 13º ano consecutivo, refletindo a solidez do seu modelo de negócios e atingindo uma carteira de crédito de R\$ 49,1 bi, crescendo 9,4% na comparação com o mesmo período de 2025.

NaPista: escalabilidade e forte crescimento de leads no 1S26

O NaPista, nosso marketplace automotivo, seguiu em crescimento consistente no 1S26, entre os principais players do Brasil. A plataforma combina navegação intuitiva e tecnologia proprietária de busca, conectando compradores e vendedores de forma mais eficiente.

Ao final do período, a base de veículos anunciados atingiu 294 mil anúncios, impulsionada pelo maior engajamento dos lojistas — o que confirma a escalabilidade do modelo. O volume de leads (contatos qualificados gerados para os lojistas) cresceu 38,7% sobre o 1S25, refletindo a maior maturidade da plataforma, o fortalecimento da marca e a tecnologia de busca.

Financiamento de Veículos Leves Usados

13 anos
na Liderança

Carteira de Crédito

R\$ 49,1 bi

▲ 9,4% vs 1S25

+26 mil
Lojistas Parceiros

97% das Análises de Crédito
Automatizadas

Na PISTA
uma empresa banco BV

+300 mil
anúncios

▲ **38,7%** Leads Digitais
1S26 vs 1S25



Diversificar Receitas

Liderança no Financiamento de Veículos Pesados

O BV segue ampliando sua atuação em veículos pesados, replicando as competências que consolidaram sua liderança em leves usados: capilaridade, eficiência operacional e disciplina de risco. A carteira cresceu 52,2% em doze meses, alcançando R\$ 4,0 bilhões.

Liderança no Empréstimo com Garantia de Veículo (EGV)

O EGV é um produto estrutural do varejo do BV. Por ser colateralizado, oferece condições mais competitivas e menor risco, ampliando o acesso ao crédito — especialmente para a classe média, historicamente exposta a linhas de maior custo.

Líder nesse mercado, o BV encerrou o semestre com carteira de EGV de R\$ 5,9 bilhões, alta de 31,8% (1S26 vs 1S25). A originação digital acelerou e passou a representar 25,0% da produção total, ante 10,1% no 1S25.

Banco referência em Painéis Solares pela 10ª vez consecutiva

A produção de financiamentos de painéis solares cresceu 21,6% no semestre, impulsionada pela jornada digital, pela maior eficiência da plataforma e pela integração do Meu Financiamento Solar — mesmo com queda no ticket médio das placas.

O BV reforçou sua liderança no mercado e foi novamente reconhecido pela pesquisa Greener, que, pela 10ª vez consecutiva, o apontou como banco referência em financiamentos solares no Brasil e o mais utilizado pelos integradores do setor. A carteira de crédito encerrou o período em R\$ 3,5 bi, queda de

10,6% na comparação com 2025.

Liderança

✓ Financiamento de Veículos Pesados Usados

Carteira de Crédito

R\$ 4,0 bi

▲ 52,2% vs 1S25

✓ Empréstimo com Garantia de Veículo

Carteira de Crédito

R\$ 5,9 bi

▲ 31,8% vs 1S25

Financiamento de Painéis Solares

10ª vez

Banco referência pela **Greener**

Fortalecer o Banco Relacional

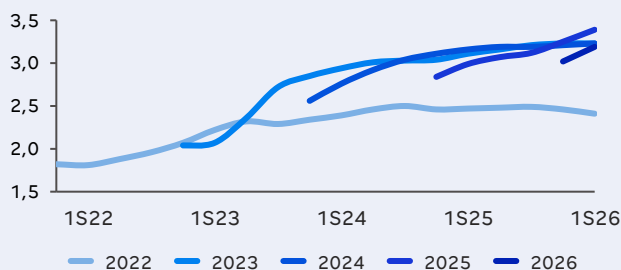
Nossa plataforma digital segue em evolução, reforçando o posicionamento do BV como uma instituição que combina conveniência, responsabilidade e soluções alinhadas às necessidades dos clientes. No 1S26, a base de clientes atingiu 4,4 milhões, enquanto o MAT 30³ da conta cresceu 24% na comparação anual e o NPS relacional avançou 6 pontos no mesmo período, refletindo o contínuo aprimoramento da experiência e do engajamento dos clientes.

A originação digital totalizou R\$ 2,4 bilhões no semestre (+44% vs. 1S25), o equivalente a 13,7% da originação total do varejo. As captações via banco digital cresceram 108% *versus* 1S25, impulsionadas pela maior recorrência de uso e pela ampliação do portfólio, ao passo que o TPV¹ avançou 37,2% na mesma comparação. Esse desempenho contribuiu para o fortalecimento do relacionamento com os clientes, traduzindo-se em níveis mais elevados de engajamento, *cross-sell* e eficiência.

O *cross-sell index* das safras do 2T26 alcançou o maior patamar histórico, com média superior a três produtos por cliente, elevando o ARPAC para R\$ 290 (+9,2% vs. 1S25). O maior engajamento também favoreceu ganhos de eficiência, com redução do CTS (Cost to Serve) mensal para R\$ 5,7 por cliente/mês, ante R\$ 7,1 no 1S25.

Cross-Sell Index

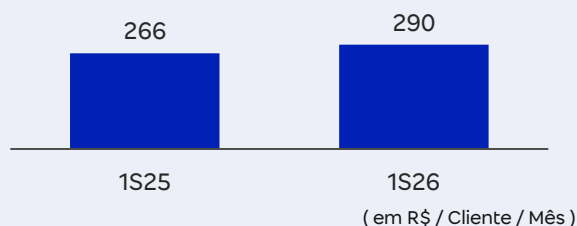
3,2 vs 3,0 no 1S25



ARPAC²

R\$ 290

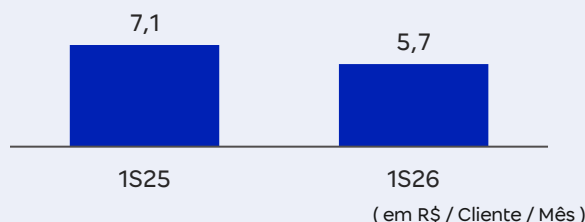
▲ 9,2% vs 1S25



Cost to Serve (CTS)

R\$ 5,7

▼ 18,7% vs 1S25



1. Volume total de pagamentos. Somente cash out; 2. ARPAC = Receita média por cliente ativo. Cliente ativo = clientes que geraram receita nos últimos 90 dias. O indicador foi recalculado para os períodos anteriores; 3. Monthly Active Transactor (Clientes ativos na



Habilitadores da Estratégia

Inovação, dados e Tecnologia

Pessoas, Cultura e ESG

Gestão Integrada de Riscos

No 1º semestre de 2026, o BV avançou no uso da Inteligência Artificial (IA) em suas operações, processos e no atendimento a clientes, tornando essa tecnologia uma capacidade estratégica para gerar valor. Ao fim do período, o banco já tinha 113 iniciativas de IA em execução e 67 agentes e assistentes em produção em diversas áreas.

Com o programa Impulsiona IA, o BV ampliou a disseminação de competências e acelerou a adoção prática da tecnologia, criando um modelo em que colaboradores e agentes inteligentes atuam juntos, com mais produtividade, qualidade e agilidade.

Na tecnologia (SDLC — *Software Development Life Cycle*) com 40% da jornada de desenvolvimento já agentificada, o banco reduziu em 10% o Lead Time Customer, ganhando eficiência e capacidade de entrega. Nas áreas corporativas, os agentes inteligentes apoiaram a automação de processos — em Compras, a IA trouxe redução de 25% no lead time de contratação e R\$ 6,5 milhões em savings vs 1S25.

No relacionamento com clientes, a estratégia Cobrança 5.0 alcançou 85% de cobertura das cobranças em até 15 dias, e o uso de IA no WhatsApp reduziu em 50% as rechamadas ao atendimento humano em até 24 horas, melhorando a resolutividade e a experiência do cliente.

Esses avanços reforçam a IA como um importante vetor de eficiência, inovação e geração de valor no BV, com foco no uso responsável da tecnologia e na melhoria contínua da experiência de colaboradores e clientes.

Impulsiona IA

SDLC

40 %

da jornada de desenvolvimento agentificada
▼ 10% Lead Time Customer

Funções Corporativas

▼ 25 %

no lead time de contratação

Relacionamento com Clientes

85 %

da cobrança até 15 dias feita com IA

113

Iniciativas de IA em Execução

67

Agentes e Assistentes em Produção



Habilitadores da Estratégia

Inovação, dados e Tecnologia

Pessoas, Cultura e ESG

Gestão Integrada de Riscos

No 1S26, avançamos em uma importante evolução cultural para fortalecer a capacidade do BV de responder, com agilidade e inovação, às transformações do mercado e às novas expectativas dos clientes. O #RitmoBV nasce como um habilitador estratégico dessa evolução, conectando pessoas, tecnologia e Inteligência Artificial (IA) para acelerar a geração de valor, ampliar a eficiência operacional e sustentar o crescimento do negócio. Esse movimento consolida nosso novo propósito: viabilizar os sonhos e projetos dos nossos clientes, transformando crédito em relacionamento, e estabelece princípios que orientam a forma como trabalhamos e tomamos decisões todos os dias: No Tempo do Cliente, Alta Performance é um Hábito, Experimentar e Aprender Jogando e Viabilizar Soluções e Gerenciar Riscos.

A evolução da nossa cultura e a transformação tecnológica caminham de forma integrada na estratégia de Pessoas. Fortalecemos competências alinhadas aos princípios do #RitmoBV e às novas demandas do mercado, preparando nossos times para atuar com maior protagonismo, agilidade e foco em resultados.

Seguimos nosso compromisso com um ambiente inclusivo e inspirador que é reafirmado por reconhecimentos como GPTW e Glassdoor, refletindo o engajamento, a satisfação e o orgulho de pertencimento do nosso time.

RitmoBV

No Tempo do Cliente

Alta Performance é um Hábito

Experimentar e Aprender Jogando

Viabilizar Soluções e Gerenciar Riscos

Conquistamos, novamente, a certificação
Great Place to Work!

GPTW

refletindo o engajamento, a satisfação e o orgulho de pertencimento do nosso time



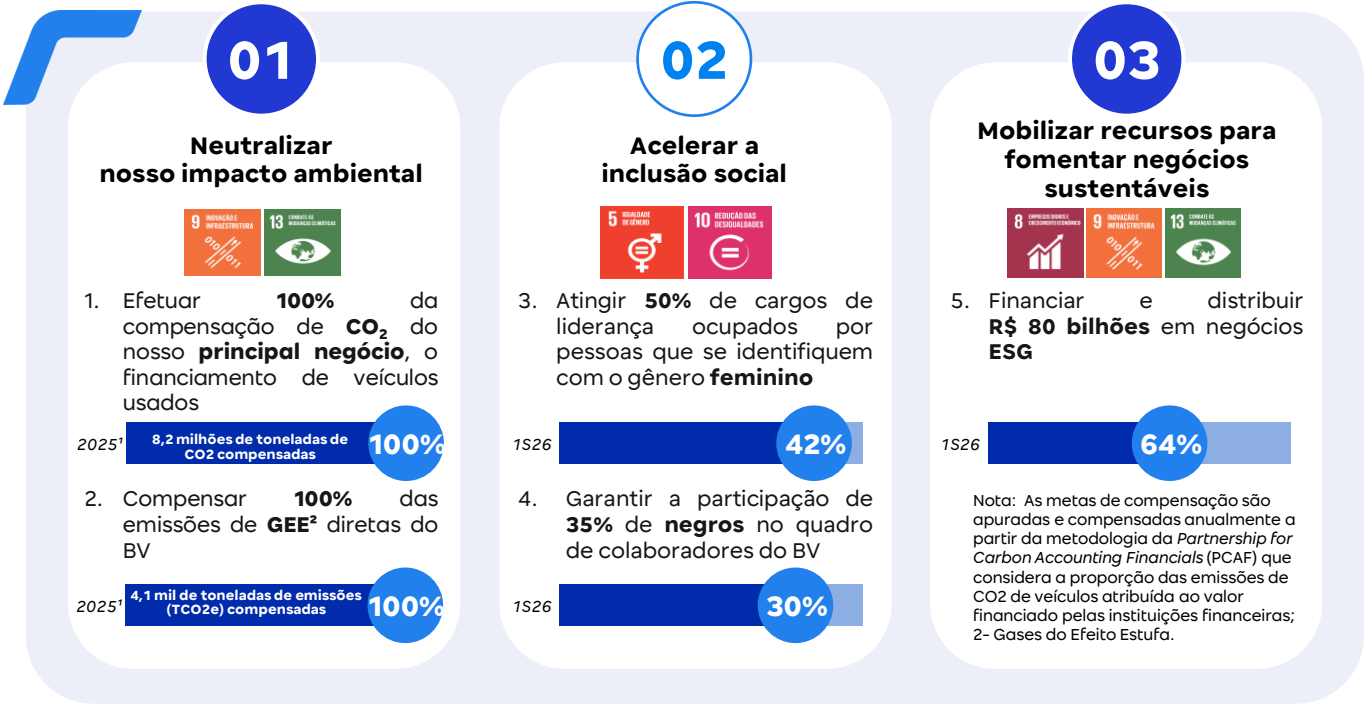
Habilitadores da Estratégia

Inovação, dados e Tecnologia

Pessoas, Cultura e ESG

Gestão Integrada de Riscos

O BV tem como aspiração ESG promover o desenvolvimento social por meio de uma atuação sustentável em seu ecossistema. Para garantir que as decisões de negócios estejam alinhadas à agenda ESG, o banco firmou compromissos públicos no "Pacto por um Futuro mais Leve", com cinco metas a serem alcançadas até 2030, em conformidade com alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU apresentadas abaixo:



02

Acelerar a
inclusão social

5

ODS 5: Gênero

10

ODS 10: REDUÇÃO DAS DESIGNADEZES

3. Atingir 50% de cargos de liderança ocupados por pessoas que se identifiquem com o gênero feminino

1S26 42%

4. Garantir a participação de 35% de negros no quadro de colaboradores do BV

1S26 30%

03

Mobilizar recursos para
fomentar negócios
sustentáveis

8

ODS 8: EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

9

ODS 9: INDÚSTRIA, INFRACONSTRUÇÃO E ENERGIA

13

ODS 13: AQUECIMENTO GLOBAIS E OCEANOS

5. Financiar e distribuir R\$ 80 bilhões em negócios ESG

1S26 64%

Nota: As metas de compensação são apuradas e compensadas anualmente a partir da metodologia da Partnership for Carbon Accounting Financials (PCAF) que considera a proporção das emissões de CO₂ de veículos atribuída ao valor financiado pelas instituições financeiras; 2- Gases do Efeito Estufa.

A seguir, compartilhamos também outros destaques do 1S26:

- Mercado de Capitais ESG: 81% do volume total distribuído no semestre, reforçando nossa liderança em soluções sustentáveis.
- Apostas esportivas (BETs): ações de conscientização com Compliance, RH e FEBRABAN, promovendo educação financeira e comportamento responsável.
- 13ª Semana Nacional de Educação Financeira: conteúdos e orientações a colaboradores, clientes e sociedade.
- Finance for the Future: Rising Star pelo 2º ano consecutivo, consolidando o BV como referência em sustentabilidade.
- Financiamento climático: grupo de trabalho com AYA Hub e La Clima para a transição a uma economia de baixo carbono.



Habilitadores da Estratégia

Inovação, dados e Tecnologia

Pessoas, Cultura Marketing e ESG

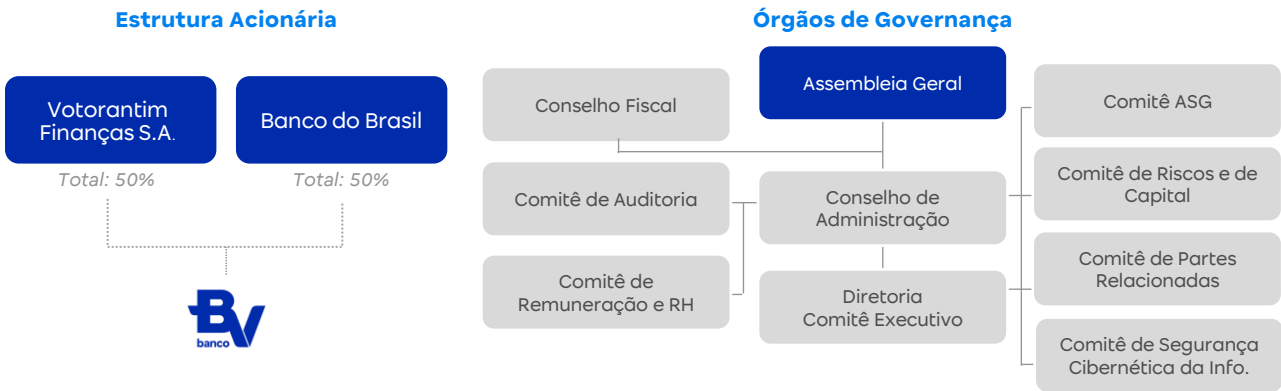
Gestão Integrada de Riscos

O banco BV tem uma estrutura organizacional que observa a legislação e regulamentação em vigor no Brasil e está alinhada às melhores práticas de governança corporativa do mercado, mantendo seu compromisso com os princípios de transparência, equidade, prestação de contas e de responsabilidade corporativa, bem como adota padrões de boas práticas em linha com as Leis Anticorrupção e de responsabilidade social, ambiental e climática.

O controle do banco BV é compartilhado entre os acionistas Votorantim Finanças S.A., holding financeira do Grupo Votorantim e Banco do Brasil S.A., uma das maiores instituições financeiras do país, os quais possuem participação paritária no Conselho de Administração (CA) e em seus órgãos de assessoramento, bem como no Conselho Fiscal (CFIS). Além destes órgãos, fazem parte também da governança corporativa do banco a Assembleia Geral de Acionistas, a Diretoria e o Comitê Executivo.

O Conselho de Administração é composto por 07 (sete) membros, sendo 03 (três) membros indicados por cada um dos acionistas controladores e 01 (um) membro independente. As decisões do Conselho de Administração são tomadas por maioria absoluta, inexistindo voto de qualidade.

Abaixo, a estrutura acionária e os órgãos de Governança do BV:



O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração vigorará até a posse dos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária de 2027.



Habilitadores da Estratégia

Inovação, dados
e Tecnologia

Pessoas, Cultura
Marketing e ESG

Gestão Integrada
de Riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

O banco BV possui matriz de riscos materiais, revisada periodicamente pelo Conselho de Administração. Cada risco listado é avaliado para determinar o tratamento mais adequado (gestão, hedge, seguro ou capitalização), visando o melhor monitoramento e controle. Os riscos considerados como materiais na data-base de referência são:

- Risco de crédito;
- Risco de securitização;
- Risco de crédito da contraparte;
- Risco de concentração de crédito;
- Risco de mercado e IRRBB;
- Risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB);
- Risco de liquidez;
- Risco operacional;

- Risco de reputação;
- Risco de estratégia;
- Risco social, ambiental e climático;
- Risco de modelos;
- Risco de conformidade;
- Risco de underwriting;
- Risco de collateral;
- Risco de tecnologia;
- Risco de segurança cibernética; e
- Risco de contágio.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio da estrutura de limites de risco, aprovada na respectiva governança e são incorporados às atividades diárias do conglomerado. O envolvimento da Alta Administração ocorre por meio do acompanhamento e da execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

- O Comitê de Controles e Riscos e o Comitê de ALM e Tributos são os fóruns internos de gerenciamento de riscos e capital da Administração. Adicionalmente, o Comitê Executivo (ComEx) tem por atribuição o acompanhamento geral de tais temas; e



Habilitadores da Estratégia

Inovação, dados
e Tecnologia

Pessoas, Cultura
Marketing e ESG

Gestão Integrada
de Riscos

- O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) tem por função assessorar o Conselho de Administração na elaboração da estratégia de alocação de capital do conglomerado, na observação da aplicação da declaração de Apetite por Riscos (RAS) e no monitoramento de riscos e capital, além de coordenar suas atividades com o Comitê de Auditoria (COAUD), a fim de facilitar a troca de informações, os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e de capital e garantir o efetivo tratamento dos riscos a que o conglomerado está exposto.

A RAS aprovada pelo Conselho de Administração, orienta o planejamento estratégico e o orçamento. Seu monitoramento é realizado mensalmente por meio de dashboard com indicadores e limites, além de ações e monitoramentos específicos.

O conglomerado dispõe de estruturas e políticas gerais e específicas para o gerenciamento de risco e capital, aprovadas pelo Conselho de Administração e os princípios básicos observados na gestão e controle dos riscos e do capital foram estabelecidos em conformidade com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

Adicionalmente, ressalta-se que é realizado processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP) abrangendo o plano de capital, teste de estresse, plano de contingência de capital e gestão e avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que o Banco está exposto, entre outros temas.

Informações detalhadas sobre o processo de gerenciamento de riscos e capital podem ser observados no documento “Relatório de gestão de riscos e capital”, elaborado com base no atendimento da Resolução BCB nº 54/2020, disponível no website de Relações com Investidores em <https://ri.bv.com.br/>.



Agradecimentos Finais

Agradecemos aos clientes, parceiros, investidores e acionistas pela confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

Conselho de Administração

Membro	Cargo
Felipe Prince	Presidente
Mauro Ribeiro Neto	Vice-Presidente
João Schmidt	Membro
Francisco Lassalvia	Membro
Jairo Sampaio Saddi	Membro
Tarciana Medeiros	Membro
Odilon Almeida	Membro Independente

Diretoria

Membro	Cargo
Gustavo de Sousa	Diretor Presidente
Alberto Campos	Diretor Executivo
Ana Paula Tarcia	Diretora Executiva
Carlos Bonetti	Diretor Executivo
Jamil Ganan	Diretor Executivo
Marcella Coimbra	Diretora Executiva
Rogério Monori	Diretor Executivo
Ronaldo Helpe	Diretor Executivo
Alexandre Zimath	Diretor
Henrique Franco	Diretor
Henrique Seije	Diretor
Marcos Poladian	Diretor
Marcos Garcia	Diretor
Walter Batlouni	Diretor
Elaine Watanabe ¹	Diretor

Comitê de Auditoria

Membro	Cargo
Rudnei dos Santos	Coordenador
Federico Servideo	Membro
Rodrigo Nogueira	Membro

Conselho Fiscal

Membro	Cargo
Adjarbas Guerra	Presidente
Sérgio Nazaré	Membro
Valter Correa	Membro

Contador

Nome	CRC
Rodrigo Morais	SP: 1SP220814/o-6

1 - Diretores de sociedades controladas pelo banco BV.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Votorantim S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas do Banco Votorantim S.A. e suas controladas ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e semestre findos nessa data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Votorantim S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2026, o desempenho consolidado de suas operações para o trimestre e semestre findos nessa data e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

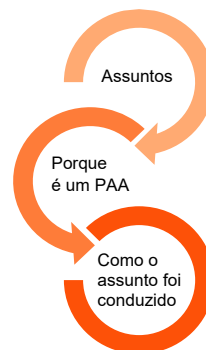
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Banco Votorantim S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração de instrumentos financeiros e provisão para perda esperada em conformidade com o IFRS 9 - Financial Instruments, (Notas 5 (d), (e), (f), 12, 13, 14 (g)) Os instrumentos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado incluem determinadas operações com pouca liquidez e sem mercado ativo, substancialmente compostos por aplicações em títulos emitidos por empresas e para contratos de derivativos. A mensuração do valor justo desses instrumentos e sujeita a subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação baseadas em modelos internos e que envolvem premissas da administração para sua valorização. A mensuração do valor da provisão para perda esperada e uma área de foco em nossa auditoria uma vez que envolve julgamento da administração na determinação da provisão necessária mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo informações prospectivas e critérios para determinar aumentos ou reduções significativos de risco de crédito. Considerando a relevância e o elevado grau de julgamento na mensuração dessas operações conforme o exposto acima, mantivemos esta como área de foco em nossa auditoria.	Atualizamos o entendimento do processo de mensuração da provisão para perda esperada e dos instrumentos financeiros em conformidade com o IFRS 9. Em relação a mensuração dos instrumentos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado que incluem determinadas operações com pouca liquidez e sem mercado ativo, além de instrumentos derivativos, destacamos a aplicação dos seguintes procedimentos de auditoria: (i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requerimentos do IFRS 9; (ii) com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, obtivemos o entendimento sobre a metodologia de valorização desses instrumentos financeiros e as premissas mais significativas adotadas pela administração, bem como a realização de comparação com metodologias e premissas de mercado. Efetuamos recálculos independentes, em base amostral, da valorização de determinadas operações. Em relação a metodologia de <i>impairment</i>, aplicamos determinados procedimentos de auditoria, substancialmente relacionados a: (i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requisitos do IFRS 9; (ii)



Banco Votorantim S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e de validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas e de recuperação. Adicionalmente, realizamos testes, em base amostral, sobre as garantias, projeções de fluxos de caixa, renegociações de crédito, avaliação de risco da contraparte realizada pela Administração, atrasos e outros aspectos que possam resultar em aumento ou redução significativa de risco de crédito, bem como a alocação das operações nos seus respectivos estágios, conforme requisitos do IFRS 9; (iii) teste de aderência de novas operações para as modelos e, quando disponíveis, comparação dos dados e premissas utilizadas com dados de mercado; e (iv) análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações contábeis. Consideramos que as critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e na mensuração dos instrumentos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado que incluem determinadas operações com pouca liquidez e sem mercado ativo são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ativos fiscais diferidos - créditos tributários (Notas 5 (i) e 25 (a.2))

Os ativos fiscais diferidos, compostos pelo crédito tributário, tem como base as diferenças temporárias, prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social e seu registro nas demonstrações contábeis está suportado pelo estudo de realização de lucros tributários futuros.

O referido estudo tem por base projeções advindas do planejamento estratégico, que considera premissas de planos de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico, desempenho histórico, dentre outros, que são aprovados pelos órgãos de governança competentes.

Atualizamos o entendimento dos processos estabelecidos pela administração para a determinação das premissas utilizadas na elaboração do estudo de realização do crédito tributário, bem como seu registro e divulgações nas demonstrações contábeis.

Comparamos as premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados futuros com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, com os dados dos orçamentos aprovados pelos órgãos de governança competentes.

Com o auxílio de nossos especialistas na área



Banco Votorantim S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
A projeção dos lucros tributários futuros contém diversas premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela administração. Dessa forma, consideramos essa área como foco de nossa auditoria, pois os valores envolvidos são relevantes e a utilização de diferentes premissas na projeção dos lucros tributários, poderia modificar significativamente os valores e os prazos previstos para realização dos créditos tributários.	tributária, realizamos testes sobre a natureza e os montantes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, passíveis de serem deduzidos das bases de tributos futuros. As premissas adotadas pela administração na apuração e registro dos créditos tributários são consistentemente aplicadas e estão alinhadas com as informações aprovadas pelos órgãos de governança competentes.
Ambiente de tecnologia da informação (Nota 34 (d))	
O Banco tem um ambiente de negócios altamente dependente de tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado volume. A tecnologia da informação representa aspecto fundamental na evolução dos negócios do Banco.	Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, efetuamos a avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.
Os riscos que envolvem a tecnologia da informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, podem eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, incluindo aquelas utilizadas na preparação das demonstrações contábeis, bem como ocasionar riscos relacionados a segurança da informação. Desta forma, esta foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes sobre os principais controles, bem como a execução de testes relacionados com a segurança da informação, incluindo gestão de acesso, segregação de função e monitoramento da capacidade de operação da infraestrutura de tecnologia. Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

A Demonstração Consolidada do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros



Banco Votorantim S.A.

contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração consolidada do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido do BRGAAP (BACEN) para o IFRS (Nota 24 (g))

A reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido das demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting ("Reconciliação BRGAAP (BACEN) e IFRS"), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, conforme descrito na Nota 24 (g), em atendimento às normas do BACEN, e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas do Banco com o objetivo de expressarmos opinião se ela está conciliada com as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável. Em nossa opinião, essa Reconciliação BRGAAP (BACEN) e IFRS foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas do BACEN e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Banco Votorantim S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o



Banco Votorantim S.A.

objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Banco Votorantim S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de agosto de 2026

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'PricewaterhouseCoopers', is written over a light blue rectangular background.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
A small, handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Paulo Rodrigo Pecht', is written over a light blue rectangular background.
Signed By: PAULO RODRIGO PECHT 25186902024
CPF: 25186902024
Signed Time: 10 de agosto de 2026 13:45 BRT
O: CBR-RIO de J. J. Secretária da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Email: AC_SERASA_RFB_V3

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7



BALANÇO PATRIMONIAL

em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30.06.2026	31.12.2025
ATIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.465.350	742.154
Ativos financeiros		138.393.016	124.513.300
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		27.383.090	20.726.371
Títulos e valores mobiliários	12a	19.077.180	17.185.513
Derivativos	13a	8.305.910	3.540.848
Outros ativos financeiros	17	-	10
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		6.151.584	11.414.883
Títulos e valores mobiliários	12a	6.151.584	11.414.883
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		104.858.342	92.372.046
Depósitos no Banco Central do Brasil	10	2.818.814	2.743.828
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9	795.659	346.028
Títulos e valores mobiliários	12a	17.579.124	13.451.279
Operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito	14a	72.317.497	70.056.021
Ativos financeiros com acordo de revenda	11	11.026.845	5.312.740
Outros ativos financeiros	17	320.403	462.150
Ativos não financeiros mantidos para venda	15	238.576	213.331
Ativos fiscais	25a	10.907.760	10.573.545
Participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	16a	2.382	54.133
Ativos imobilizados	19	116.511	120.230
Ativos intangíveis e ágio	20	1.865.236	1.796.987
Outros ativos	18	1.319.186	825.812
TOTAL DO ATIVO		154.308.017	138.839.492
PASSIVO		141.103.648	125.772.951
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		13.168.810	5.435.003
Derivativos	13a	9.282.402	4.039.547
Outros passivos financeiros	21	3.886.408	1.395.456
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		124.962.174	117.055.281
Passivos financeiros com acordo de recompra	22a	18.460.894	19.001.163
Depósitos	22b	27.444.003	26.392.549
Obrigações por empréstimos e por repasses	22c	6.816.444	4.403.665
Títulos emitidos	22d	56.643.805	51.940.893
Passivos subordinados	22e	4.205.380	4.149.996
Passivos financeiros associados a ativos financeiros transferidos	14h.1	7.836.021	7.371.597
Outros passivos financeiros	22f	3.555.627	3.795.418
Provisão para perda esperada		252.146	390.597
Provisões para contingências	26a.1	494.246	508.704
Passivos fiscais	25b	414.769	534.903
Outros passivos	23	1.811.503	1.848.463
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.204.369	13.066.541
Capital Social	24a	8.480.372	8.480.372
Reservas	24b	4.459.155	4.661.082
Outros resultados abrangentes		(36.103)	(74.913)
Lucros acumulados		300.945	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		154.308.017	138.839.492

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º Trimestre/ 2026	2º Trimestre/ 2025	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Receita de juros e similares	27	6.710.284	5.451.801	12.832.174	10.683.595
Despesas de juros e similares	28	(4.099.372)	(3.087.570)	(7.480.899)	(5.510.648)
Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	29	49.479	263.206	(87.700)	287.621
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	13g	(964.158)	(696.490)	(1.685.307)	(1.602.082)
Resultado bruto da margem financeira antes das perdas ao valor recuperável (líquidas)		1.696.233	1.930.947	3.578.268	3.858.486
Resultado de provisão para perdas		(676.139)	(699.043)	(1.645.010)	(1.716.834)
(Constituição) / reversão de provisão para perdas associadas à carteira de crédito	14c	(604.464)	(637.601)	(1.646.612)	(1.693.946)
Outras (constituições) / reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	14c	929	(41.770)	138.459	(37.571)
(Constituição) / reversão de provisão para perdas de títulos e valores mobiliários		(72.604)	(19.672)	(136.857)	14.683
Outros resultados das operações		646.216	497.435	1.391.859	1.112.327
Receitas de prestação de serviços	30a	376.858	340.825	811.191	731.541
Rendas de tarifas bancárias	30b	269.523	215.491	573.691	442.332
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	16a	(165)	(58.881)	6.977	(61.546)
Despesas tributárias	25c	(63.425)	(186.581)	(164.466)	(385.517)
Resultado líquido das operações		1.602.885	1.542.758	3.160.651	2.868.462
Outros resultados operacionais		(1.246.366)	(1.193.354)	(2.427.709)	(2.348.759)
Despesas de pessoal	31a	(540.350)	(491.972)	(1.059.849)	(980.085)
Outras despesas administrativas	31b	(478.668)	(350.026)	(910.424)	(921.633)
(Constituição) / reversão de provisão para passivos contingentes	26a.4	22.966	9.260	14.460	24.932
Outras receitas operacionais	31c	120.424	54.588	213.718	139.586
Outras despesas operacionais	31d	(370.738)	(415.204)	(685.614)	(611.559)
Resultado operacional		356.519	349.404	732.942	519.703
Outras receitas e despesas	32	26.844	(1.030)	32.653	(91.789)
Resultado antes dos tributos e participações		383.363	348.374	765.595	427.914
Impostos correntes	25d.1	(56.779)	(239.049)	(142.144)	(350.670)
Impostos diferidos	25d.1	121.572	204.081	209.567	349.340
Lucro Líquido		448.156	313.406	833.018	426.584
Resultado por ação	24d				
Lucro básico e diluído por ação - R\$					
Ordinárias		0,13	0,09	0,25	0,13
Preferenciais		0,13	0,09	0,25	0,13
Quantidade média ponderada de ações - Banco Votorantim S.A.					
Ordinárias		2.193.305.693	2.193.305.693	2.193.305.693	2.193.305.693
Preferenciais		1.201.904.359	1.201.904.359	1.201.904.359	1.201.904.359

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2º Trimestre/ 2026	2º Trimestre/ 2025	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Lucro Líquido do período	448.156	313.406	833.018	426.584
Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente para o resultado:				
Variação no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(62.889)	137.909	(27.630)	218.929
Ajuste ao valor justo contra o Patrimônio Líquido	(92.894)	251.693	(52.063)	403.277
Ajuste ao valor justo transferido para o resultado	(20.969)	-	2.309	1.397
Efeito fiscal	50.974	(113.784)	22.124	(185.745)
Hedge de fluxo de caixa	20.758	(35.440)	66.134	(68.526)
Ajuste ao valor justo contra o Patrimônio Líquido	37.827	(64.942)	120.347	(125.198)
Ajuste ao valor justo transferido para o resultado	(102)	506	(104)	605
Efeito fiscal	(16.967)	28.996	(54.109)	56.067
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado				
Outros	(224)	2.722	306	1.329
Ajuste ao valor justo contra o Patrimônio Líquido	(407)	4.949	557	2.416
Efeito fiscal	183	(2.227)	(251)	(1.087)
Total de outros resultados abrangentes no período	(42.355)	105.191	38.810	151.732
Resultado abrangente	405.801	418.597	871.828	578.316

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		8.480.372	372.120	5.066.433	(248.294)	(796.075)	12.874.556
Outros resultados abrangentes do período		-	-	-	151.732	-	151.732
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	426.584	426.584
Destinação de Reserva	24c			47.314		(47.314)	-
Juros sobre capital próprio	24c	-	-	-	-	(265.000)	(265.000)
Dividendos	24c	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
Saldos em 30 de junho de 2025		8.480.372	372.120	5.113.747	(96.562)	(781.805)	13.087.872
Mutações do período		-	-	47.314	151.732	14.270	213.316
Saldos em 31 de dezembro de 2025		8.480.372	372.120	4.288.962	(74.913)	-	13.066.541
Outros resultados abrangentes do período		-	-	-	38.810	-	38.810
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	833.018	833.018
Destinação de Reserva		-	-	48.073	-	(48.073)	-
Juros sobre capital próprio	24c	-	-	-	-	(484.000)	(484.000)
Dividendos ⁽¹⁾	24c	-	-	(250.000)	-	-	(250.000)
Saldos em 30.06.2026		8.480.372	372.120	4.087.035	(36.103)	300.945	13.204.369
Mutações do período		-	-	(201.927)	38.810	300.945	137.828

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

⁽¹⁾ Dividendos computados com base nas reservas de lucros.

O Resultado por ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais			
Resultado antes de impostos e contribuições sobre o lucro		765.595	427.914
Ajustes ao lucro antes dos impostos e contribuições sobre o lucro		2.213.913	2.763.480
Provisão para perdas associadas à carteira de crédito	14c	1.782.234	2.127.424
Constituição / (reversão) de provisão para perdas de títulos e valores mobiliários		136.857	(14.683)
Outras constituições / (reversões) de provisões associadas ao risco de crédito	14c	(138.459)	37.571
Depreciações e amortizações	31b	255.003	220.148
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	16a	(6.977)	61.546
Constituição / (reversão) de despesas com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	26a.4	(14.460)	(24.932)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		22.284	16.024
Juros apropriados e não pagos de passivos subordinados	37c	307.088	297.781
Juros apropriados e não recebidos de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		(67.581)	(146.219)
(Receitas) de atualização de depósitos em garantia	31c	(11.204)	(10.385)
Baixa de ativos intangíveis	32	2.157	46.630
Outros resultados operacionais		(53.029)	152.575
Variações patrimoniais		(698.073)	3.215.845
(Aumento) / redução em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (TVM e instrumentos financeiros derivativos)		(5.263.248)	(8.821.210)
(Aumento) / redução em ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (aplicações em depósitos interfinanceiros)		(449.631)	(38.868)
(Aumento) / redução em ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito)		(4.043.710)	(673.506)
(Aumento) / redução em ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (ativos financeiros com acordo de revenda)		(5.714.105)	6.110.899
(Aumento) / redução em ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (depósitos no Banco Central do Brasil)		(74.986)	1.040.038
(Aumento) / redução em ativos não financeiros mantidos para venda		(172)	(33.325)
(Aumento) / redução em ativos fiscais		(212.813)	(481.499)
(Aumento) / redução em outros ativos		(290.481)	9.148
Aumento / (redução) de passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		7.733.807	3.589.793
Aumento / (redução) de passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		8.007.555	2.464.503
Aumento / (redução) de passivos fiscais		(67.045)	(58.893)
Aumento / (redução) em outros passivos		(323.244)	108.765
Imposto de renda e contribuição social pagos		(185.504)	(301.994)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		2.095.931	6.105.245
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento			
(Aumento) / redução de títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		3.378.199	(1.682.891)
(Aumento) / redução de títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado		(3.634.459)	(3.168.468)
(Aquisição) de ativos imobilizados		(14.806)	(9.097)
(Aquisição) de ativos intangíveis		(306.883)	(332.604)
Redução de investimentos em participações em coligadas e controladas em conjunto		8.800	34.708
Alienação de ativos não financeiros mantidos para venda		10.452	9.790
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de investimento		(558.697)	(5.148.562)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento			
Dividendos / juros sobre o capital próprio pagos ⁽¹⁾	24c	(540.050)	(312.500)
Liquidação de passivos subordinados	37c	(251.704)	-
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento		(791.754)	(312.500)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		745.480	644.183
Início do período		742.154	518.385
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(22.284)	(16.024)
Fim do período	8	1.465.350	1.146.544
Aumento / (redução) no caixa e equivalentes de caixa		745.480	644.183

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

⁽¹⁾ Para os juros sobre capital próprio, consideram-se valores líquidos de impostos.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	1º Semestre/ 2026		1º Semestre/ 2025	
Receitas / Despesas		10.374.256		8.287.343	
Receitas de juros	27	12.832.174		10.683.595	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	30a, 30b	1.384.882		1.173.873	
Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	29	(87.700)		287.621	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	13g	(1.685.307)		(1.602.082)	
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável		(1.645.010)		(1.716.834)	
Outros resultados operacionais		(424.783)		(538.830)	
Despesas de juros	28	(7.480.899)		(5.510.648)	
Insumos adquiridos de terceiros		(646.547)		(692.609)	
Serviços técnicos especializados	31b	(170.464)		(191.980)	
Processamento de dados	31b	(279.414)		(259.650)	
Propaganda e publicidade	31b	(79.688)		(72.581)	
Serviços do sistema financeiro	31b	(20.419)		(28.721)	
Promoções e relações públicas	31b	(13.946)		(21.831)	
Emolumentos judiciais e cartorários	31b	(16.422)		(12.262)	
Comunicações	31b	(5.837)		(15.147)	
Viagens	31b	(9.457)		(7.655)	
Serviços de terceiros	31b	(3.481)		(13.293)	
Transportes	31b	(7.701)		(6.272)	
Outras	31b	(39.718)		(63.217)	
Valor adicionado bruto		2.246.810		2.084.086	
Despesas de depreciação / amortização	31b	(255.003)		(220.148)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		1.991.807		1.863.938	
Valor adicionado recebido em transferência		6.977		(61.546)	
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	16a	6.977		(61.546)	
Valor adicionado total a distribuir		1.998.784	100,00%	1.802.392	100,00%
Valor adicionado distribuído		1.998.784	100,00%	1.802.392	100,00%
Pessoal		917.623	45,91%	838.549	46,52%
Salários, honorários e demandas trabalhistas		606.533		550.260	
Participação nos lucros e resultados	31a	131.530		118.934	
Benefícios, treinamentos e outros	31a	121.188		115.786	
FGTS		57.400		52.884	
Outros encargos		972		685	
Impostos, taxas e contribuições		239.269	11,97%	528.383	29,32%
Federais		178.354		484.329	
Estaduais		6.645		413	
Municipais		54.270		43.641	
Remuneração de capitais de terceiros		8.874	0,44%	8.876	0,49%
Aluguéis	31b	8.874		8.876	
Remuneração de capitais próprios		833.018	41,68%	426.584	23,67%
Juros sobre capital próprio		(484.000)		(265.000)	
Dividendos		(250.000)		(100.000)	
Lucro retido		1.567.018		791.584	



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Votorantim S.A. (banco BV ou Banco) é uma companhia de capital fechado controlada em conjunto pelo Banco do Brasil S.A. (BB) e pela Votorantim Finanças S.A. (VFIN). A matriz do Banco está localizada na Av. das Nações Unidas, nº 14.171, na cidade de São Paulo – SP, Brasil.

O Banco opera na forma de banco múltiplo, desenvolvendo atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais e de investimento, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, instituição de pagamento, administração de cartões de crédito, corretagem de seguros e arrendamento mercantil. O Banco também opera na criação e distribuição de produtos, junto com outras entidades do conglomerado, incluindo o Banco BV S.A.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pela Administração em 10 de agosto de 2026.

2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), incluindo o IAS 34 – Demonstrações Financeiras Intermediárias, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e são aplicadas de modo consistente e uniforme em todos os períodos apresentados.

O Balanço Patrimonial é apresentado por ordem de liquidez, sendo que as operações cujo vencimento é inferior a 12 meses estão apresentadas nas notas explicativas como ativo ou passivo "circulante" e as operações com vencimento superior a 12 meses são apresentadas como "não circulante", exceto os impostos diferidos (ativos e passivos) que são classificados como "não circulante".

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, uma vez que sua apresentação não é requerida pelas normas IFRS, e que não causa prejuízo ao conjunto das Demonstrações Contábeis.

3. CONSOLIDAÇÃO

A avaliação do controle considera se o banco BV está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis e tem a capacidade de afetar estes retornos através de seu poder sobre a entidade de forma contínua.

As participações societárias, nas quais o banco BV detém controle direto ou indireto, são consolidadas. Os saldos e transações intragrupo, assim como quaisquer receitas ou despesas não realizadas nas transações entre o Banco e suas subsidiárias, são eliminados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas. Os ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial também são eliminados na proporção da participação.

Os investimentos realizados com influência significativa, em que há poder de participação sobre políticas financeiras e operacionais, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base no valor do Patrimônio Líquido da investida.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas compreendem as transações do Banco Votorantim S.A. (controladora) e das seguintes investidas controladas:



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Atividade	% de Participação	
		30.06.2026	31.12.2025
Instituições financeiras – País			
Banco BV S.A.	Banco múltiplo	100,00%	100,00%
Instituições do mercado segurador			
BV Corretora de Seguros S.A. (BV Corretora)	Corretora	100,00%	100,00%
Instituições não financeiras			
BVIA Negócios e Participações S.A. (BVIA)	Serviços especializados	100,00%	100,00%
BV Empreendimentos e Participações S.A. (BVEP)	Holding	100,00%	100,00%
Atenas SP 02 - Empreendimento Imobiliário (Atenas) ⁽¹⁾	SPE	100,00%	100,00%
Fundos de investimentos consolidados			
Votorantim Expertise Multimercado Fundo de Investimento	Fundo	100,00%	100,00%
Fundo de Invest. em Participações BV - Multiestratégia Investimento no Exterior	Fundo	100,00%	100,00%
Fundo de Invest. em Participações BV Tech I - Multiestratégia Investimento no Exterior	Fundo	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios TM II	Fundo	100,00%	100,00%
Tivio Securities Fundo de Investimento Imobiliário (antigo Votorantim Securities Master FII)	Fundo	88,40%	88,40%
Sapere Fundo de Investimento Financeiro	Fundo	100,00%	100,00
Controladas do Banco BV S.A.			
Acesso Soluções de Pagamento S.A. - Instituição de Pagamentos (Bankly)	Instituição de Pagamento	100,00%	99,99%
Acessopar Investimentos e Participações S.A. (Acessopar). ⁽²⁾	Holding	—%	99,99%
Meu Financiamento Solar Ltda. (MFS). ⁽²⁾	Serviços especializados	—%	100,00
Controladas da BVIA			
Marquês de Monte Santo Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. ⁽²⁾	SPE	—%	100,00%
Parque Valença Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	SPE	100,00%	100,00%
Controladas da BVEP			
IRE República Empreendimento Imobiliário S.A. ⁽¹⁾	SPE	100,00%	100,00%
Senador Dantas Empreendimento Imobiliário SPE S.A. ⁽¹⁾	SPE	100,00%	100,00%
Henri Dunant Empreendimento Imobiliário S.A. ⁽¹⁾	SPE	100,00%	100,00%
Arena XI Incorporações SPE Ltda. ⁽¹⁾	SPE	100,00%	100,00%
D'oro XVIII Incorporações Ltda. ⁽¹⁾	SPE	100,00%	100,00%
BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. ⁽¹⁾	SPE	100,00%	100,00%
Controladas da Atenas			
Atenas Sp 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. – Lote 1 ⁽¹⁾	SPE	100,00%	100,00%
Atenas Sp 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. – Lote 3 ⁽¹⁾	SPE	100,00%	100,00%

⁽¹⁾ Para efeito de consolidação, contempla defasagem de até 2 meses no respectivo balancete.

⁽²⁾ Até 30 de junho de 2026, foram concluídas as incorporações da Meu Financiamento Solar Ltda., da Acessopar Investimentos e Participações S.A. e da Marquês de Monte Santo Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. (Nota 6).

A consolidação desses investimentos é reavaliada caso determinados fatos e circunstâncias indiquem que há uma mudança em um ou mais elementos que configuram o controle.

O conglomerado investe em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) através de suas controladas BV Empreendimentos e Participações S.A. (BVEP), BVIA Negócios e Participações S.A. (BVIA) e Atenas SP 02 - Empreendimento Imobiliário (Atenas), visando, principalmente, o investimento em empreendimentos do ramo imobiliário.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

4. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES

Principais normas e interpretações com efeitos aplicáveis a períodos futuros

- **IFRS 18** – Trata da apresentação e divulgação de informações nas demonstrações financeiras. Introduz três categorias definidas para receitas e despesas, sendo classificadas em operacionais, de investimento ou de financiamento. Tal norma tem por objetivo melhorar a utilidade das informações divulgadas e fornecer aos investidores informações mais transparentes e comparáveis sobre o desempenho financeiro das empresas. A adoção se tornará obrigatória a partir de 1º de janeiro 2027 e o conglomerado trabalha na avaliação dos impactos de tais requisitos.
- **IFRS S1 e IFRS S2** – O *International Sustainability Standards Board* (ISSB) emitiu suas normas inaugurais – IFRS S1 e IFRS S2 – estabelecendo novos requisitos de divulgações relacionadas à sustentabilidade nos mercados de capitais em todo o mundo. A obrigatoriedade de elaborar e divulgar o relatório é aplicável para instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que são líderes de conglomerado prudencial enquadrados nos segmentos S1 ou no S2, conforme determinação do Banco Central, com vigência a partir do exercício de 2026. O Banco conduz projeto interno para implementação dos novos requisitos e estará apto para divulgação do relatório financeiro de sustentabilidade em 2027, referente ao exercício de 2026.

5. POLÍTICAS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS MATERIAIS

As políticas contábeis adotadas pelo banco BV são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis Consolidadas e de maneira uniforme em todas as entidades do conglomerado.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do conglomerado. Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, a moeda de apresentação também é o Real.

As Demonstrações Contábeis de entidades domiciliadas no exterior (nenhuma das quais tem a moeda de uma economia hiperinflacionária), que possuem moeda de apresentação diferente do Real, são convertidas para a moeda de apresentação pela taxa de câmbio vigente no final do período. Os ativos e passivos do conglomerado denominados em moeda estrangeira, a maior parte dos quais de natureza monetária, são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças de conversão são reconhecidas na Demonstração do Resultado Consolidado do período em que surgirem.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e baixo risco de mudança de valor, com vencimentos de até 90 dias a partir da data da aplicação.

d) Instrumentos financeiros

I - Reconhecimento inicial

Ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos, são reconhecidos pelo valor justo na data da negociação.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

II - Modelo de Negócio e SPPI Test

Para um ativo financeiro, a categoria é atribuída conforme o Modelo de Negócio do banco BV, condicionado ao resultado do teste de somente pagamentos de principal e juros (***Solely Payments of Principal and Interest - SPPI Test***), que visa evidenciar se os fluxos de caixa das operações são exclusivamente formados por pagamento de principal e juros, baseado na análise das características de remuneração, performance e demais termos dos ativos financeiros.

A classificação contábil segue o modelo de negócio atribuído, exceto quando os fluxos de caixa contratuais não se constituem exclusivamente em pagamento de principal e juros. Os ativos financeiros que não passam no teste de *SPPI* devem ser mensurados a valor justo por meio do resultado. Existe ainda a opção de designar instrumentos patrimoniais de outra entidade para serem classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) de modo irrevogável.

Modelo de Negócio - Reflete como um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros são gerenciados para se alcançar um objetivo de negócio. A classificação dos modelos de negócios dos ativos financeiros do Banco e suas subsidiárias é feita conforme cada produto ou carteira de produtos é gerenciado, sendo resumidamente apresentados como:

- **Custo amortizado:** Modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- **Valor justo por meio do resultado:** Outros modelos de negócio, atribuídos aos ativos que não estejam enquadrados em nenhum dos modelos descritos anteriormente ou que tenham sido designados a valor justo no resultado.

III - Mensuração subsequente

- Todos os instrumentos financeiros são mensurados conforme sua categorização:

Ativos Financeiros

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
- Mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA); incluindo aqueles que sejam por opção irrevogável; e
- Mensurados pelo custo amortizado.

Passivos Financeiros

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e
- Mensurados ao custo amortizado.

IV - Baixa de ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando cessam os direitos contratuais aos fluxos de caixa, quando não houver expectativa razoável de sua recuperação ou quando os riscos e benefícios forem transferidos substancialmente.

Títulos vendidos com contrato de recompra em uma data futura específica não são baixados do Balanço Patrimonial, considerando que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios. O correspondente caixa recebido é reconhecido no Balanço Patrimonial como um passivo, em virtude da obrigação de retorno. Para títulos adquiridos com compromisso de revenda, o montante pago é reconhecido como um ativo financeiro.

Os passivos financeiros são baixados, parcial ou totalmente, quando a obrigação original for extinta.

V - Valor justo dos instrumentos financeiros

O Banco classifica os instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio de níveis de hierarquia, as quais refletem as características dos *inputs* utilizados na mensuração desses valores:

- **Nível 1:** instrumentos financeiros que possuem cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis em mercados ativos e líquidos, para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes;
- **Nível 2:** instrumentos financeiros cuja avaliação a valor justo utiliza métodos matemáticos amplamente aceitos no mercado, cotações e curvas de marcação a mercado, construídas a partir de dados observáveis; e
- **Nível 3:** instrumentos financeiros cujo ajuste a valor justo envolve o emprego de métodos matemáticos que utilizam referenciais de preços, taxas e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

VI - Instrumentos financeiros derivativos

Sempre mensurados a valor justo, os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* têm seus ajustes registrados diretamente no resultado do período e apresentados na demonstração de resultado como "Resultado com instrumentos financeiros derivativos".



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

VII - Modificações de fluxos de caixa contratuais

Modificações de fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são reconhecidas imediatamente no resultado como ganho ou perda na modificação. A avaliação das modificações que podem levar a baixa leva em consideração fatores qualitativos, como a natureza do instrumento, tipo de taxa de juros e a moeda do instrumento.

VIII - Método da taxa efetiva de juros

Para mensuração do custo amortizado de ativos e passivos financeiros (ou de um grupo de ativos ou passivos financeiros) é utilizado o método da taxa efetiva de juros para a alocação da receita ou da despesa de juros ao longo do prazo do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro, estabelecida no reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

Ao utilizar o método da taxa efetiva de juros, as entidades do conglomerado estimam os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, porém desconsiderando qualquer estimativa futura de perdas.

O conglomerado utiliza mecanismo de diferimento das receitas e despesas, conforme aplicável, que compõe a taxa efetiva de juros, produzindo efeito semelhante ao da utilização de uma única taxa de mensuração subsequente do instrumento financeiro.

e) Instrumentos financeiros para proteção

O Banco mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger (*hedge*) suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. O Banco continua aplicando os requerimentos de *hedge accounting* previstos na IAS 39, conforme permitido pela IFRS 9.

Designação inicial

No momento da designação inicial do *hedge*, o banco BV formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*.

O Banco realiza operações de *hedge* que incluem dispositivos de liquidação de direitos e obrigações contratuais atrelados ao risco de crédito próprio, de terceiros ou de partes relacionadas. Determinadas condições podem ocasionar o vencimento antecipado do derivativo sem valor devido ao Banco ou com liquidação em títulos de dívida próprios. Os instrumentos financeiros derivativos considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de valor justo – Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de *hedge*, têm seus ajustes ao valor justo registrados em contrapartida ao resultado do período e apresentados na Demonstração de Resultado como Resultado de Instrumentos Financeiros Derivativos; e

Hedge de fluxo de caixa – Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria, têm a parcela efetiva de seus ajustes ao valor justo reconhecidos no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes, líquidos dos efeitos tributários.

Efetividade

É feita uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, garantindo a existência de uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, considerando se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80-125 por cento.

Descontinuidade

Para os itens objeto que foram descontinuados da relação de *hedge* de valor justo e permanecem registrados no Balanço Patrimonial, como nos casos de contratos de créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios, o saldo de ajuste de marcação a mercado é reconhecido no resultado pelo prazo remanescente das operações.

f) Perda de crédito esperada para ativos financeiros

A recuperabilidade dos ativos financeiros é apurada mensalmente com base em um modelo quantitativo de perda esperada. A IFRS 9 não prescreve um único método para a mensuração das perdas de crédito esperadas e reconhece que os métodos utilizados podem variar dependendo do tipo de ativo e das informações disponíveis.

A mensuração da perda esperada requer aplicação de premissas significativas e julgamentos, inclusive a utilização de cenários econômicos ponderados para projeção de dados prospectivos, sendo sua mensuração a de maior relevância para as Demonstrações Contábeis apresentadas por essa companhia.

O banco BV avalia a perda de crédito esperada dos ativos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo através de outros resultados abrangentes, além dos compromissos e garantias de crédito, e classifica as operações em três estágios:

- **Estágio 1** – Ativos financeiros originados ou comprados sem problema de recuperação de crédito ou deterioração significativa em relação ao reconhecimento inicial. As perdas esperadas são mensuradas abrangendo um período de 12 meses subsequentes ao da data base a que se referem essas Demonstrações Contábeis Consolidadas



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- **Estágio 2** – Ativos financeiros que apresentaram aumento significativo no risco de crédito ou que deixaram de ser considerados como ativos com problemas de recuperação de crédito, mas seu risco continua significativo. As perdas esperadas são mensuradas considerando a vida inteira do ativo financeiro; e
- **Estágio 3** – Instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito. As perdas esperadas são mensuradas considerando a vida inteira do ativo financeiro. Nesse estágio, a companhia deixa de reconhecer as receitas do ativo financeiro (*stop accrual*).

As perdas são mensuradas como perdas de crédito esperadas para 12 meses, a menos que o risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Para determinar se o risco de inadimplência de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o Banco compara o risco de inadimplência na data do balanço com o risco de inadimplência no reconhecimento inicial.

O Banco considera um ativo financeiro como inadimplido quando ele atende a uma ou mais das seguintes condições:

- A contraparte está em atraso há mais de 90 dias;
- Há evidências de processo de falência, liquidação ou recuperação judicial;
- Ocorreu uma reestruturação do ativo financeiro, com concessão significativa à contraparte.

Essas definições estão alinhadas às políticas internas de classificação de risco e foram selecionadas para garantir a consistência com o comportamento de inadimplência observado na carteira do Banco.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade das perdas de crédito ao longo da vida útil esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito são o valor presente das insuficiências de caixa esperadas, refletindo:

- Um valor imparcial e ponderado pela probabilidade;
- O valor temporal do dinheiro; e
- Informações razoáveis e sustentáveis (não apenas sobre pagamentos em atraso, mas também informações prospectivas, como fatores macroeconômicos - prospectivas).

g) Ativos não financeiros mantidos para venda

O Banco detém ativos classificados como mantidos para venda, os quais incluem bens móveis e imóveis recebidos em dação em pagamento, bem como participação societária em que houve decisão pela sua realização. Esses ativos são mensurados inicialmente pelo menor valor entre o valor justo ou o valor contábil. Posteriormente, a Administração estabelece provisões para perdas na realização desses ativos, da seguinte forma:

- **Móveis:** as provisões são calculadas mensalmente, considerando o prazo de permanência do bem (obsolescência). Para registros com mais de 720 dias, é constituída uma provisão de 100% sobre o saldo contábil.
- **Imóveis:** as provisões são constituídas com base em laudos de avaliação anuais, elaborados por consultorias especializadas.

h) Intangíveis e ágio

Os ativos intangíveis referem-se basicamente a *softwares* e licenças de uso. A amortização destes intangíveis é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado. A vida útil e o valor residual desses ativos, quando aplicável, são revisados anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

O ágio (*goodwill*) reconhecido na aquisição de investimentos não é passível de amortização, porém, seu valor recuperável é testado, no mínimo, anualmente, para avaliação de indicativo de perda. Os saldos correspondentes à mais valia, apurados no momento do PPA – *Purchase Price Allocation*, são amortizados conforme o laudo e baixados em caso de redução ao valor recuperável.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos

Intangível: O teste de recuperabilidade consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software*, licença e direito de uso não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, é constituída uma provisão ou é feita a baixa imediata do ativo.

Ágio: Para analisar a redução ao valor recuperável de ágio sobre investidas, o banco BV definiu as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) considerando o nível mais baixo em que o negócio é gerenciado. O teste no nível da UGC determina se há indícios de *impairment* e, consequentemente, a necessidade de avaliar a recuperabilidade do ativo. A administração leva em conta qualquer outra informação disponível que caracterize indícios de *impairment* na avaliação do valor recuperável, refletindo a melhor estimativa sobre a expectativa dos fluxos de caixa futuros das UGC.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

i) **Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos**

As realizações dos ativos fiscais diferidos estão suportadas por projeções orçamentárias da instituição, devidamente aprovadas pelos órgãos de governança. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico como inflação e taxa de juros, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.

A utilização de estimativas de rentabilidade futura incorre em alto grau de julgamento e, considerando a representatividade dos saldos de crédito tributário ativados, pode produzir impactos relevantes diante de mudanças nas premissas aplicadas para as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas.

j) **Ativos e passivos contingentes – Fiscais, cíveis e trabalhistas**

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, o conglomerado constitui provisão para as demandas de natureza fiscal, cível e trabalhista por meio de avaliações jurídicas e modelos estatísticos.

A avaliação de prognósticos de perda considera a probabilidade de desembolsos do conglomerado, levando em conta as fases processuais, decisões e jurisprudência dominante, e envolve um alto grau de julgamento.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, enquanto os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.

Ativos contingentes não são reconhecidos, para evitar o reconhecimento de receitas que podem nunca ser realizadas. Entretanto, quando a realização da receita for praticamente certa, o ativo passa a ser reconhecido, uma vez que deixa de ser considerado contingente.

6. AQUISIÇÕES, ALIENAÇÕES E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

Aquisição da totalidade de capital social da Meu Financiamento Solar Ltda. (MFS) e posterior Incorporação de seu acervo líquido pelo Banco BV S.A.

Em 1 de julho de 2025, o Banco BV S.A., integrante do conglomerado do Banco, concluiu a aquisição da totalidade do capital social da Meu Financiamento Solar Ltda., plataforma especializada na originação de financiamentos de sistemas de energia solar fotovoltaica. A operação foi realizada após a obtenção de todas as aprovações regulatórias necessárias, incluindo as do Banco Central do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A transação foi precedida por uma reorganização societária, que incluiu a cisão parcial desproporcional do Portal Solar S.A., com o objetivo de segregar as atividades da MFS das demais operações da empresa. Antes dessas movimentações, o Banco BV S.A. já detinha, de forma indireta, 30,68% de participação na Meu Financiamento Solar Ltda., por meio da Portal Solar S.A. Como resultado dos eventos ocorridos previamente à aquisição, essa participação foi diluída, correspondendo a aproximadamente 27% na data de obtenção de controle.

Com a aquisição da participação remanescente, passou a deter 100% do Capital Social da companhia. A transação resultou no reconhecimento de ágio no montante de R\$ 116,4 milhões e mais-valia de R\$ 17,5 milhões, apurados com base na avaliação de valor justo dos ativos líquidos adquiridos.

Com base na avaliação econômica da companhia, cujo valor total foi estimado em R\$ 137 milhões, o valor justo da participação anteriormente detida foi de R\$ 37,2 milhões. A atualização desse investimento resultou no reconhecimento de um ganho de R\$ 2,8 milhões no resultado.

Posteriormente, em 31 de março de 2026, foi aprovada a incorporação da Meu Financiamento Solar Ltda., sociedade integralmente controlada pelo Banco BV S.A., considerando o acervo líquido apurado na data-base da operação. A incorporação foi concluída em 1º de abril de 2026, ocasião em que o Banco BV S.A. passou a suceder a incorporada em todos os seus direitos e obrigações.

A operação teve por objetivo a simplificação da estrutura societária e a integração das atividades da Meu Financiamento Solar Ltda. às operações do Banco. Por se tratar de reorganização societária entre empresas sob controle comum, a operação não resultou em alteração relevante no patrimônio líquido consolidado do Conglomerado.

Exercício da opção de venda da Tivio

Em 23 de agosto de 2022, o Banco celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações (*Sales Purchase Agreement – SPA*) por meio do qual alienou 51% da participação societária detida na BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., atualmente denominada Tivio, para a Kartra Participações Ltda., sociedade controlada do Banco Bradesco S.A.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Na mesma data, o contrato previu, para a participação remanescente do capital votante e total da sociedade, a celebração de opção de compra em favor da Kartra e opção de venda em favor do Banco, ambas irrevogáveis e irretratáveis, relativas à totalidade das ações ordinárias remanescentes detidas pelo Banco.

Em março de 2026, o Banco formalizou o exercício da opção de venda de sua participação de 38,77% remanescente na Tivio, concluindo a alienação total do investimento, pelo valor de R\$ 65,2 milhões. O montante foi recebido em 15 de abril de 2026.

Alienação da participação na Trademaster

Em 11 de março de 2026, o Banco Votorantim S.A. celebrou contrato para a alienação de sua participação indireta de 40,37% na Trademaster S.A., detida por meio da EM2104, controladora de 98,98% da Trademaster. Até a conclusão da operação, esse investimento encontrava-se classificado como ativo mantido para venda.

A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 30 de março de 2026, e a transferência das ações foi efetivada em 16 de abril de 2026.

Ao longo de 2025, o Banco reconheceu perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), que reduziram substancialmente o valor contábil do investimento. Dessa forma, na data de fechamento da operação, o recebimento de R\$ 1 mil pela alienação, em conjunto com a baixa dos saldos remanescentes, não resultou em impacto adicional relevante no resultado do período.

Incorporação da Acessopar Investimentos e Participações S.A. pelo Banco BV S.A.

Em 2026, a Acessopar Investimentos e Participações S.A., holding adquirida no contexto da aquisição da Bankly e por meio da qual o Banco BV detinha indiretamente parte de sua participação societária na Bankly, foi incorporada pelo Banco BV S.A. Em decorrência da incorporação, a Acessopar foi extinta e seu patrimônio líquido contábil, apurado com base em laudo de avaliação na data-base de 30 de abril de 2026, no montante de R\$ 2.165.788,26, foi vertido para o Banco BV S.A.

A operação não resultou na geração de ágio interno nem produziu efeitos decorrentes de uma nova combinação de negócios.

7. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Um segmento operacional é um componente do conglomerado que desenvolve atividades de negócio, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo aquelas relacionadas às transações com outros componentes do conglomerado. As informações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados a cada segmento e para a avaliação do seu desempenho são regularmente revistas pelo Comitê Executivo (ComEx), que é o principal gestor das operações da entidade.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis a cada segmento, bem como itens que podem ser alocados em bases razoáveis.

As receitas de juros são reportadas líquidas, seguindo a forma de medição de desempenho dos negócios. Preços de transferência entre segmentos operacionais são efetuados a preços de mercado, de uma forma semelhante às operações realizadas com terceiros.

O conglomerado é composto por três segmentos, detalhados a seguir, que representam suas unidades de negócio. Cada unidade de negócio oferece diferentes produtos e serviços, sendo administrada de forma independente. Elas possuem modelos de gestão específicos, públicos-alvo distintos, estratégias de *marketing* próprias e subsegmentações variadas.

- **Varejo** – A principal atividade é o financiamento de veículos, especialmente de carros leves usados. Além disso, em linha com a estratégia de diversificação das fontes de receita, oferecemos à nossa ampla base de clientes de financiamento de veículos uma variedade de outros produtos. Entre essas ofertas, estão cartões de crédito, corretagem de seguros, empréstimos e financiamentos, como para placas de energia solar residencial.
- **Atacado e atividades com mercado** – Operações e serviços financeiros voltadas principalmente às instituições financeiras e clientes corporativos com faturamento anual acima de R\$ 300 milhões. As modalidades de produtos e serviços incluem: empréstimos e financiamentos, derivativos, comércio exterior, fianças bancárias, investimentos, pagamentos e serviços de cobrança. Também são considerados os resultados oriundos dos negócios associados às estratégias de venture capital e a margem financeira com o mercado, proveniente da atividade de negociação de instrumentos financeiros via posições proprietárias, da gestão de *gaps* entre ativos e passivos, entre outros.
- **Corporação** – Engloba investimentos em *run-off* da BV Empreendimento e Participações S.A., resultado financeiro gerado pelo excesso de capital, custos associados ao carregamento dos créditos tributários de prejuízo fiscal.

Informações referentes aos resultados de cada segmento estão incluídas a seguir. O desempenho é avaliado com base no resultado líquido recorrente do período.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

a) Demonstração do resultado gerencial por segmento e conciliação do resultado gerencial por segmento com o resultado consolidado de acordo com as normas IFRS

	1º Semestre/ 2026					
	Varejo	Atacado e atividades com mercado	Corporação	Consolidado gerencial	Ajustes e reclassifi- cações ⁽¹⁾	Consolidado IFRS
Margem financeira	4.108.359	572.774	39.550	4.720.683	(1.142.415)	3.578.268
Resultado de provisão para perdas	(2.245.572)	(203.685)	(19.702)	(2.468.959)	823.949	(1.645.010)
Margem financeira líquida	1.862.787	369.089	19.848	2.251.724	(318.466)	1.933.258
Receitas de prestação de serviços e tarifas (Notas 30a e 30b)	1.259.130	119.845	7.675	1.386.650	(1.768)	1.384.882
Despesas de pessoal (Nota 31a)	(692.049)	(273.243)	(13.582)	(978.874)	(80.975)	(1.059.849)
Outras despesas administrativas (Nota 31b)	(657.291)	(174.582)	(37.353)	(869.226)	(41.198)	(910.424)
Despesas tributárias (Nota 25c)	(293.261)	(32.343)	161.166	(164.438)	(28)	(164.466)
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto (Nota 16a)	-	-	-	-	6.977	6.977
Outras receitas/despesas	(653.678)	(2.965)	37.830	(618.813)	194.030	(424.783)
Resultado antes de impostos e contribuições sobre o lucro	825.638	5.801	175.584	1.007.023	(241.428)	765.595
Impostos correntes e diferidos (Nota 25d.1)	(355.356)	42.585	267.949	(44.822)	112.245	67.423
Participação de não controladores	-	-	(748)	(748)	748	-
Lucro Líquido	470.282	48.386	442.785	961.453	(128.435)	833.018

	1º Semestre/ 2025					
	Varejo	Atacado e atividades com mercado	Corporação	Consolidado gerencial	Ajustes e reclassifi- cações ⁽¹⁾	Consolidado IFRS
Margem financeira	3.896.183	679.587	105.206	4.680.976	(822.490)	3.858.486
Resultado de provisão para perdas	(1.728.476)	(14.879)	(31.669)	(1.775.024)	58.190	(1.716.834)
Margem financeira líquida	2.167.707	664.708	73.537	2.905.952	(764.300)	2.141.652
Receitas de prestação de serviços e tarifas (Notas 30a e 30b)	1.003.880	167.762	2.231	1.173.873	-	1.173.873
Despesas de pessoal (Nota 31a)	(635.821)	(263.492)	(17.622)	(916.935)	(63.150)	(980.085)
Outras despesas administrativas (Nota 31b)	(714.362)	(191.219)	(20.592)	(926.173)	4.540	(921.633)
Despesas tributárias (Nota 25c)	(295.135)	(54.765)	(35.617)	(385.517)	-	(385.517)
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto (Nota 16a)	-	-	-	-	(61.546)	(61.546)
Outras receitas/despesas	(400.638)	(7.323)	(77.218)	(485.179)	(53.651)	(538.830)
Resultado antes de impostos e contribuições sobre o lucro	1.125.631	315.671	(75.281)	1.366.021	(938.107)	427.914
Impostos correntes e diferidos (Nota 25d.1)	(487.255)	(112.091)	200.784	(398.562)	397.232	(1.330)
Participação de não controladores	-	-	(35.855)	(35.855)	35.855	-
Lucro líquido	638.376	203.580	89.648	931.604	(505.020)	426.584

⁽¹⁾ Referem-se basicamente a diferenças de critérios contábeis entre o BRGAAP (BACEN) e o IFRS, tais como: diferenças de aglutinações e aberturas distintas das linhas da "Demonstração do resultado" e respectivos ajustes de GAAP (Nota 24g). Também inclui reclassificações entre linhas justificada por diferenças de alocações entre as visões gerenciais e contábeis.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b) Informações patrimoniais por segmento

	30.06.2026					
	Varejo	Atacado e atividades com mercado	Corporação	Consolidado gerencial	Ajustes e reclassificações ⁽¹⁾	Total ⁽²⁾
Operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito (Nota 14a)	73.409.738	22.867.285	-	96.277.023	(13.560.029)	82.716.994
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito (Nota 14a)	(10.208.029)	26.133	-	(10.181.896)	27	(10.181.869)
Ativos tributários diferidos (Nota 25a.2)	7.118.900	1.907.689	1.307.486	10.334.075	(519.524)	9.814.551
Total dos ativos	70.320.609	81.746.018	1.944.583	154.011.210	296.807	154.308.017
Total dos passivos	62.087.103	78.949.526	(67)	141.036.562	67.086	141.103.648
Total do Patrimônio Líquido dos acionistas controladores ⁽³⁾	8.233.506	2.796.492	1.944.650	12.974.648	229.721	13.204.369

	31.12.2025					
	Varejo	Atacado e atividades com mercado	Corporação	Consolidado gerencial	Ajustes e reclassificações ⁽¹⁾	Total ⁽²⁾
Operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito (Nota 14a)	69.333.411	22.203.334	-	91.536.745	(11.892.007)	79.644.738
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito (Nota 14a)	(9.428.119)	(330.254)	-	(9.758.373)	345.152	(9.413.221)
Ativos tributários diferidos (Nota 25a.2)	7.103.311	1.907.689	955.472	9.966.472	(241.320)	9.725.152
Total dos ativos	67.008.603	68.716.010	2.583.387	138.308.000	531.492	138.839.492
Total dos passivos	59.247.449	66.378.036	-	125.625.485	147.466	125.772.951
Participações de não controladores	-	-	9.678	9.678	(9.678)	-
Total do Patrimônio Líquido dos acionistas controladores ⁽³⁾	7.761.154	2.337.974	2.583.387	12.682.515	384.026	13.066.541

⁽¹⁾ Esses valores decorrem de diferenças de critérios contábeis entre o BRGAAP (BACEN) e o IFRS, tais como: diferenças de aglutinações e aberturas distintas das linhas do "Balanço Patrimonial" e respectivos ajustes de GAAP (Nota 24g). Também inclui reclassificações entre linhas justificadas por diferenças de alocações entre as visões gerencial e contábil.

⁽²⁾ Em operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito, não inclui o ajuste a valor justo da carteira que é objeto de hedge.

⁽³⁾ No livro BRGAAP, considera a posição do Patrimônio Líquido dos acionistas controladores.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.06.2026	31.12.2025
Disponibilidades	186.606	581.141
Disponibilidades em moeda nacional	27.272	74.819
Disponibilidades em moeda estrangeira	159.334	506.322
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	1.278.744	161.013
Operações compromissadas	973.982	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	100.338	-
Aplicações em moedas estrangeiras	204.424	161.013
Total	1.465.350	742.154

9. APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

	30.06.2026	31.12.2025
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Aplicação em depósitos interfinanceiros	795.659	346.028
Total ⁽¹⁾	795.659	346.028
Ativo circulante	511.531	222.462
Ativo não circulante	284.128	123.566

⁽¹⁾ As rendas das aplicações interfinanceiras estão apresentadas em Receitas de juros (Nota 27).



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

10. DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

	30.06.2026	31.12.2025
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	2.818.814	2.743.828
Recursos a prazo	2.183.276	2.029.206
Operações de microfinanças	21.241	15.619
Pagamentos instantâneos	299.560	332.626
Depósitos de moeda eletrônica	314.737	366.377
Total	2.818.814	2.743.828
Ativo circulante	2.818.814	2.743.828

11. ATIVOS FINANCEIROS COM ACORDO DE REVENDA

	30.06.2026	31.12.2025
Aplicações no mercado aberto	11.026.845	5.312.740
Revendas a liquidar - Posição bancada	1.486.241	2.497.903
Letras Financeiras do Tesouro	-	897.230
Letras do Tesouro Nacional	65.905	283.481
Notas do Tesouro Nacional	1.420.336	1.317.192
Revendas a liquidar - Posição financiada	5.745.285	1.418.376
Letras Financeiras do Tesouro	-	260.993
Letras do Tesouro Nacional	5.489.481	964.466
Notas do Tesouro Nacional	159.781	192.917
Debêntures	96.023	-
Revendas a liquidar - Posição vendida	3.795.319	1.396.461
Letras do Tesouro Nacional	3.371.544	1.394.992
Notas do Tesouro Nacional	423.775	1.469
Total ^{(1) (2)}	11.026.845	5.312.740
Ativo circulante	11.026.845	5.312.740

⁽¹⁾ Os saldos dessas aplicações podem variar substancialmente em períodos comparativos, em razão das estratégias adotadas sobre as operações com acordo de revenda.

⁽²⁾ As rendas das aplicações com acordo de revenda estão apresentadas em Receitas de juros (Nota [27](#)).



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

12. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Resumo da carteira por categoria

Por categoria	30.06.2026				31.12.2025			
	Circulante	Não circulante	Total	% Carteira	Circulante	Não circulante	Total	% Carteira
1 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	1.150.419	17.926.761	19.077.180	45,0 %	2.039.868	15.145.645	17.185.513	41,0 %
2 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.818.100	4.333.484	6.151.584	14,0 %	1.753.535	9.661.348	11.414.883	27,0 %
3 - Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	4.554.773	13.024.351	17.579.124	41,0 %	2.497.922	10.953.357	13.451.279	32,0 %
Valor contábil da carteira	7.523.292	35.284.596	42.807.888	100,0 %	6.291.325	35.760.350	42.051.675	100,0 %



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

	30.06.2026								31.12.2025		
	Valor contábil / justo					Total			Total		
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 até 360 dias	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Valor de custo	Valor contábil/ justo	Ajuste ao valor justo	Valor de custo	Valor contábil/ justo	Ajuste ao valor justo
1 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	154.687	128.483	867.249	15.460.137	2.466.624	19.177.943	19.077.180	(100.763)	17.252.287	17.185.513	(66.774)
 Títulos públicos	-	30.839	557.083	13.309.745	1.998.304	15.928.531	15.895.971	(32.560)	13.956.547	13.947.420	(9.127)
Letras Financeiras do Tesouro	-	19	195.428	5.576.507	1.631.959	7.404.044	7.403.913	(131)	7.749.907	7.750.395	488
Letras do Tesouro Nacional	-	1.743	321.908	5.871.385	5.485	6.218.847	6.200.521	(18.326)	4.828.955	4.819.572	(9.383)
Notas do Tesouro Nacional	-	29.077	39.747	1.861.853	360.860	2.305.640	2.291.537	(14.103)	1.377.685	1.377.453	(232)
 Títulos privados	154.687	97.644	310.166	2.150.392	468.320	3.249.412	3.181.209	(68.203)	3.295.740	3.238.093	(57.647)
Ações	17.992	-	-	-	-	18.853	17.992	(861)	9.892	9.833	(59)
Debêntures	-	-	-	-	98.777	101.873	98.777	(3.096)	222.747	224.742	1.995
Cotas de fundos de investimentos	136.695	56.862	304.253	1.936.085	197.188	2.677.819	2.631.083	(46.736)	2.530.782	2.496.455	(34.327)
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	-	146.184	-	146.644	146.184	(460)	167.374	165.765	(1.609)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	40.782	5.913	68.123	172.355	304.223	287.173	(17.050)	344.937	321.290	(23.647)
Notas Comerciais	-	-	-	-	-	-	-	-	20.008	20.008	-
2 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	297.505	805.590	715.005	2.598.802	1.734.682	6.031.573	6.151.584	120.013	11.302.082	11.414.883	112.801
 Títulos públicos	-	509.674	461.986	1.069.332	1.519.677	3.648.764	3.560.669	(88.094)	7.361.210	7.309.939	(51.271)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	2.700.579	2.700.852	273
Letras do Tesouro Nacional	-	252.266	-	72.165	-	324.956	324.431	(524)	1.032.533	1.036.521	3.988
Notas do Tesouro Nacional	-	231.606	461.986	644.616	761.172	2.198.061	2.099.380	(98.681)	1.602.062	1.515.828	(86.234)
Notas comerciais	-	-	-	21.387	-	21.177	21.387	209	21.071	21.071	-
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	25.802	-	331.164	758.505	1.104.570	1.115.471	10.902	2.004.965	2.035.667	30.702
 Títulos privados	297.505	295.916	253.019	1.529.470	215.005	2.382.809	2.590.915	208.107	3.940.872	4.104.944	164.072
Debêntures	-	212.082	232.620	1.529.470	-	1.923.230	1.974.172	50.942	3.512.883	3.515.832	2.949
Ações ⁽¹⁾	239.836	-	-	-	-	123.308	239.836	116.528	123.308	239.836	116.528
Instrumentos conversíveis em ações ⁽¹⁾	-	-	20.399	-	-	30.572	20.399	(10.173)	34.275	20.399	(13.876)
Cotas de fundos de investimentos ⁽¹⁾	57.669	-	-	-	-	63.224	57.669	(5.555)	10.821	10.821	-
Notas comerciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras	-	26.142	-	-	-	26.151	26.142	(8)	24.312	45.808	21.496
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	57.692	-	-	215.005	216.324	272.697	56.373	235.273	272.248	36.975
3 - Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ⁽²⁾	-	1.687.073	2.867.700	12.673.213	351.138	17.579.087	17.579.124	-	13.451.279	13.451.279	-
 Títulos públicos	-	1.293.320	1.964.228	5.973.804	-	9.231.352	9.231.352	-	7.683.831	7.683.831	-
Letras do Tesouro Nacional	-	322.848	316.235	3.702.382	-	4.341.465	4.341.465	-	4.150.861	4.150.861	-
Notas do Tesouro Nacional	-	434.866	1.647.993	709.608	-	2.792.467	2.792.467	-	2.774.618	2.774.618	-
Notas do governo de outros países	-	535.606	-	1.561.814	-	2.097.420	2.097.420	-	758.352	758.352	-
 Títulos privados	-	393.753	903.472	6.699.409	351.138	8.347.735	8.347.772	-	5.767.448	5.767.448	-
Debêntures	-	5.464	247.804	2.190.398	299.923	2.743.552	2.743.589	-	358.458	358.458	-
Cédulas de Produto Rural - <i>Commodities</i>	-	154.216	464.364	3.124.704	51.215	3.794.499	3.794.499	-	3.239.086	3.239.086	-
Letras financeiras	-	168.393	-	-	-	168.393	168.393	-	300.493	300.493	-
Notas comerciais	-	65.680	191.304	1.306.465	-	1.563.449	1.563.449	-	1.747.705	1.747.705	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	-	25.863	-	25.863	25.863	-	33.783	33.783	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	51.979	-	51.979	51.979	-	87.923	87.923	-
Total (1 + 2 + 3)	452.192	2.621.146	4.449.954	30.732.152	4.552.444	42.788.603	42.807.888	19.250	42.005.648	42.051.675	46.027

⁽¹⁾ Trata-se de fundos de investimento cujos ativos foram, de forma irrevogável, classificados como "valor justo por meio de outros resultados abrangentes" (VJORA), conforme a faculdade prevista na norma aplicável.

⁽²⁾ Estes ativos financeiros não são mensurados a valor justo. O valor justo desses instrumentos está apresentado na nota explicativa [35.2.b.vii](#).



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

c) Movimentação das perdas esperadas para os ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e pelo custo amortizado, segregadas por estágios:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Perda esperada 31/12/2025	Constituição / (reversão)	Perda esperada 30/06/2026	% em 31/12/2025	% em 30/06/2026
Estágio 1					
Debêntures	9.582	(7.416)	2.758		
Letras Financeiras	22	(22)	-		
Total	9.604	(7.438)	2.758	5,5 %	1,8 %
Estágio 3					
Certificado de Recebíveis Imobiliários	151.597	(212)	151.385		
Debêntures	14.111	(14.111)	-		
Total	165.708	(14.323)	151.385	94,5 %	98,2 %
Resumo dos estágios					
Debêntures	23.693	(21.527)	2.758		
Letras Financeiras	22	(22)	-		
Certificado de Recebíveis Imobiliários	151.597	(212)	151.385		
Total	175.312	(21.761)	154.143	100 %	100 %



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Perda esperada 31/12/2025	Constituição / (reversão)	Aquisições ⁽¹⁾	Liquidações	Transferência entre estágios ⁽²⁾	Perda esperada 30/06/2026	% em 31/12/2025	% em 30/06/2026
Estágio 1								
Cédulas de produto rural	11.852	(1.274)	5.915	(2.567)	(143)	13.783		
Notas comerciais	7.269	(1.106)	1.760	(1.193)	(613)	6.117		
Debêntures	6.852	6.808	2.229	(1.142)	(181)	14.566		
Letras financeiras	234	24	180	(233)	-	205		
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	308	(72)	-	-		236		
Certificado de Recebíveis Imobiliários	232	(19)	-	-		213		
Total	26.747	4.361	10.084	(5.135)	(937)	35.120	20,4 %	12,9 %
Estágio 2								
Cédulas de produto rural	3.916	397	-	-	(3.708)	605		
Notas comerciais	33.267	5.517	-	-	(32.821)	5.963		
Debêntures	8.703	(409)	40	-	(3.890)	4.444		
Total	45.886	5.505	40	-	(40.419)	11.012	35,0 %	4,1 %
Estágio 3								
Cédulas de produto rural	46.865	19.905	-	-	3.851	69.174		
Notas comerciais	-	94.460	-	-	33.434	127.894		
Debêntures	11.592	30.849	-	(18.266)	4.071	28.246		
Total	58.457	145.214	-	(18.266)	41.356	225.314	44,6 %	83,0 %
Resumo dos 3 estágios								
Cédulas de produto rural	62.633	19.028	5.915	(2.567)	-	83.562		
Notas comerciais	40.536	98.871	1.760	(1.193)	-	139.974		
Debêntures	27.147	37.248	2.269	(19.408)	-	47.256		
Letras financeiras	234	24	180	(233)	-	205		
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	308	(72)	-	-	-	236		
Certificado de Recebíveis Imobiliários	232	(19)	-	-	-	213		
Total	131.090	155.080	10.124	(23.401)	-	271.446	100,0 %	100,0 %



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Resumo dos 3 estágios	Perda esperada 31/12/2025	Constituição / (reversão)	Aquisições ⁽¹⁾	Liquidações	Baixa Prejuízo	Transferência entre estágios ⁽²⁾	Perda esperada 30/06/2026	% em 31/12/2025	% em 30/06/2026
Por categoria:									
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	175.312	(21.761)	792	(200)	-	-	154.143	57,2 %	36,2 %
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	131.090	155.080	10.124	(23.401)	(1.447)	-	271.446	42,8 %	63,8 %
Total	306.402	133.319	10.916	(23.601)	(1.447)	-	425.589	100,0 %	100,0 %
Por estágio:									
Estágio 1	36.351	(3.077)	10.876	(5.335)	-	(937)	37.878	11,9 %	8,9 %
Estágio 2	45.886	5.505	40	-	-	(40.419)	11.012	15,0 %	2,6 %
Estágio 3	224.165	130.891	-	(18.266)	(1.447)	41.356	376.699	73,2 %	88,5 %
Total	306.402	133.319	10.916	(23.601)	(1.447)	-	425.589	100,0 %	100,0 %

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Perda esperada 31/12/2024	Constituição / (reversão)	Aquisições ⁽¹⁾	Liquidações	Perda esperada 31/12/2025	% em 31/12/2024	% em 31/12/2025
Estágio 1							
Debêntures	14.823	(363)	2.235	(7.113)	9.582		
Letras Financeiras	58	-	-	(36)	22		
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	170	-	-	(170)	-		
Certificado de Recebíveis Imobiliários	317	-	-	(317)	-		
<i>Eurobonds</i>	282	-	-	(282)	-		
Total	15.650	(363)	2.235	(7.918)	9.604	4,3 %	5,5 %
Estágio 3							
Certificado de Recebíveis Imobiliários	172.609	(21.012)	-	-	151.597		
Debêntures	173.912	(8.055)	-	(151.746)	14.111		
Total	346.521	(29.067)	-	(151.746)	165.708	95,7 %	94,5 %
Resumo dos estágios							
Debêntures	188.735	(8.418)	2.235	(158.859)	23.693		
Letras Financeiras	58	-	-	(36)	22		
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	170	-	-	(170)	-		
Certificado de Recebíveis Imobiliários	172.926	(21.012)	-	(317)	151.597		
<i>Eurobonds</i>	282	-	-	(282)	-		
Total	362.171	(29.430)	2.235	(159.664)	175.312	100,0 %	100,0 %

⁽¹⁾ Contempla operações que migraram entre estágios no período.

⁽²⁾ Trata-se da provisão para perdas reconhecidas anteriormente a transferência entre os estágios.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Perda esperada 31/12/2024	Constituição / (reversão)	Aquisições ⁽¹⁾	Liquidações	Transferência entre estágios ⁽²⁾	Perda esperada 31/12/2025	% em 31/12/2024	% em 31/12/2025
Estágio 1								
Cédulas de produto rural	10.234	(1.794)	7.568	(3.690)	(466)	11.852		
Notas comerciais	7.943	(3.324)	4.022	(3.403)	2.031	7.269		
Debêntures	479	(2.226)	9.286	-	(687)	6.852		
Letras financeiras	-	1	233	-	-	234		
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	308	-		308		
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	81	151	-		232		
Total	18.656	(7.262)	21.568	(7.093)	878	26.747	27,2%	20,4%
Estágio 2								
Cédulas de produto rural	719	309	3.480	(719)	127	3.916		
Notas comerciais	2.786	792	32.330	(610)	(2.031)	33.267		
Debêntures	-	2.208	5.808	-	687	8.703		
Total	3.505	3.309	41.618	(1.329)	(1.217)	45.886	5,1%	35,0%
Estágio 3								
Cédulas de produto rural	27.281	37.833	8.693	(27.281)	339	46.865		
Notas comerciais	19.192	-	-	(19.192)	-	-		
Debêntures	-	19.647	-	(8.055)	-	11.592		
Total	46.473	57.480	8.693	(54.528)	339	58.457	67,7%	44,6%
Resumo dos 3 estágios								
Cédulas de produto rural	38.234	36.348	19.741	(31.690)	-	62.633		
Notas comerciais	29.921	(2.532)	36.352	(23.205)	-	40.536		
Debêntures	479	19.629	15.094	(8.055)	-	27.147		
Letras financeiras	-	1	233	-	-	234		
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	308	-	-	308		
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	81	151	-	-	232		
Total	68.634	53.527	71.879	(62.950)	-	131.090	100%	100%



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Resumo dos 3 estágios	Perda esperada 31/12/2024	Constituição / (reversão)	Aquisições ⁽¹⁾	Liquidações	Transferência entre estágios ⁽²⁾	Perda esperada 31/12/2025	% em 31/12/2025	% em 31/12/2025
Por categoria:								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	362.171	(29.430)	2.235	(159.664)	-	175.312	84,1%	57,2%
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	68.634	53.527	71.879	(62.950)	-	131.090	15,9%	42,8%
Total	430.805	24.097	74.114	(222.614)	-	306.402	100,0%	100,0%
Por estágio:								
Estágio 1	34.306	(7.625)	23.803	(15.011)	878	36.351	8,0%	11,9%
Estágio 2	3.505	3.309	41.618	(1.329)	(1.217)	45.886	0,8%	15,0%
Estágio 3	392.994	28.413	8.693	(206.274)	339	224.165	91,2%	73,2%
Total	430.805	24.097	74.114	(222.614)	-	306.402	100,0%	100,0%

⁽¹⁾ Contempla operações que migraram entre estágios no período.
⁽²⁾ Corresponde ao montante de provisão para perdas reconhecidas anteriormente a transferência entre os estágios.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O conglomerado se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge*, de risco de mercado e de fluxo de caixa, e negociação, ambas com limites e alçadas na companhia.

A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está alinhada às análises macroeconômicas e conta com a aprovação da Administração. No mercado de opções, as posições ativas (compradas) têm o conglomerado como titular, enquanto as posições passivas (vendas) o têm como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente, e as decisões são tomadas com base na melhor relação risco-retorno, considerando estimativas de perdas por meio de análise de cenários.

O conglomerado dispõe de ferramentas e sistemas específicos para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, sejam padronizados ou não, está condicionada à prévia análise de risco. A avaliação do risco das controladas é realizada individualmente, enquanto o gerenciamento ocorre de forma consolidada.

Para mensuração de riscos, inclusive os relacionados a derivativos, são utilizadas metodologias estatísticas e de simulação, como modelos de valor em risco (VaR), análises de sensibilidade e testes de estresse.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

a) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por indexador	30.06.2026			31.12.2025		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
1 - Contratos de futuros						
Compromissos de compra	17.336.890	-	-	11.927.628	-	-
DI	9.430.545	-	-	5.877.994	-	-
Moedas	2.172.428	-	-	1.376	-	-
Índice	1.827.367	-	-	4.128.391	-	-
Cupom cambial	3.267.434	-	-	1.457.458	-	-
Outros	639.116	-	-	462.409	-	-
Compromissos de venda	68.173.362	-	-	64.161.152	-	-
DI	60.114.146	-	-	40.621.437	-	-
Moedas	1.917.935	-	-	11.217.900	-	-
Índice	1.532.439	-	-	1.832.589	-	-
Cupom cambial	4.590.849	-	-	10.183.046	-	-
Outros	17.993	-	-	306.180	-	-
2 - Operações a termo						
Posição ativa	1.455.158	1.455.158	1.448.564	729.453	729.453	719.263
Termo de moeda	475.206	475.206	468.698	729.453	729.453	719.263
Termo de títulos públicos	979.952	979.952	979.866	-	-	-
Posição passiva	1.455.158	(1.455.158)	(1.432.644)	729.453	(729.453)	(705.799)
Termo de moeda	475.206	(475.206)	(453.094)	729.453	(729.453)	(705.799)
Termo de títulos públicos	979.952	(979.952)	(979.550)	-	-	-
3 - Contratos de opções						
De compra – Posição comprada	568.445	12.302	10.713	1.243.137	45.688	22.805
Moeda estrangeira	-	-	-	672.125	33.858	11.648
Opções Flexíveis	568.445	12.302	10.713	571.012	11.830	11.157
De venda – Posição comprada	48.402.250	11.732	14.215	10.129.750	9.943	5.910
DI	48.006.000	6.755	433	143.750	4.376	5.555
Moeda estrangeira	396.250	4.977	13.782	9.986.000	5.567	355
De compra – Posição vendida	585.013	(27.003)	(8.944)	1.168.750	(48.921)	(18.309)
Moeda estrangeira	585.013	(27.003)	(8.944)	1.168.750	(48.921)	(18.309)
Opções Flexíveis	-	-	-	-	-	-
De venda – Posição vendida	48.378.850	(18.215)	(23.535)	10.463.892	(17.286)	(14.586)
DI	48.003.000	(5.913)	(421)	9.986.000	(5.456)	(188)
Moeda estrangeira	-	-	-	477.892	(11.830)	(14.398)
Opções Flexíveis	375.850	(12.302)	(23.114)	-	-	-
4 - Contratos de swaps ^{(1) (2)}						
Posição ativa	11.420.995	284.567	460.208	11.931.443	416.815	516.962
DI	7.913.143	212.965	377.263	6.740.966	270.601	323.016
Moeda estrangeira	374.503	38.236	45.853	1.081.349	100.080	129.822
Pré-fixado	3.133.349	33.366	37.092	4.109.128	46.134	64.124
Posição passiva	20.161.477	(1.037.800)	(1.325.429)	13.924.031	(714.704)	(974.152)
DI	10.024.532	(316.608)	(514.294)	6.651.100	(237.577)	(377.822)
Moeda estrangeira	1.879.130	(81.404)	(131.022)	1.733.660	(156.008)	(233.459)
Pré-fixado	7.581.674	(546.433)	(615.636)	5.250.879	(262.600)	(321.949)
IPCA	676.141	(93.355)	(66.924)	288.392	(58.519)	(40.922)
Outros	-	-	2.447	-	-	-
5 - Contratos de câmbio						
Posição ativa	6.126.741	6.206.361	6.209.304	2.080.597	2.105.042	2.105.184
Câmbio comprado a liquidar	3.462.077	3.540.232	3.543.149	1.557.684	1.581.435	1.581.480
Direitos sobre vendas de câmbio	2.664.664	2.666.129	2.666.155	522.913	523.607	523.704
Posição passiva	6.134.635	(6.219.784)	(6.223.529)	2.067.638	(2.092.458)	(2.092.278)
Câmbio vendido a liquidar	4.533.210	(4.538.419)	(4.542.164)	907.779	(908.477)	(908.297)
Obrigações por compras de câmbio	1.601.425	(1.681.365)	(1.681.365)	1.159.859	(1.183.981)	(1.183.981)
6 - Outros instrumentos financeiros derivativos						
Posição ativa	21.147.163	165.115	162.906	23.830.832	177.298	170.724
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira ⁽¹⁾	21.147.163	165.115	162.906	23.830.832	177.298	170.724
Posição passiva	2.752.313	(1.058.807)	(268.321)	3.269.659	(493.986)	(234.423)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira ⁽¹⁾	2.752.313	(1.058.807)	(268.321)	3.269.659	(493.986)	(234.423)
Total ativo (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	106.457.642	8.135.235	8.305.910	61.872.840	3.484.239	3.540.848
Total passivo (1 + 2 + 3 + 4 + 5) ⁽³⁾	146.185.650	(9.816.767)	(9.282.402)	95.055.122	(4.096.808)	(4.039.547)

⁽¹⁾ O valor justo de swap e non deliverable forward - moeda estrangeira contemplam o risco de crédito próprio (spread de crédito) no montante de R\$ 3.828 (R\$ 3.206 em 31 de dezembro de 2025).

⁽²⁾ A apresentação dos contratos de swap por posição (ativa ou passiva) leva em consideração o respectivo valor justo de cada contrato.

⁽³⁾ O valor referencial dos contratos a termo apresentado no passivo não foi considerado no somatório, por representar a contraparte da mesma operação já contemplada na posição ativa.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em dias	30.06.2026					31.12.2025
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	Total	
Contratos futuros	14.034.394	13.622.224	16.502.163	41.351.471	85.510.252	76.088.780
Contratos a termo	109.463	215.600	86.494	1.043.601	1.455.158	729.453
Contratos de opções	138.460	96.854.955	340.983	600.160	97.934.558	23.005.529
Contratos de swaps	1.056.989	4.229.511	4.398.099	21.897.873	31.582.472	25.855.474
Contratos de câmbio	8.734.787	2.441.303	909.417	175.869	12.261.376	4.148.235
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	7.384.937	12.008.025	3.590.574	915.940	23.899.476	27.100.491
Total	31.459.030	129.371.618	25.827.730	65.984.914	252.643.292	156.927.962

c) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial)

	30.06.2026						
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Contratos de câmbio	Non Deliverable Forward	Total
Bolsa de valores	85.510.252	-	96.990.263	-	-	-	182.500.515
Balcão	-	1.455.158	944.295	31.582.472	12.261.376	23.899.476	70.142.777
Inst. do mercado financeiro	-	1.455.158	-	24.270.968	3.187.585	13.758.351	42.672.062
Clientes	-	-	944.295	7.311.504	9.073.791	10.141.125	27.470.715

	31.12.2025						
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Contratos de câmbio	Non Deliverable Forward	Total
Bolsa de valores	76.088.780	-	21.956.625	-	-	-	98.045.405
Balcão	-	1.458.906	1.048.904	25.855.474	4.148.235	27.100.491	59.612.010
Inst. do mercado financeiro	-	1.458.906	-	18.339.400	3.963.174	15.870.617	39.632.097
Clientes	-	-	1.048.904	7.516.074	185.061	11.229.874	19.979.913

d) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos e outras operações liquidadas em câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação

	30.06.2026	31.12.2025
Letras Financeiras do Tesouro	191.286	566.335
Letras do Tesouro Nacional	94.598	88.113
Notas do Tesouro Nacional	1.308.696	1.527.332
Cotas do fundo de investimento liquidez da câmara B3	60.006	85.331
Outros	63.549	59.432
Total	1.718.135	2.326.543



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

e) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	30.06.2026			31.12.2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Operações de termo	1.448.564	-	1.448.564	719.263	-	719.263
Mercado de opções	14.876	10.052	24.928	21.094	7.621	28.715
Contratos de swaps	189.118	271.090	460.208	250.165	266.797	516.962
Contratos de câmbio	6.122.844	86.460	6.209.304	2.044.754	60.430	2.105.184
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	137.272	25.634	162.906	94.286	76.438	170.724
Total	7.912.674	393.236	8.305.910	3.129.562	411.286	3.540.848
Passivo						
Operações de termo	(1.432.644)	-	(1.432.644)	(705.799)	-	(705.799)
Mercado de opções	(15.914)	(16.564)	(32.479)	(10.174)	(22.721)	(32.895)
Contratos de swaps	(290.136)	(1.035.293)	(1.325.429)	(254.112)	(720.040)	(974.152)
Contratos de câmbio	(6.134.121)	(89.409)	(6.223.529)	(2.033.128)	(59.150)	(2.092.278)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	(215.954)	(52.368)	(268.321)	(225.467)	(8.956)	(234.423)
Total	(8.088.769)	(1.193.634)	(9.282.402)	(3.228.680)	(810.867)	(4.039.547)

f) Composição da carteira de derivativos designados para hedge accounting

O conglomerado utiliza relações de *hedge* dos tipos: *Hedge* de valor justo e *hedge* de fluxo de caixa.

Essas estratégias são realizadas nas categorias de risco de taxa de juros e cambial.

Os riscos protegidos e os seus limites são definidos no Comitê de *Asset Liability Management* (ALM). O conglomerado determina a relação entre os instrumentos e objetos de *hedge* de forma que se espere que o valor de mercado desses instrumentos se mova em sentidos opostos e nas mesmas proporções.

O índice de *hedge* estabelecido é sempre de 100% do risco protegido. As fontes de inefetividade são decorrentes do descasamentos de prazos entre os instrumentos e objetos de *hedge*.

Para as operações de crédito os efeitos oriundos da provisão para perdas por redução ao valor recuperável são excluídos do resultado de efetividade, dado que o risco de crédito não é objeto de *hedge*.

Hedge de risco de mercado (Hedge de valor justo)

O conglomerado, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo, da seguinte maneira:

- *Hedge* de operações de crédito e de letras financeiras com risco em taxa pré-fixada são protegidos com contratos futuros de DI.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Itens objeto de <i>hedge</i>	30.06.2026					
	Rubrica do balanço	Valor contábil do objeto de <i>hedge</i>		Ajuste ao valor justo do objeto de <i>hedge</i>		Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾
		Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	
Risco de taxa de juros						
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Operações de crédito	19.849.058	-	(217.628)	-	3.117.202
<i>Hedge</i> de letras financeiras subordinadas perpétuas - Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	Títulos emitidos	-	364.664	-	(89.641)	(14.710)
Total		19.849.058	364.664	(217.628)	(89.641)	3.102.492
	31.12.2025					
Risco de taxa de juros						
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Operações de crédito	19.579.583	-	(175.496)	-	3.930.593
<i>Hedge</i> de letras financeiras subordinadas perpétuas - Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	Títulos emitidos	-	352.585	-	(77.331)	(96.052)
Total		19.579.583	352.585	(175.496)	(77.331)	3.834.541

⁽¹⁾ Alterações no valor do item objeto de hedge, que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de hedge, resultam no montante de inefetividade do hedge.

Para as estratégias de operações de crédito, o conglomerado reestabelece a relação de cobertura dado que, tanto o item protegido, quanto os instrumentos, são redimensionados ao longo da vida da carteira objeto de hedge. Isso se deve ao fato de se tratarem de estratégias de portfólio, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de risco aprovadas por alçada competente.

Para as operações de hedge de valor justo são realizados rebalanceamentos em base diária, refletindo a dinâmica das posições e a adequada mensuração dos instrumentos financeiros, sendo as posições ajustadas em função de eventos como liquidações antecipadas, vencimentos, novas produções e cessões.

Instrumentos de <i>hedge</i>	30.06.2026			
	Valor referencial		Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	Inefetividade de <i>hedge</i> reconhecida no resultado ⁽²⁾
	Ativos	Passivos		
Risco de taxa de juros				
Futuro DI	476.854	18.891.391	(3.189.602)	(87.110)
Total	476.854	18.891.391	(3.189.602)	(87.110)
	31.12.2025			
Risco de taxa de juros				
Futuro DI	468.551	18.503.667	(3.861.452)	(26.910)
Total	468.551	18.503.667	(3.861.452)	(26.910)

⁽¹⁾ Alterações no valor justo do instrumento de hedge, que confrontadas com as alterações no valor do item objeto de hedge, resultam no montante de inefetividade do hedge.

⁽²⁾ Saldos apresentados em base acumulada para que seja possível confrontar com as alterações no valor justo do instrumento e do objeto de hedge. A parcela inefetiva foi reconhecida no resultado em "Resultado com instrumentos financeiros derivativos".

Nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, não houve desmonte de operações e nenhum efeito no resultado foi produzido, pois a amortização de desmontes anteriores já havia sido concluída.

Hedge de fluxo de caixa

Para proteger os fluxos de caixa futuros de pagamentos contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), o conglomerado negociou contratos de Futuro DI na B3.

Para proteger os fluxos de recebimentos futuros de títulos soberanos emitidos pela República Federativa do Brasil no exterior e outros títulos emitidos no exterior contra a exposição ao risco cambial (USD, EUR e CHF), o conglomerado negociou contratos de swap em mercado de balcão, registrados na B3.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Itens objeto de <i>hedge</i>	30.06.2026				
	Rubrica do balanço	Valor contábil		Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	Reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa
		Ativos	Passivos		
Risco de taxa de juros					
<i>Hedge</i> de letras financeiras	Títulos emitidos	-	24.709.209	(192.853)	84.787
Risco de variação cambial					
<i>Hedge</i> de títulos da dívida externa brasileira	Títulos e valores mobiliários	758.505	-	56.877	(44.927)
<i>Hedge</i> de obrigações com TVM no exterior	Títulos emitidos	-	3.245.035	425.709	(48.093)
<i>Hedge</i> de obrigações por empréstimos no exterior	Obrigações por empréstimos e repasses	-	2.266.536	158.687	(8.759)
Total		758.505	30.220.780	448.420	(16.992)
	31.12.2025				
Risco de taxa de juros					
<i>Hedge</i> de letras financeiras	Títulos emitidos	-	20.352.346	(28.106)	(28.608)
Risco de variação cambial					
<i>Hedge</i> de títulos da dívida externa brasileira	Títulos e valores mobiliários	908.059	-	142.361	(71.606)
<i>Hedge</i> de obrigações com TVM no exterior	Títulos emitidos	-	3.449.268	193.923	(46.003)
<i>Hedge</i> de obrigações por empréstimos no exterior	Obrigações por empréstimos e repasses	-	1.628.708	86.768	(6.928)
Total		908.059	25.430.322	394.946	(153.145)

⁽¹⁾ Alterações no valor do item objeto de *hedge*, que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de *hedge*, resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

Instrumentos de <i>hedge</i>	30.06.2026				
	Valor contábil		Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	Variação no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecido em outros resultados abrangentes	Inefetividade de <i>hedge</i> ⁽²⁾
	Ativos	Passivos			
Risco de taxa de juros					
Futuros DI	24.869.055	-	191.998	113.663	128
Risco de variação cambial					
<i>Swap</i> ^{(3) (4) (5)}	56.022	583.337	(639.551)	22.758	-
Total	24.925.077	583.337	(447.553)	136.421	128
	31.12.2025				
Risco de taxa de juros					
Futuros DI	20.368.983	-	28.015	(43.472)	26
Risco de variação cambial					
<i>Swap</i> ^{(3) (4) (5)}	4.660.727	937.891	(421.644)	(86.891)	(2)
Total	25.029.710	937.891	(393.629)	(130.363)	24

⁽¹⁾ Alterações no valor justo do instrumento de *hedge* que confrontadas com as alterações no valor do item objeto de *hedge* resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

⁽²⁾ Saldos apresentados em base acumulada para que seja possível confrontar com as alterações no valor justo do instrumento e do objeto de *hedge*.

⁽³⁾ O valor referencial dos contratos de *swap* para o *hedge* de obrigações com TVM no exterior é de R\$ 6.891.154 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025).

⁽⁴⁾ O valor referencial dos contratos de *swap* para o *hedge* de títulos da dívida externa brasileira é de R\$ 925.636 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025).

⁽⁵⁾ O valor referencial dos contratos de *swap* para o *hedge* de obrigações por empréstimos no exterior é de R\$ 2.255.628 em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025).

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.

No período findo em 30 de junho de 2026, o ajuste ao valor justo da parcela efetiva, no montante de R\$ 120.243 (R\$ (124.593) no período findo em 30 de junho de 2025), foi reconhecida no Patrimônio Líquido e a parcela inefetiva, no montante de R\$ 104 (R\$ (605) em 30 de junho de 2025) foi reconhecida no resultado em "Resultado com instrumentos financeiros derivativos".



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Os ganhos líquidos dos efeitos fiscais relativos ao *hedge* de fluxo de caixa que o conglomerado espera reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, totalizam R\$ 9.647 (perdas líquidas de R\$ (80.933) no período findo em 30 de junho de 2025).

Algumas operações deixaram de ser qualificadas como *hedge* de fluxo de caixa e o saldo correspondente ao ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge* existente na data do encerramento do *hedge* contábil passou a ser diferido pelo prazo contratual dessas operações. Em 30 de junho de 2026, o valor bruto acumulado em Outros Resultados Abrangentes referente a estratégias descontinuadas é de R\$ 75.520 (R\$ 91.698 em 31 de dezembro de 2025) e o montante dessa reserva que afetou o resultado bruto do período é de R\$ 16.178 no período findo em (R\$ 7.508 no período findo em 30 de junho de 2025).

g) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2º Trimestre/ 2026	2º Trimestre/ 2025	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Contratos de <i>swap</i>	(64.328)	5.206	(219.848)	(31.053)
Contratos a termo	(218)	(11.281)	4.109	(25.816)
Contratos de opções	(2.213)	(6.245)	3.473	(7.481)
Contratos de futuros	346.042	(639.095)	1.075.890	(1.132.886)
Contratos de câmbio	(1.054.328)	(117.654)	(1.730.137)	(558.216)
Derivativos de crédito	-	58	-	(7.736)
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros objeto de <i>hedge</i>	33.528	503.112	(31.280)	1.056.375
<i>Non Deliverable Forward</i> - Moeda estrangeira	(216.221)	(322.084)	(664.919)	(633.230)
Resultado com variação cambial sobre investimentos no exterior	(6.420)	(108.507)	(122.595)	(262.039)
Total	(964.158)	(696.490)	(1.685.307)	(1.602.082)

14. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTRAS OPERAÇÕES COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Carteira por modalidade

	Nota	30.06.2026	31.12.2025
Operações de crédito		79.901.040	76.551.013
Pessoas físicas		73.553.867	69.592.291
Empréstimos		6.148.792	5.575.721
Financiamentos		61.907.559	58.453.113
Crédito consignado		243.882	332.510
Cartão de crédito		5.253.634	5.230.947
Pessoas jurídicas		6.347.173	6.958.722
Outras operações com características de concessão de crédito		2.668.446	2.974.007
Operações de arrendamento mercantil financeiro		147.508	119.718
Total de operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito (saldo bruto)	14f	82.716.994	79.644.738
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	14g	(10.181.869)	(9.413.221)
Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾		(217.628)	(175.496)
Total de operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito (saldo líquido)		72.317.497	70.056.021
Ativo circulante		42.605.622	41.255.944
Ativo não circulante		29.711.875	28.800.077

⁽¹⁾ Os valores que compõem o saldo de ajuste a valor justo referem-se a carteira de operações de crédito que é objeto de *hedge* e faz parte de estrutura de *hedge accounting*.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b) Carteira por setores de atividade econômica

	30.06.2026	%	31.12.2025	%
Setor privado	82.716.994	100,00 %	79.644.738	100,00 %
Pessoa física ⁽¹⁾	73.795.614	89,21 %	68.781.527	86,36 %
Pessoa jurídica	8.921.380	10,79 %	10.863.211	13,64 %
Açúcar e etanol	911.073	1,10 %	1.092.460	1,37 %
Agronegócio	1.635.228	1,98 %	1.641.280	2,06 %
Atividades específicas da construção	95.219	0,12 %	157.720	0,20 %
Automotivo	248.392	0,30 %	436.572	0,55 %
Comércio atacadista e indústrias diversas	1.695.623	2,05 %	1.985.310	2,49 %
Comércio varejista	816.027	0,99 %	617.642	0,78 %
Construção pesada	113.252	0,14 %	72.586	0,09 %
Cooperativas	1.092.286	1,32 %	1.268.326	1,59 %
Energia elétrica	98.508	0,12 %	166.692	0,21 %
Instituições e serviços financeiros	112.368	0,14 %	102.111	0,13 %
Madeireiro e moveleiro	58.017	0,07 %	59.002	0,07 %
Mineração e metalurgia	63.419	0,08 %	125.034	0,16 %
Papel e celulose	84.361	0,10 %	93.300	0,12 %
Pequenas e médias empresas ⁽²⁾	148.149	0,18 %	227.322	0,29 %
Químico	197.807	0,24 %	233.740	0,29 %
Serviços	891.167	1,08 %	826.430	1,04 %
Telecomunicações	106.987	0,13 %	98.730	0,12 %
Têxtil e confecções	115.418	0,14 %	208.410	0,26 %
Transportes	437.858	0,53 %	365.942	0,46 %
Demais atividades	221	— %	1.084.602	1,36 %
Total da carteira de crédito	82.716.994	100,00 %	79.644.738	100,00 %

⁽¹⁾ Contempla operações de crédito e títulos com características de concessão de crédito.

⁽²⁾ Incluem operações de crédito com os setores de agronegócio e outros setores de atividade econômica realizada com pequenas e médias empresas.

c) Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (redução ao valor recuperável)

	2º Trimestre/ 2026	2º Trimestre/ 2025	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
(Constituição) / reversão de provisão para perdas associadas à carteira de crédito	(674.415)	(1.187.312)	(1.782.234)	(2.127.424)
Operações de crédito	(679.627)	(1.154.063)	(1.773.360)	(2.067.687)
Outros créditos com características de concessão de crédito	5.212	(33.249)	(8.874)	(59.737)
Rendas de recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	69.951	549.711	135.622	433.478
Operações de crédito	69.196	548.802	134.867	418.104
Outras operações com características de concessão de crédito	755	909	755	15.374
Total de (constituição) / reversão de provisão para perdas associadas à carteira de crédito	(604.464)	(637.601)	(1.646.612)	(1.693.946)
Outras (constituições) / reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito ⁽¹⁾	929	(41.770)	138.459	(37.571)
Compromissos de crédito	942	(41.825)	138.913	(36.220)
Outros riscos	(13)	55	(454)	(1.351)
Total de outras (constituições) / reversões de provisões associadas ao risco de crédito	929	(41.770)	138.459	(37.571)
Total	(603.535)	(679.371)	(1.508.153)	(1.731.517)

⁽¹⁾ As respectivas provisões estão apresentadas no passivo em "Provisões para perda esperada" (Nota [14g](#)).



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

d) Carteira por prazos de vencimento

	30.06.2026	31.12.2025
Vencidas a partir de 1 dia de atraso ⁽¹⁾	4.481.338	3.868.223
A vencer em até 90 dias	14.103.061	14.002.179
A vencer de 91 a 360 dias	28.294.744	27.170.090
A vencer acima de 360 dias	35.837.851	34.604.246
Total de operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito (saldo bruto) ⁽²⁾	82.716.994	79.644.738

⁽¹⁾ Contempla apenas o saldo das parcelas vencidas, não incluindo as parcelas vincendas do mesmo contrato que se encontram adimplentes.

⁽²⁾ Não inclui ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado.

e) Concentração das operações de crédito

	30.06.2026	% da carteira	31.12.2025	% da carteira
Maior devedor	250.000	0,30 %	246.130	0,30 %
10 Maiores devedores	1.407.678	1,50 %	1.458.843	1,70 %
20 Maiores devedores	2.324.146	2,50 %	2.384.172	2,70 %
50 Maiores devedores	3.967.250	4,30 %	4.185.582	4,80 %
100 Maiores devedores	5.649.101	6,10 %	5.981.636	6,80 %

f) Valor contábil bruto ⁽¹⁾ (operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito)

Reconciliação do valor contábil bruto, segregado por estágios:

Estágio 1	Saldo em 31/12/2025	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	Concessões/ (liquidações) ⁽²⁾	Saldo em 30/06/2026 ³
Operações de crédito	63.676.080	1.299.299	122.078	(2.468.794)	(1.357.857)	5.776.520	67.047.326
Pessoas físicas	57.131.095	1.296.489	120.828	(2.448.962)	(1.327.245)	6.201.089	60.973.294
Financiamentos	48.598.854	996.000	108.355	(2.063.349)	(1.141.135)	5.569.879	52.068.604
Outros	8.532.241	300.489	12.473	(385.613)	(186.110)	631.210	8.904.690
Pessoas jurídicas	6.544.985	2.810	1.250	(19.832)	(30.612)	(424.569)	6.074.032
Outras operações com características de concessão de crédito	2.832.572	-	-	(19.928)	(25.968)	(309.380)	2.477.296
Operações de arrendamento mercantil financeiro	119.718	-	-	-	-	27.790	147.508
Total	66.628.370	1.299.299	122.078	(2.488.722)	(1.383.825)	5.494.930	69.672.130

Estágio 2	Saldo em 31/12/2025	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	Concessões/ (liquidações) ⁽²⁾	Saldo em 30/06/2026
Operações de crédito	4.774.922	2.468.794	18.497	(1.299.299)	(1.610.785)	(179.706)	4.172.423
Pessoas físicas	4.671.830	2.448.962	18.497	(1.296.489)	(1.591.502)	(149.796)	4.101.502
Financiamentos	3.701.584	2.063.349	16.481	(996.000)	(1.325.305)	(78.030)	3.382.079
Outros	970.246	385.613	2.016	(300.489)	(266.197)	(71.766)	719.423
Pessoas jurídicas	103.092	19.832	-	(2.810)	(19.283)	(29.910)	70.921
Outras operações com características de concessão de crédito	63.070	19.928	-	-	(6.193)	(15.494)	61.311
Total	4.837.992	2.488.722	18.497	(1.299.299)	(1.616.978)	(195.200)	4.233.734



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Estágio 3	Saldo em 31/12/2025	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Write off	Concessões/ (liquidações) (2)	Saldo em 30/06/2026
Operações de crédito	8.100.011	1.357.857	1.610.785	(122.078)	(18.497)	(963.527)	(1.283.260)	8.681.291
Pessoas físicas	7.789.366	1.327.245	1.591.502	(120.828)	(18.497)	(949.126)	(1.140.591)	8.479.071
Financiamentos	6.126.984	1.141.135	1.325.305	(108.355)	(16.481)	(650.948)	(1.360.764)	6.456.876
Outros	1.662.382	186.110	266.197	(12.473)	(2.016)	(298.178)	220.173	2.022.195
Pessoas jurídicas	310.645	30.612	19.283	(1.250)	-	(14.401)	(142.669)	202.220
Outras operações com características de concessão de crédito	78.365	25.968	6.193	-	-	(14.794)	34.107	129.839
Total	8.178.376	1.383.825	1.616.978	(122.078)	(18.497)	(978.321)	(1.249.153)	8.811.130

Resumo dos 3 estágios	Saldo em 31/12/2025	Transf. entre estágios	Write off	Concessões/ (liquidações) (2)	Saldo em 30/06/2026
-----------------------	---------------------	------------------------	-----------	-------------------------------	---------------------

Por operação:

Operações de crédito	76.551.013	-	(963.527)	4.313.554	79.901.040
Pessoas físicas	69.592.291	-	(949.126)	4.910.702	73.553.867
Financiamentos	58.427.422	-	(650.948)	4.131.085	61.907.559
Outros	11.164.869	-	(298.178)	779.617	11.646.308
Pessoas jurídicas	6.958.722	-	(14.401)	(597.148)	6.347.173
Outras operações com características de concessão de crédito	2.974.007	-	(14.794)	(290.767)	2.668.446
Operações de arrendamento mercantil financeiro	119.718	-	-	27.790	147.508
Total	79.644.738	-	(978.321)	4.050.577	82.716.994

Por estágio:

Estágio 1	66.628.370	(2.451.170)	-	5.494.930	69.672.130
Estágio 2	4.837.992	(409.058)	-	(195.200)	4.233.734
Estágio 3	8.178.376	2.860.228	(978.321)	(1.249.153)	8.811.130
Total	79.644.738	-	(978.321)	4.050.577	82.716.994

Estágio 1	Saldo em 31/12/2024	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	Concessões/ (liquidações) (2)	Saldo em 31/12/2025 (3)
Operações de crédito	64.615.665	1.293.642	176.426	(3.161.203)	(3.305.359)	4.056.909	63.676.080
Pessoas físicas	54.724.950	1.293.642	176.426	(3.073.459)	(3.193.266)	7.202.802	57.131.095
Financiamentos	47.214.100	794.610	119.245	(2.458.007)	(2.520.889)	5.449.795	48.598.854
Outros	7.510.850	499.032	57.181	(615.452)	(672.377)	1.753.007	8.532.241
Pessoas jurídicas	9.890.715	-	-	(87.744)	(112.093)	(3.145.893)	6.544.985
Outras operações com características de concessão de crédito	1.504.722	-	-	(705)	(10.367)	1.338.922	2.832.572
Operações de arrendamento mercantil	31.008	29	-	-	-	88.681	119.718
Total	66.151.395	1.293.671	176.426	(3.161.908)	(3.315.726)	5.484.512	66.628.370



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Estágio 2	Saldo em 31/12/2024	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	Concessões/ (liquidações) ⁽²⁾	Saldo em 31/12/2025
Operações de crédito	4.903.014	3.161.203	48.620	(1.293.642)	(1.919.542)	(124.731)	4.774.922
Pessoas físicas	4.670.774	3.073.459	45.761	(1.293.642)	(1.897.968)	73.446	4.671.830
Financiamentos	3.817.525	2.458.007	32.679	(794.610)	(1.530.458)	(281.559)	3.701.584
Outros	853.249	615.452	13.082	(499.032)	(367.510)	355.005	970.246
Pessoas jurídicas	232.240	87.744	2.859	-	(21.574)	(198.177)	103.092
Outras operações com características de concessão de crédito	82.276	705	-	-	(1.177)	(18.734)	63.070
Operações de arrendamento mercantil	28	-	-	(29)	-	1	-
Total	4.985.318	3.161.908	48.620	(1.293.671)	(1.920.719)	(143.464)	4.837.992

Estágio 3	Saldo em 31/12/2024	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Write off	Concessões / (liquidações) / outros ⁽⁴⁾	Saldo em 31/12/2025
Operações de crédito	5.897.806	3.305.359	1.919.542	(176.426)	(48.620)	(1.430.093)	(1.367.557)	8.100.011
Pessoas físicas	4.901.220	3.193.266	1.897.968	(176.426)	(45.761)	(839.105)	(1.141.796)	7.789.366
Financiamentos	3.792.470	2.520.889	1.530.458	(119.245)	(32.679)	(288.128)	(1.276.781)	6.126.984
Outros	1.108.750	672.377	367.510	(57.181)	(13.082)	(550.977)	134.985	1.662.382
Pessoas jurídicas	996.586	112.093	21.574	-	(2.859)	(590.988)	(225.761)	310.645
Outras operações com características de concessão de crédito	56.792	10.367	1.177	-	-	(10.505)	20.534	78.365
Operações de arrendamento mercantil financeiro	185	-	-	-	-	(23)	(162)	-
Total	5.954.783	3.315.726	1.920.719	(176.426)	(48.620)	(1.440.621)	(1.347.185)	8.178.376

Resumo dos 3 estágios	Saldo em 31/12/2024	Transf. entre estágios	Write off	Concessões/ (liquidações) / outros ⁽⁴⁾	Saldo em 31/12/2025
-----------------------	---------------------	------------------------	-----------	---	---------------------

Por operação:

Operações de crédito	75.416.485	-	(1.430.093)	2.564.621	76.551.013
Pessoas físicas	64.296.944	-	(839.105)	6.134.452	69.592.291
Financiamentos	54.824.095	-	(288.128)	3.891.455	58.427.422
Outros	9.472.849	-	(550.977)	2.242.997	11.164.869
Pessoas jurídicas	11.119.541	-	(590.988)	(3.569.831)	6.958.722
Outras operações com características de concessão de crédito	1.643.790	-	(10.505)	1.340.722	2.974.007
Operações de arrendamento mercantil financeiro	31.221	-	(23)	88.520	119.718
Total	77.091.496	-	(1.440.621)	3.993.863	79.644.738

Por estágio:

Estágio 1	66.151.395	(5.007.537)	-	5.484.512	66.628.370
Estágio 2	4.985.318	(3.862)	-	(143.464)	4.837.992
Estágio 3	5.954.783	5.011.399	(1.440.621)	(1.347.185)	8.178.376
Total	77.091.496	-	(1.440.621)	3.993.863	79.644.738

(1) Não inclui ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de *hedge* de risco de mercado.
(2) Inclui apropriação de juros das operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro.
(3) Não houve ativos financeiros alocados no primeiro estágio com mais de 30 (trinta) dias de atraso em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.
(4) Inclui reestruturação de ativos.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

g) Perda esperada

Reconciliação da perda esperada, que inclui provisão para carteira *off balance*, segregada por estágios:

Estágio 1	Saldo em 31/12/2025	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 2	Transferência para estágio 3	(Constituição)/reversão	Saldo em 30/06/2026
Operações de crédito	(1.856.933)	(323.402)	(85.366)	122.365	86.268	(172.811)	(2.229.879)
Pessoas físicas	(1.834.503)	(323.315)	(84.554)	122.279	86.049	(176.373)	(2.210.417)
Financiamentos	(1.401.011)	(255.426)	(74.629)	95.282	68.990	(164.141)	(1.730.935)
Outros	(433.492)	(67.889)	(9.925)	26.997	17.059	(12.232)	(479.482)
Pessoas jurídicas	(22.430)	(87)	(812)	86	219	3.562	(19.462)
Outras operações com características de concessão de crédito	(15.250)	-	-	90	245	(464)	(15.379)
Operações de arrendamento mercantil financeiro	(514)	-	-	-	-	(82)	(596)
Total	(1.872.697)	(323.402)	(85.366)	122.455	86.513	(173.357)	(2.245.854)

Estágio 2	Saldo em 31/12/2025	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	(Constituição)/reversão	Saldo em 30/06/2026
Operações de crédito	(1.422.274)	(122.365)	(12.657)	323.402	567.823	(585.071)	(1.251.142)
Pessoas físicas	(1.419.863)	(122.279)	(12.657)	323.315	567.310	(584.808)	(1.248.982)
Financiamentos	(1.095.373)	(95.282)	(10.915)	255.426	454.957	(463.725)	(954.912)
Outros	(324.490)	(26.997)	(1.742)	67.889	112.353	(121.083)	(294.070)
Pessoas jurídicas	(2.411)	(86)	-	87	513	(263)	(2.160)
Outras operações com características de concessão de crédito	(9.262)	(90)	-	-	109	(702)	(9.945)
Total	(1.431.536)	(122.455)	(12.657)	323.402	567.932	(585.773)	(1.261.087)

Estágio 3	Saldo em 31/12/2025	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Write off	(Constituição)/reversão	Saldo em 30/06/2026
Operações de crédito	(6.050.344)	(86.268)	(567.823)	85.366	12.657	949.126	(884.801)	(6.542.087)
Pessoas físicas	(5.818.695)	(86.049)	(567.310)	84.554	12.657	949.126	(961.213)	(6.386.930)
Financiamentos	(4.364.855)	(68.990)	(454.957)	74.629	10.915	650.948	(449.176)	(4.601.486)
Outros	(1.453.840)	(17.059)	(112.353)	9.925	1.742	298.178	(512.037)	(1.785.444)
Pessoas jurídicas	(231.649)	(219)	(513)	812	-	-	76.412	(155.157)
Outras operações com características de concessão de crédito	(58.644)	(245)	(109)	-	-	-	(73.843)	(132.841)
Total	(6.108.988)	(86.513)	(567.932)	85.366	12.657	949.126	(958.644)	(6.674.928)

Resumo dos 3 estágios	Saldo em 31/12/2025	Transf. entre estágios	Write off	(Constituição)/reversão ⁽¹⁾	Saldo em 30/06/2026 ⁽²⁾
Por operação:					
Operações de crédito	(9.329.551)	-	949.126	(1.642.683)	(10.023.108)
Pessoas físicas	(9.073.061)	-	949.126	(1.722.394)	(9.846.329)
Financiamentos	(6.861.239)	-	650.948	(1.077.042)	(7.287.333)
Outros	(2.211.822)	-	298.178	(645.352)	(2.558.996)
Pessoas jurídicas	(256.490)	-	-	79.711	(176.779)
Outras operações com características de concessão de crédito	(83.156)	-	-	(75.009)	(158.165)
Operações de arrendamento mercantil financeiro	(514)	-	-	(82)	(596)
Total	(9.413.221)	-	949.126	(1.717.774)	(10.181.869)

Por estágio:					
Estágio 1	(1.872.697)	(199.800)	-	(173.357)	(2.245.854)
Estágio 2	(1.431.536)	756.222	-	(585.773)	(1.261.087)
Estágio 3	(6.108.988)	(556.422)	949.126	(958.644)	(6.674.928)
Total	(9.413.221)	-	949.126	(1.717.774)	(10.181.869)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Estágio 1	Saldo em 31/12/2024	Transferência do estágio 2	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 2 ⁽³⁾	Transferência para estágio 3	(Constituição)/reversão	Saldo em 31/12/2025
Operações de crédito	(1.721.868)	(272.085)	(124.634)	147.699	183.618	(69.663)	(1.856.933)
Pessoas físicas	(1.681.520)	(272.085)	(124.634)	147.053	183.125	(86.442)	(1.834.503)
Financiamentos	(1.334.470)	(183.143)	(72.051)	106.030	122.557	(39.934)	(1.401.011)
Outros	(347.050)	(88.942)	(52.583)	41.023	60.568	(46.508)	(433.492)
Pessoas jurídicas	(40.348)	-	-	646	493	16.779	(22.430)
Outras operações com características de concessão de crédito	(9.560)	-	-	1	75	(5.766)	(15.250)
Operações de arrendamento mercantil	(4)	(1)	-	-	-	(509)	(514)
Total	(1.731.432)	(272.086)	(124.634)	147.700	183.693	(75.938)	(1.872.697)

Estágio 2	Saldo em 31/12/2024	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 3	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 3	(Constituição)/reversão	Saldo em 31/12/2025
Operações de crédito	(1.357.745)	(147.699)	(33.702)	272.085	608.599	(763.812)	(1.422.274)
Pessoas físicas	(1.338.912)	(147.053)	(32.998)	272.085	607.136	(780.121)	(1.419.863)
Financiamentos	(1.008.159)	(106.030)	(20.862)	183.143	463.997	(607.462)	(1.095.373)
Outros	(330.753)	(41.023)	(12.136)	88.942	143.139	(172.659)	(324.490)
Pessoas jurídicas	(18.833)	(646)	(704)	-	1.463	16.309	(2.411)
Outras operações com características de concessão de crédito	(6.394)	(1)	-	-	364	(3.231)	(9.262)
Operações de arrendamento mercantil	(1)	-	-	1	-	-	-
Total	(1.364.140)	(147.700)	(33.702)	272.086	608.963	(767.043)	(1.431.536)

Estágio 3	Saldo em 31/12/2024	Transferência do estágio 1	Transferência do estágio 2	Transferência para estágio 1	Transferência para estágio 2	Write off	(Constituição)/reversão	Saldo em 31/12/2025
Operações de crédito	(4.500.260)	(183.618)	(608.599)	124.634	33.702	839.105	(1.755.308)	(6.050.344)
Pessoas físicas	(3.548.571)	(183.125)	(607.136)	124.634	32.998	839.105	(2.476.600)	(5.818.695)
Financiamentos	(2.500.548)	(122.557)	(463.997)	72.051	20.862	288.128	(1.658.794)	(4.364.855)
Outros	(1.048.023)	(60.568)	(143.139)	52.583	12.136	550.977	(817.806)	(1.453.840)
Pessoas jurídicas	(951.689)	(493)	(1.463)	-	704	-	721.292	(231.649)
Outras operações com características de concessão de crédito	(39.292)	(75)	(364)	-	-	-	(18.913)	(58.644)
Operações de arrendamento	(120)	-	-	-	-	-	120	-
Total	(4.539.672)	(183.693)	(608.963)	124.634	33.702	839.105	(1.774.101)	(6.108.988)

Resumo dos 3 estágios	Saldo em 31/12/2024	Transf. entre estágios	Write off	(Constituição)/reversão	Saldo em 31/12/2025
Por operação:					
Operações de crédito	(7.579.873)	-	839.105	(2.588.783)	(9.329.551)
Pessoas físicas	(6.569.003)	-	839.105	(3.343.163)	(9.073.061)
Financiamentos	(4.843.177)	-	288.128	(2.306.190)	(6.861.239)
Outros	(1.725.826)	-	550.977	(1.036.973)	(2.211.822)
Pessoas jurídicas	(1.010.870)	-	-	754.380	(256.490)
Outras operações com características de concessão de crédito	(55.246)	-	-	(27.910)	(83.156)
Operações de arrendamento mercantil financeiro	(125)	-	-	(389)	(514)
Total	(7.635.244)	-	839.105	(2.617.082)	(9.413.221)
Por estágio:					
Estágio 1	(1.731.432)	(65.327)	-	(75.938)	(1.872.697)
Estágio 2	(1.364.140)	699.647	-	(767.043)	(1.431.536)
Estágio 3	(4.539.672)	(634.320)	839.105	(1.774.101)	(6.108.988)
Total	(7.635.244)	-	839.105	(2.617.082)	(9.413.221)

⁽¹⁾ No período findo em 30 de junho de 2026, foram realizadas cessões sem retenção substancial dos riscos e benefícios da carteira ativa detalhadas na nota [14 h](#))

⁽²⁾ A movimentação está relacionada ao aprimoramento prospectivo do modelo de cálculo da perda esperada, conforme as diretrizes do IFRS 9.

⁽³⁾ Inclui os efeitos do refinamento de critérios de movimentações entre estágios decorrentes de renegociações de operações.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

O montante referente a Perda de crédito esperada para operações de garantias financeiras prestadas de R\$ 148.301 e Compromissos de Crédito de R\$ 103.845 (R\$ 138.291 e R\$ 252.306, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025), está registrado no passivo em "Provisões para perda esperada".

h) Informações sobre cessões de crédito

h.1 Cessões com retenção substancial dos riscos e benefícios

	30.06.2026		31.12.2025	
	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾
Com coobrigação	6.997.826	7.836.021	6.601.495	7.371.597
Instituições financeiras - Partes relacionadas	6.997.826	7.836.021	6.601.495	7.371.597

⁽¹⁾ Registrado na rubrica Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

h.2 Cessões sem retenção substancial dos riscos e benefícios

	30.06.2026			2º trimestre de 2026	31.12.2025			1º Semestre/2025
	Valor cessão	Valor presente	Resultado cessão ^{(1) (2)}	Resultado cessão ^{(1) (2)}	Valor cessão	Valor presente	Resultado cessão ^{(1) (2)}	Resultado cessão ^{(1) (2)}
Financiamentos	1.467.298	1.542.447	87.726	87.726	1.462.461	1.410.541	220.566	32.764
Empréstimos	3.930	7.933	(3.826)	-	-	-	-	-
Cartão de crédito	1	28	1	1	-	-	-	-
Consignado FGTS	1.237	1.160	77	77	-	-	-	-
Receíveis	118.990	109.287	(8.925)	(8.925)	-	-	-	-
Créditos em prejuízo	33.744	1.117.365	33.744	15.102	106.664	1.082.020	106.664	-
Total	1.625.200	2.778.220	108.797	93.981	1.569.125	2.492.561	327.230	32.764

⁽¹⁾ Contempla as respectivas reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito existentes para as operações cedidas, cujos impactos estão apresentados no resultado na linha "Resultado de perdas por redução ao valor recuperável" no montante de R\$ 215.120 (R\$ 7.033 em 30 de junho de 2025).

⁽²⁾ Outras despesas de provisões para perdas associadas ao risco de crédito relacionadas às cessões estão apresentadas na nota explicativa [14c](#).

h.3 Resultado com venda ou transferência de ativos financeiros

	2º Trimestre/2026	2º Trimestre/2025	1º Semestre/2026	1º Semestre/2025
Rendas com venda ou transferência de ativos financeiros	530.949	423.171	877.735	859.214
Rendas com cessão com retenção substancial dos riscos e benefícios	416.978	423.171	761.821	833.483
Rendas com cessão sem retenção substancial dos riscos e benefícios ⁽¹⁾	113.971	-	115.914	25.731
Despesas com venda ou transferência de ativos financeiros	(498.525)	(268.382)	(734.321)	(574.341)
Despesas com cessão com retenção substancial dos riscos e benefícios	(280.318)	(268.382)	(512.082)	(574.341)
Despesas com cessão sem retenção substancial dos riscos e benefícios ⁽¹⁾	(218.207)	-	(222.239)	-
Total	32.424	154.789	143.414	284.873

⁽¹⁾ Não inclui as receitas decorrentes de reversões de provisões, recuperações de créditos em prejuízo ou qualquer resultado cuja natureza não seja especificamente a cessão.

i) Operações renegociadas

	30.06.2026	31.12.2025
Total de ativos renegociados no início do período	10.802.933	9.414.110
Adições	4.008.484	6.094.084
Baixas / liquidações	(1.680.954)	(4.705.261)
Total de ativos renegociados no final do período	13.130.463	10.802.933

j) Outras informações

	30.06.2026	31.12.2025
Créditos contratados a liberar	6.310.231	6.260.763
Garantias financeiras prestadas (Nota 35.2.a.v)	6.033.421	6.572.057



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

15. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA

Os ativos não financeiros mantidos para a venda referem-se, principalmente, a imóveis e veículos não de uso (i) adjudicados, recebidos em dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas; (ii) imóveis construídos por sociedades investidas de propósitos específicos e destinados para a venda; e (iii) participações em empreendimentos imobiliários mantidos para venda.

	30.06.2026	31.12.2025
Imóveis	162.814	164.369
Veículos e afins	153.301	127.255
Provisão para perda ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(77.539)	(78.293)
Total	238.576	213.331
Ativo circulante	169.389	152.116
Ativo não circulante	69.187	61.215

16. PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

a) Movimentações nas participações coligadas e controladas em conjunto

	31.12.2025	Movimentação		30.06.2026	1º Semestre/ 2025
	Valor do investimento	Outros eventos ⁽¹⁾	Resultado equivalência / Outros ⁽²⁾	Valor do investimento	Resultado equivalência
1 - Coligadas do Banco	51.492	(58.851)	7.359	-	(63.276)
Tivio Capital DTVM ⁽³⁾	51.492	(58.851)	7.359	-	(30.575)
EM2104 ⁽³⁾	-	-	-	-	(32.701)
2 - Coligadas do Banco BV S.A. - Portal Solar ⁽⁵⁾	-	-	-	-	153
3 - Coligadas via fundos de investimentos em participações - Méliuz S.A.	-	-	-	-	1.523
4 - Coligadas e controladas em conjunto da BVEP ⁽⁵⁾	2.641	123	(382)	2.382	54
Total (1 + 2 + 3 + 4) - Consolidado	54.133	(58.728)	6.977	2.382	(61.546)

⁽¹⁾ Inclui movimentação de outros resultados abrangentes.

⁽²⁾ Contempla movimentação no resultado de ágio, mais valia e *impairment* no período findo em 30 de junho de 2026.

⁽³⁾ Em março de 2026, o Banco exerceu a opção de venda referente à participação remanescente de 38,77% na Tivio, concluindo a alienação integral do investimento. No mesmo mês, celebrou contrato para a venda da participação de 40,37% na Trademaster, detida indiretamente por meio da EM2104, controladora de 98,98% da Trademaster. A transferência das ações foi concluída em abril de 2026.

17. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	30.06.2026	31.12.2025
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	10
Outros créditos e rendas a receber	-	10
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	320.403	462.150
Relações com correspondentes	7.375	6.372
Outros créditos e rendas a receber	67.437	62.595
Transações de cartão de crédito	139.168	194.380
Valores a receber de liquidações de títulos no exterior	17.639	4.691
Outros créditos para negociação e intermediação de valores	67.709	182.748
Outros	21.075	11.364
Total	320.403	462.160
Ativo circulante	305.078	456.858
Ativo não circulante	15.325	5.302



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

18. OUTROS ATIVOS

	30.06.2026	31.12.2025
Outros ativos	1.319.186	825.812
Despesas antecipadas	218.507	76.870
Adiantamento ao Fundo Garantidor de Créditos	169.549	-
Devedores diversos - No país	451.652	254.498
Adiantamentos e antecipações salariais	30.177	7.884
Adiantamentos a fornecedores	10.262	8.822
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 26c)	429.996	406.987
Outros créditos e valores a receber de sociedades ligadas	-	787
Outros	9.043	69.964
Total	1.319.186	825.812
Ativo circulante	862.039	492.354
Ativo não circulante	457.147	333.458

19. ATIVOS IMOBILIZADOS

	Taxa anual de depreciação	31.12.2025	1º Semestre/ 2026		30.06.2026		
		Saldo contábil	Aquisições ⁽¹⁾	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Instalações	10,00 %	19.813	7.996	(2.842)	111.357	(91.383)	19.974
Móveis e equipamentos de uso	10,00 %	4.175	831	(975)	38.378	(32.770)	5.608
Sistema de comunicação	20,00 %	3.859	2.882	(446)	15.180	(11.597)	3.583
Direito de uso ^{(2) (3)}	—	63.209	3.019	(6.896)	161.720	(98.537)	63.183
Sistema de processamento de dados	20,00 %	29.004	12.388	(7.108)	142.523	(118.727)	23.796
Sistema de segurança	10,00 %	74	30	(241)	2.239	(1.900)	339
Sistema de transporte	20,00 %	96	-	(19)	373	(345)	28
Total		120.230	27.146	(18.527)	471.770	(355.259)	116.511

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre ativos da agência no exterior.

⁽²⁾ Os direitos de uso com base no IFRS 16 passaram a ser apresentados em ativos imobilizados.

⁽³⁾ O ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear a partir da data de início até o término do prazo de cada arrendamento. Por essa razão, não é possível estabelecer uma taxa anual única de depreciação para esse ativo.

20. ATIVOS INTANGÍVEIS E ÁGIO

	30.06.2026	31.12.2025
Ativos intangíveis (Nota 20a)	1.545.066	1.477.824
Ágio ⁽¹⁾	320.170	319.163
Total	1.865.236	1.796.987

⁽¹⁾ Ágio decorrente da aquisição de participações em empresas controladas.

a) Composição

	30.06.2026			31.12.2025		
	Valor de custo	Amortização acumulada	Saldo contábil	Valor de custo	Amortização acumulada	Saldo contábil
Softwares adquiridos	62.290	(39.882)	22.408	78.194	(52.246)	25.948
Licenças ⁽¹⁾	987.589	(885.597)	101.992	899.981	(844.997)	54.984
Acordos por direitos de comercialização	39.999	(39.999)	-	44.999	(44.999)	-
Softwares desenvolvidos internamente	2.010.246	(673.445)	1.336.801	1.840.050	(530.446)	1.309.604
Marcas e patentes	6.348	-	6.348	6.348	-	6.348
Créditos de carbono e títulos verdes	119.270	(54.795)	64.475	120.461	(54.795)	65.666
Outros	20.413	(7.371)	13.042	22.645	(7.371)	15.274
Total	3.246.155	(1.701.089)	1.545.066	3.012.678	(1.534.854)	1.477.824

⁽¹⁾ Os direitos de uso com base no IFRS 16 passaram a ser apresentados em ativos imobilizados.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b) Movimentação

	Taxa anual de amortização	31.12.2025	1º Semestre/ 2026			30.06.2026
		Saldo contábil	Aquisições ⁽¹⁾	Baixas	Amortização	Saldo contábil
Softwares adquiridos	10,00 %	25.948	-	-	(3.540)	22.408
Licenças	100,00 %	54.984	134.750	-	(87.742)	101.992
Softwares desenvolvidos internamente	20,00 %	1.309.604	173.444	(2.157)	(144.090)	1.336.801
Marcas e patentes ⁽²⁾	-	6.348	-	-	-	6.348
Créditos de carbono e títulos verdes	-	65.666	-	-	(1.191)	64.475
Outros	10,00 %	15.274	-	-	(2.232)	13.042
Total		1.477.824	308.194	(2.157)	(238.795)	1.545.066

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre ativos da agência no exterior.

⁽²⁾ Refere-se à mais valia na aquisição de controlada, cuja vida útil é indefinida

21. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	30.06.2026			31.12.2025		
	Valor de custo	Valor justo (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado	Valor de custo	Valor justo (contábil)	Ganho/ (perda) não realizado
No país						
Operações com acordo de recompra - Livre movimentação	3.889.001	3.886.408	(2.593)	1.395.533	1.395.456	(77)
Total	3.889.001	3.886.408	(2.593)	1.395.533	1.395.456	(77)
Passivo circulante		3.886.408			1.395.456	

22. PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

a) Passivos financeiros com acordo de recompra

	30.06.2026	31.12.2025
Carteira própria	12.836.149	17.853.332
Letras Financeiras do Tesouro	204.180	6.928.356
Letras do Tesouro Nacional	5.940.929	4.211.155
Notas do Tesouro Nacional	1.441.189	430.111
Títulos privados – Debêntures	4.164.035	3.953.185
Títulos privados – Outros	1.085.816	2.330.525
Carteira de terceiros	5.624.745	1.147.831
Letras do Tesouro Nacional	5.467.041	960.529
Notas do Tesouro Nacional	157.704	187.302
Total	18.460.894	19.001.163
Passivo circulante	17.970.699	18.784.246
Passivo não circulante	490.195	216.917



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b) Depósitos

	30.06.2026	31.12.2025
Depósitos de clientes	27.260.361	26.175.496
Depósitos à vista	1.140.427	881.477
Pessoas físicas ⁽¹⁾	424.906	441.797
Pessoas jurídicas ⁽¹⁾	715.519	439.674
Vinculados	2	6
Depósitos a prazo ⁽²⁾	25.812.521	24.946.383
Moeda nacional	24.260.033	24.662.125
Moeda estrangeira	1.552.488	284.258
Outros depósitos	307.413	347.636
Depósitos de instituições financeiras	183.642	217.053
Total	27.444.003	26.392.549
Passivo circulante	25.982.076	24.748.902
Passivo não circulante	1.461.927	1.643.647

⁽¹⁾ Contempla valores a devolver a clientes, no âmbito do Sistema de Valores a Receber (SVR).

⁽²⁾ Inclui emissão de título verde (CDB *green*), maiores detalhes estão descritos na nota 36.

c) Obrigações por empréstimos e por repasses

	30.06.2026	31.12.2025
Obrigações por empréstimos	5.195.194	2.458.882
Obrigações por repasses	1.621.250	1.944.783
Total	6.816.444	4.403.665

c.1) Composição de obrigações por empréstimos

	30.06.2026	31.12.2025
No exterior	5.195.194	2.458.882
Tomados junto a banqueiros no exterior ⁽¹⁾	4.709.979	2.277.716
Importação	90.683	181.166
Exportação	394.532	-
Total	5.195.194	2.458.882
Passivo circulante	4.314.907	1.106.406
Passivo não circulante	880.287	1.352.476

⁽¹⁾ Inclui emissão de título verde, maiores detalhes estão descritos na nota 36.

c.2) Composição de obrigações por repasses

Do país – Instituições oficiais

Programas	Remuneração a.a.	30.06.2026	31.12.2025
Tesouro Nacional		225.659	335.084
Pré-fixado	1,00% a.a. a 11,50% a.a.	225.653	334.820
Pós-fixado	100,00% da SELIC	6	264
BNDES		549.135	569.196
Pré-fixado	2,70% a.a. a 11,30% a.a.	409.819	398.826
Pós-fixado	1,45% a.a. + IPCA	10.615	20.818
Com variação cambial	0,90% a.a. a 1,15% a.a. + variação cambial	128.701	149.552
FINAME		846.456	1.040.503
Pré-fixado	1,05% a.a. a 8,12% a.a.	103.887	27.284
Pós-fixado	1,25% a.a. a 2,50% a.a. + TR 226 0,75% a.a. a 1,25% a.a. + IPCA 1,11% a.a. a 1,70% a.a. + SELIC 1,15% a.a. + variação cambial	741.819	1.013.219
Com variação cambial	0,90% a.a. a 1,15% a.a. + variação cambial	750	-
Total		1.621.250	1.944.783
Passivo circulante		543.290	831.819
Passivo não circulante		1.077.960	1.112.964

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 30 de junho de 2026.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

d) Composição de títulos emitidos

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação	Ano vencimento	30.06.2026	31.12.2025
Letras de Crédito do Agronegócio						5.677.564	5.537.784
Pré-fixado	R\$	2.406.970	de 8,22% a.a. a 14,5% a.a.	2022	2030	2.571.846	2.612.777
Pós-fixado	R\$	2.590.127	de 78,47% a.a. a 103% do DI de 0% a.a. a 0,1% a.a. + DI	2023	2030	2.799.806	2.593.765
Pós-fixado	R\$	262.532	4,17% a.a. a 8,17% a.a. + IPCA	2022	2030	305.912	331.242
Letras Financeiras						46.346.265	42.550.039
Pré-fixado	R\$	517.808	7,22% a.a. a 15,08% a.a.	2019	2031	707.577	916.055
Pós-fixado ⁽¹⁾	R\$	37.955.987	de 100% a 120% do DI de 0% a.a. a 1,77% a.a. + DI	2021	2030	44.119.891	39.973.425
Pós-fixado ⁽¹⁾	R\$	915.544	de 3,88% a 8,6% a.a. + IPCA	2020	2032	1.518.797	1.660.559
Obrigações por TVM no exterior						4.619.976	3.853.070
Com variação cambial ⁽¹⁾	USD	885.786	5,88% a.a. + variação cambial	2025	2028	4.612.960	3.853.070
Com variação cambial ⁽¹⁾	EUR	1.040	2,07% a 2,57% a.a. + variação cambial	2026	2026	7.016	-
Total						56.643.805	51.940.893
Passivo circulante						20.500.738	21.638.017
Passivo não circulante						36.143.067	30.302.876

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 30 de junho de 2026.

⁽²⁾ Inclui emissão de título verde (*green bond*), maiores detalhes estão descritos na nota 36.

e) Composição de passivos subordinados

Captações	Moeda	Valor emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Ano captação ⁽²⁾	Opção de resgate	30.06.2026	31.12.2025
Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas							
Pré-fixado	R\$	446.400	de 14,48% a 15% a.a.	2023	06.2028 e 01.2032	600.559	580.445
Pós-fixado	R\$	500.100	100% do CDI + 4,50% a.a.	2022	10.2029	589.297	539.662
Pós-fixado	R\$	500.700	100% do CDI + 1,37% a.a.	2024	07.2030	644.670	599.243
Pós-fixado	R\$	500.100	100% do CDI + 1,37% a.a.	2025	07.2031	580.259	539.371
Total						2.414.785	2.258.721
Passivo não circulante						2.414.785	2.258.721

Captações	Moeda	Valor emitido ⁽¹⁾	Remuneração a.a.	Ano captação ⁽²⁾	Ano Vencimento	30.06.2026	31.12.2025
Letras Financeiras Subordinadas							
Pós-fixado ⁽³⁾	R\$	1.080.900	de 100% a.a. à 107% do DI de 0% a.a. à 2,36% a.a. + DI	2021	2034	1.625.992	1.737.814
Pós-fixado	R\$	48.500	de 6,08% a.a. à 7,79% a.a. + IPCA	2015	2030	164.178	153.061
Pré-fixado	R\$	300	de 12,52% a.a. à 12,52% a.a.	2023	2033	425	400
Total						1.790.595	1.891.275
Passivo circulante						-	215.182
Passivo não circulante						1.790.595	1.676.093

⁽¹⁾ Não contempla eventual deságio na respectiva emissão.

⁽²⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 30 de junho de 2026.

⁽³⁾ Inclui ajuste ao valor justo das Letras Financeiras Perpétuas que são objeto de *hedge* de risco de mercado no montante de R\$(89.641) em 30 de junho de 2026 (R\$ (77.331) em 31 de dezembro de 2025).



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

f) Composição de outros passivos financeiros

	30.06.2026	31.12.2025
Pagamentos e recebimentos a liquidar	3.291.826	3.540.339
Obrigações por cotas de fundos de investimento ⁽¹⁾	7.532	9.678
Comissões por intermediação de operações a pagar	10.084	17.281
Operações com cartão de crédito	88.120	127.207
Obrigações por aquisição de bens e direitos	99	137
Negociação e intermediação de valores	84.511	29.296
Obrigações por direitos de uso (IFRS 16)	73.455	71.480
Total	3.555.627	3.795.418
Passivo circulante	3.482.148	3.706.357
Passivo não circulante	73.479	89.061

⁽¹⁾ As cotas de fundos de investimento consolidados pertencentes a terceiros são contabilizadas nos termos do IFRS 12 como outros passivos financeiros.

g) Passivos financeiros ao custo amortizado, passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e garantias financeiras prestadas apresentados pelo fluxo de caixa não descontado

	30.06.2026	31.12.2025
Sem vencimento	1.140.427	1.125.322
Até 90 dias	48.828.322	48.931.774
De 91 a 360 dias	29.705.066	37.847.707
De 1 a 3 anos	45.953.335	36.593.353
De 3 a 5 anos	5.484.406	5.646.077
Acima de 5 anos	6.668.149	7.941.657
Total	137.779.705	138.085.890

23. OUTROS PASSIVOS

	30.06.2026	31.12.2025
Recursos em trânsito de terceiros	100.393	74.678
Provisão para participação nos lucros e resultados	146.030	280.018
Provisão para despesas de pessoal	424.752	437.842
Provisão para despesas administrativas	256.808	387.452
Provisão para perda - Outros riscos	180.902	168.175
Obrigações legais (Nota 26d)	55.401	50.555
Credores diversos - No país	413.924	268.845
Dividendos a pagar / Juros sobre o capital próprio a pagar ⁽¹⁾	181.500	72.250
Provisão Crédito Carbono	8.764	-
Valores a pagar a sociedades ligadas	178	60
Outros ⁽²⁾	42.851	108.588
Total	1.811.503	1.848.463
Passivo circulante	1.625.358	1.658.520
Passivo não circulante	186.145	189.943

⁽¹⁾ Para juros sobre o capital próprio, refere-se ao valor líquido dos efeitos tributários.

⁽²⁾ Inclui investimentos com passivo a descoberto.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social do Banco Votorantim S.A., totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 8.480.372 está representado por 3.395.210.052 ações, sendo 2.193.305.693 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 1.201.904.359 ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal em ambos os períodos apresentados.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b) Composição das reservas

b.1) Reserva de Capital

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 a Reserva de Capital está constituída por ágio na subscrição de ações, no montante de R\$ 372.120.

b.2) Reserva de Lucros

Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída semestralmente, de forma obrigatória, com base em 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A constituição da Reserva Legal pode ser dispensada quando, somada às Reservas de Capital, exceder 30% do Capital Social. A Reserva Legal só pode ser utilizada para aumento de capital ou compensação de prejuízos.

Reserva Estatutária

A Lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não deliberada à Reserva Legal e não distribuída, caso exista, seja deliberada para "Reserva Estatutária", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.

c) Dividendos / Juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, tanto sob a forma de dividendos quanto de juros sobre capital próprio (JCP), correspondente a 25% do Lucro Líquido do período, deduzido da Reserva Legal (Lucro Líquido Ajustado).

Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995 e nº 12.973/2014 e com o Estatuto Social da companhia, a Administração decidiu pela deliberação aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio referente aos resultados apurados nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do Patrimônio Líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

A Lei nº 14.789/2023 trouxe alterações relativas à apuração da base de cálculo dos juros sobre capital próprio decorrentes de atos societários entre partes dependentes. O banco BV não identificou impactos ou alterações necessárias em seus procedimentos para atendimento desta norma.

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025, a companhia realizou as seguintes deliberações:

	1º Semestre/ 2026				
	Valor deliberado (R\$ mil)	Valor por ação R\$	Data-base da posição acionária	Valor pago (R\$ mil) ⁽¹⁾	Data de pagamento
Juros sobre capital próprio	264.000	0,08	31.03.2026	217.800	24.04.2026
Dividendos	250.000	0,07	31.03.2026	250.000	22.05.2026
Juros sobre capital próprio	220.000	0,06	30.06.2026	181.500	24.07.2026
Total	734.000	0,21		649.300	

	1º Semestre/ 2025				
	Valor deliberado (R\$ mil)	Valor por ação R\$	Data-base da posição acionária	Valor pago (R\$ mil) ⁽¹⁾	Data de pagamento
Juros sobre capital próprio	100.000	0,03	31.03.2025	85.000	16.04.2025
Dividendos	100.000	0,03	31.03.2025	100.000	16.04.2025
Juros sobre capital próprio	165.000	0,05	30.06.2025	140.250	17.07.2025
Total	365.000	0,11		325.250	

⁽¹⁾ Os valores de juros sobre o capital próprio são apresentados líquidos do IRRF. A partir de 1º de janeiro de 2026, a alíquota de retenção passou de 15% para 17,5%, conforme previsão do art. 8º da Lei Complementar nº 224/2026.

No período findo em 30 de junho de 2026 foi pago o montante de R\$ 72.250 referente às deliberações do exercício de 2025.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Lucro Líquido do período - Banco Votorantim S.A. BRGAAP (BACEN) ⁽¹⁾	961.453	946.288
Reserva Legal	(48.073)	(47.314)
Base de cálculo	913.380	898.974
Juros sobre o capital próprio (bruto)	484.000	265.000
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(84.700)	(39.750)
Dividendos	250.000	100.000
Valor proposto ⁽²⁾	649.300	325.250
% sobre a base de cálculo	71,1 %	36,2 %

⁽¹⁾ Considera a posição individual atribuível aos acionistas controladores.

⁽²⁾ Não considera a distribuição através de reserva de lucros.

d) Resultado por ação

	2º Trimestre/ 2026	2º Trimestre/ 2025	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Lucro Líquido - Consolidado IFRS (R\$ mil)	448.156	313.406	833.018	426.584
Número médio ponderado por ações (básico e diluído) ⁽¹⁾	3.395.210.052	3.395.210.052	3.395.210.052	3.395.210.052
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	0,13	0,09	0,25	0,13

⁽¹⁾ O número médio ponderado de ações é calculado com base na média da quantidade de ações de cada mês do período findo em 30 de junho de 2026.

e) Lucros / (prejuízos) acumulados

O lucro líquido apurado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil é destinado à distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio (JCP) e constituição de reservas de lucros. O saldo apresentado nessa rubrica, nestas Demonstrações Contábeis Consolidadas elaboradas de acordo com as normas IFRS, representava principalmente o efeito das diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade. O Resultado acumulado não apropriado foi integralmente compensado pelas Reservas, após as destinações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

f) Participações acionárias (Quantidade de ações)

Composição da classe de ações de emissão do Banco Votorantim S.A. em que os acionistas são titulares diretamente em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de ações):

	Ordinárias	% Ordinárias	Preferenciais	% Preferenciais	Total	% Total
Votorantim Finanças S.A.	1.096.653	50,00 %	600.952	50,00 %	1.697.605	50,00 %
Banco do Brasil S.A.	1.096.653	50,00 %	600.952	50,00 %	1.697.605	50,00 %
Total	2.193.306	100,00 %	1.201.904	100,00 %	3.395.210	100,00 %
Residentes no país	2.193.306	100,00 %	1.201.904	100,00%	3.395.210	100,00%

g) Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido do BRGAAP (BACEN) para o IFRS

A seguir estão relacionadas as diferenças entre o conjunto de normas contábeis vigentes no Brasil (BRGAAP) e o padrão contábil internacional – IFRS. Para as instituições financeiras, a regulação brasileira abrange a regulamentação emanada pela Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A partir de 1º de janeiro de 2025, entraram em vigor para fins das demonstrações financeiras no padrão do Banco Central do Brasil, as Resoluções CMN 4.966/2021 e CMN 4.975/2021, que têm como objetivo aproximar a contabilidade brasileira aplicada às instituições financeiras às normas internacionais de ativos financeiros e operações de arrendamento mercantil, respectivamente. Com isso, houve uma diminuição na quantidade de diferenças entre as normas contábeis vigentes no Brasil (BRGAAP) e o padrão contábil internacional – IFRS.

Sumário das principais diferenças:

Provisão para perdas por redução ao valor recuperável - No BRGAAP (BACEN), a provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base em uma análise de perdas esperadas, em alinhamento com o IFRS. Entretanto, o BACEN adota uma abordagem mais prescritiva e conservadora, ao estabelecer pisos mínimos para a provisão, fundamentados em critérios específicos, como o período de inadimplência e a avaliação do risco de crédito.

Diferimento de comissões - As operações geradas no BRGAAP (BACEN) têm a remuneração reconhecida integralmente como despesa, para operações originadas até o exercício de 2024. Para fins de IFRS, as comissões são apropriadas no resultado de acordo com o prazo contratual, seguindo o conceito de taxa efetiva de juros das operações de crédito. A diferença, portanto, reside no estoque a diferir das operações do BRGAAP (BACEN).



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Valor justo de instrumentos financeiros - No BRGAAP (BACEN), alguns títulos e valores mobiliários com característica de concessão de crédito categorizados como custo amortizado são classificados no IFRS como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme modelos de negócios e teste SPPI, uma vez que o BACEN limita a classificação apenas em Custo amortizado ou Valor justo por meio do resultado. Em consequência disso, o respectivo ajuste ao valor justo e seus efeitos tributários registrados em reserva do Patrimônio Líquido no IFRS não são reconhecidos no BRGAAP em função do critério de mensuração contábil aplicável.

Participação em coligadas - No BRGAAP (BACEN), há o reconhecimento da amortização de ágio relacionado aos investimentos, prática não aplicável pelas normas IFRS. Contempla, ainda, os efeitos decorrentes da reavaliação a valor justo da participação remanescente na ocorrência de perda de controle de investimento, para o qual difere o tratamento.

	Patrimônio Líquido	
	30.06.2026	31.12.2025
Saldo em BRGAAP (BACEN) - Consolidado ⁽¹⁾	12.974.648	12.682.515
Ajustes de GAAP, líquidos dos efeitos tributários	229.721	384.026
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	146.040	204.133
Diferimento de comissões	83.368	144.439
Valor justo de instrumentos financeiros	(29.264)	(12.290)
Participações em coligadas	30.261	48.429
Outros	(684)	(685)
Saldo em IFRS	13.204.369	13.066.541

	Lucro líquido	
	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Saldo em BRGAAP (BACEN) - Consolidado ^{(1) (2)}	961.453	931.604
Ajustes de GAAP, líquidos dos efeitos tributários	(128.435)	(505.020)
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável ⁽³⁾	(58.093)	(277.310)
Diferimento de comissões	(61.071)	(163.087)
Participações em coligadas	(18.168)	(52.169)
Outros	8.897	(12.454)
Saldo em IFRS	833.018	426.584

⁽¹⁾ Considera a posição consolidada atribuível aos acionistas controladores. No período findo em 30 de junho de 2025, inclui a eliminação de resultado não realizado decorrente de transações entre ligadas.

⁽²⁾ Inclui eventos não recorrentes no Lucro Líquido apresentado.

⁽³⁾ No período findo em 30 de junho de 2025, o impacto refere-se a implementação de novos modelos de cálculo.

25. TRIBUTOS

a) Ativos fiscais

Total de ativos fiscais reconhecidos

	30.06.2026	31.12.2025
Ativos tributários correntes (Nota 25a.1)	1.093.209	848.393
Ativos fiscais diferidos (Nota 25a.2)	9.814.551	9.725.152
Total	10.907.760	10.573.545
Ativo circulante	1.105.273	860.458
Ativo não circulante	9.802.487	9.713.087

a.1) Ativos tributários correntes

	30.06.2026	31.12.2025
Impostos e contribuições a compensar	904.247	664.628
Imposto de renda a recuperar	3.884	6.532
Crédito Presumido - Lei nº 12.838/2013	185.078	177.233
Total ⁽¹⁾	1.093.209	848.393

⁽¹⁾ Inclui impostos e contribuições correntes a compensar cujo prazo esperado para compensação é superior a 12 meses



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

a.2) Ativos fiscais diferidos (Créditos tributários - Reconhecidos)

	31.12.2025	1º Semestre/ 2026		30.06.2026
	Saldo inicial	Movimentação no período		Saldo final
		Constituição	Baixa	
Diferenças temporárias	8.774.850	1.090.339	(1.352.956)	8.512.233
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	7.776.954	943.681	(950.055)	7.770.580
Provisões passivas	555.503	25.747	(140.525)	440.725
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros	285.620	114.351	(205.362)	194.609
Outras provisões ⁽¹⁾	156.773	6.560	(57.014)	106.319
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	950.302	353.699	(1.683)	1.302.318
Total dos créditos tributários reconhecidos	9.725.152	1.444.038	(1.354.639)	9.814.551
Imposto de renda	5.547.317	795.609	(744.320)	5.598.606
Contribuição social	4.177.835	648.429	(610.319)	4.215.945

⁽¹⁾ Inclui os créditos tributários decorrentes de despesas com constituição de provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) é demonstrada a seguir:

	Valor nominal	Valor presente
Em 2026	1.273.119	1.189.026
Em 2027	2.236.597	1.824.476
Em 2028	1.548.214	1.104.034
Em 2029	694.526	432.291
Em 2030	692.052	375.082
De 2031 a 2032	1.256.015	553.337
De 2033 a 2036	2.114.028	649.664
Total de créditos tributários	9.814.551	6.127.910

Realização dos valores nominais de créditos tributários reconhecidos

	Prejuízo fiscal/ CSLL a compensar ⁽¹⁾	Diferenças intertemporais ⁽²⁾
Em 2026	6%	14%
Em 2027	1%	26%
Em 2028	4%	18%
Em 2029	9%	7%
Em 2030	10%	7%
De 2031 a 2032	22%	11%
De 2033 a 2036	48%	17%

⁽¹⁾ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

⁽²⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

a.3) Ativos fiscais diferidos (Créditos tributários - Não Reconhecidos)

	30.06.2026	31.12.2025
Parcela de prejuízos fiscais / bases negativas de CSLL	110.834	102.101
Parcela de provisões passivas	7.361	11.121
Total dos créditos tributários não ativados	118.195	113.222
Imposto de renda	90.724	87.839
Contribuição social	27.471	25.383

O saldo não constituído de crédito tributário é reconhecido nos livros contábeis somente quando atende aos aspectos regulatórios para sua ativação e apresenta efetiva perspectiva de realização.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b) Passivos fiscais

Total de passivos fiscais reconhecidos

	30.06.2026	31.12.2025
Passivos tributários correntes (Nota 25b.1)	275.091	315.305
Passivos fiscais diferidos - Obrigações fiscais diferidas (Nota 25b.2)	139.678	219.598
Total	414.769	534.903
Passivo circulante	200.895	259.082
Passivo não circulante	213.874	275.821

b.1) Passivos tributários correntes

	30.06.2026	31.12.2025
IOF a recolher	42.691	36.468
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	3.472	5.214
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	69.372	124.685
Impostos e contribuições a recolher	159.556	148.938
Total ⁽¹⁾	275.091	315.305

⁽¹⁾ Inclui impostos e contribuições correntes, cujo prazo de liquidação é superior a 12 meses.

b.2) Obrigações fiscais diferidas

	30.06.2026	31.12.2025
Ajustes a valor justo de instrumentos financeiros	79.809	77.310
Crédito presumido - Lei nº 12.838/2013	-	11.777
Outros passivos	59.869	130.511
Total das obrigações fiscais diferidas	139.678	219.598
Imposto de renda	77.539	121.896
Contribuição social	62.139	97.702

c) Despesas tributárias

	2º Trimestre/ 2026	2º Trimestre/ 2025	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
COFINS	(9.797)	(132.878)	(67.435)	(276.174)
ISSQN	(23.943)	(20.478)	(49.960)	(41.273)
PIS	(2.776)	(22.625)	(13.440)	(46.940)
Outras	(26.909)	(10.600)	(33.631)	(21.130)
Total	(63.425)	(186.581)	(164.466)	(385.517)

d) Despesas de impostos e contribuições sobre o lucro - Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)

d.1) Demonstração da despesa de IR e CSLL

	2º Trimestre/ 2026	2º Trimestre/ 2025	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Valores correntes	(56.779)	(239.049)	(142.144)	(350.670)
IR e CSLL no país – Corrente	(56.779)	(165.860)	(142.144)	(283.846)
IR e CSLL no país – Exercícios anteriores	-	(73.189)	-	(66.824)
Valores Diferidos	121.572	204.081	209.567	349.340
Passivo fiscal diferido	53.233	358.967	55.929	1.048.510
Ajustes a valor justo de instrumentos financeiros	19.779	286.528	(23.113)	696.518
Crédito presumido - Lei nº 12.838/2013	23.932	-	52.303	-
Diferenças temporárias	9.522	72.439	26.739	351.992
Ativo fiscal diferido	68.339	(154.886)	153.638	(699.170)
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	107.294	(230.169)	352.016	(98.184)
Diferenças temporárias	(25.469)	315.506	(166.319)	(91.615)
Ajustes a valor justo de instrumentos financeiros	(13.486)	(240.223)	(32.059)	(509.371)
Total	64.793	(34.968)	67.423	(1.330)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

d.2) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	2º Trimestre/ 2026	2º Trimestre/ 2025	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Resultado antes de impostos e contribuições sobre o lucro	383.363	348.374	765.595	427.914
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20%)	(205.368)	(210.267)	(403.706)	(246.061)
Encargo sobre JCP	99.000	74.250	217.800	119.250
Resultado de participações em coligadas e entidades controladas em conjunto	(20)	(14.125)	3.308	(16.009)
Participação nos lucros e resultados	33.361	23.346	59.189	53.520
Resultados do exterior	(14.773)	(17.370)	(36.457)	(33.578)
Outros valores	152.593	109.198	227.289	121.548
Imposto de renda e contribuição social do período	64.793	(34.968)	67.423	(1.330)

26. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas – Prováveis

O conglomerado constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas com risco de perda provável, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

No que se refere às ações fiscais, o conglomerado está sujeito a fiscalizações conduzidas pelas autoridades tributárias, as quais podem resultar em questionamentos sobre a apuração de tributos e, eventualmente, em autuações. Entre os principais pontos de questionamento estão a composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (especialmente quanto à dedutibilidade de despesas) e a incidência de tributos em determinados fatos econômicos.

A maioria das autuações recebidas está relacionada ao ISS, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS e às contribuições previdenciárias patronais. Para algumas dessas autuações, quando necessário, foram realizados depósitos judiciais com o objetivo de suspender a exigibilidade dos créditos tributários em discussão.

As ações cíveis referem-se, basicamente, a ações indenizatórias, revisão das cláusulas contratuais, encargos financeiros e cobrança de tarifas.

Para as ações trabalhistas, o conglomerado é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas que representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

A Administração do conglomerado considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais, cíveis e trabalhistas.

a.1) Saldos dos passivos contingentes classificados como prováveis

	30.06.2026	31.12.2025
Demandas fiscais	146.130	166.118
Demandas cíveis	219.797	208.018
Demandas trabalhistas	128.319	134.568
Total	494.246	508.704



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

a.2) Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis

	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Demandas fiscais		
Saldo inicial	166.118	97.941
Constituições	3.147	3.813
Reversão da provisão	(23.198)	(5.614)
Baixa por pagamento ⁽¹⁾	(6.342)	(484)
Atualizações	6.405	4.230
Saldo final	146.130	99.886
Demandas cíveis		
Saldo inicial	208.018	220.052
Constituições	36.800	35.306
Reversão da provisão	(23.731)	(26.527)
Baixa por pagamento ⁽¹⁾	(24.253)	(35.873)
Atualizações ⁽²⁾	22.963	17.105
Saldo final	219.797	210.063
Demandas trabalhistas		
Saldo inicial	134.568	190.416
Constituições	32.430	36.820
Reversão da provisão	(18.981)	(19.906)
Baixa por pagamento ⁽¹⁾	(27.277)	(39.988)
Atualizações ⁽²⁾	7.579	6.186
Saldo final	128.319	173.528
Total das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas	494.246	483.477

⁽¹⁾ Refere-se a baixa por pagamento por decisão judicial ou acordo entre as partes. O valor efetivamente pago está apresentado nas respectivas linhas das notas explicativas [31a](#) e [31d](#).

⁽²⁾ Contempla atualizações monetárias e efeitos de remensuração de "preços unitários", que compõem a metodologia de cálculo de perdas.

a.3) Cronograma esperado de desembolsos em 30 de junho de 2026

	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
Até 5 anos	83.189	219.797	128.319
De 5 a 10 anos	62.941	-	-
Total	146.130	219.797	128.319

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

a.4) (Constituição) / reversão de provisão para passivos contingentes

	2º Trimestre/ 2026	2º Trimestre/ 2025	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Demandas fiscais	20.531	(3.006)	19.988	(1.945)
Demandas cíveis	(8.128)	1.902	(12.279)	9.989
Demandas trabalhistas	10.563	10.364	6.751	16.888
Total	22.966	9.260	14.460	24.932

b) Passivos contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro a seguir representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação do conglomerado. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam estabelecer o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota, ficando dispensadas de constituição de provisão.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b.1) Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	30.06.2026	31.12.2025
Demandas fiscais (Nota 30b.1.1)	1.645.149	1.684.773
Demandas cíveis ⁽¹⁾	138.353	138.624
Demandas trabalhistas ⁽²⁾	127.461	91.487
Total	1.910.963	1.914.884

⁽¹⁾ Ações cíveis referem-se, basicamente, a ações indenizatórias, revisão das condições e encargos contratuais e tarifas.

⁽²⁾ Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

b.1.1) Principais processos das ações de natureza fiscal com classificação de perda possível

Descrição das principais causas possíveis - Fiscais	30.06.2026	31.12.2025
INSS s/ PLR ⁽¹⁾	1.138.614	1.013.365
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2014/2016 ⁽²⁾	140.801	252.864
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2008	83.843	141.826
PF e BNCSLL: excesso compensação AB 2012	131.598	127.371
Outras causas	150.293	149.347
Total	1.645.149	1.684.773

⁽¹⁾ Referem-se a autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil (RFB) que versam sobre a cobrança de Contribuição Previdenciária calculada sobre os valores pagos pelas empresas a título de PLR supostamente em desacordo com as regras estabelecidas pela Lei nº 10.101/2000.

⁽²⁾ Referem-se a autuações lavradas pela RFB alegando a dedução indevida de perdas em operações de créditos por supostamente não atenderem às exigências legais.

c) Depósitos em garantia de recursos

Como garantia de algumas ações, quando necessário, o conglomerado realiza depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	30.06.2026	31.12.2025
Demandas fiscais	262.116	255.387
Demandas cíveis	102.965	92.163
Demandas trabalhistas	64.915	59.437
Total	429.996	406.987

d) Obrigações legais

O saldo de obrigações legais é registrado na rubrica de Outros Passivos no montante de R\$ 55.401 (R\$ 42.322 em 31 de dezembro de 2025), cuja principal discussão recai, atualmente, em ação que visa a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS, cujo montante provisionado é de R\$ 33.343 (R\$ 25.144 em 31 de dezembro de 2025).

As demais ações referem-se ao PIS LC 07/70, dedução do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS e FAP – Fator Acidentário de Proteção. Abaixo está demonstrada a movimentação das obrigações legais:

	30.06.2026	31.12.2025
Saldo inicial	50.555	42.322
Constituições	2.317	4.631
Baixa por pagamento	-	(804)
Atualizações	2.529	4.406
Saldo final	55.401	50.555

e) Ações civis públicas

O conglomerado possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na análise das assessorias jurídicas e/ou avaliação dos advogados internos, o risco de perda é considerado possível. Dependendo do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinada com exatidão, tendo em vista que a possibilidade de perda depende da habilitação dos legitimados na ação.

Entre os temas discutidos, podemos destacar as ações envolvendo cobrança de tarifas, crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS e CDC (Crédito Direto ao Consumidor), bem como do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

27. RECEITAS DE JUROS

	2º Trimestre/ 2026	2º Trimestre/ 2025	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Aplicações em títulos de renda fixa	1.123.707	1.309.620	2.418.939	2.324.480
Aplicações em títulos e valores mobiliários no exterior	7.108	(22.011)	29.327	13.815
Aplicações em moeda estrangeira	2.578	4.608	4.765	4.608
Empréstimos	627.496	608.336	1.258.416	1.189.176
Títulos descontados	39.617	41.558	82.184	81.295
Financiamentos	3.143.792	2.895.633	6.203.619	5.696.137
Financiamentos em moedas estrangeiras	4.214	3.873	8.175	3.873
Financiamentos rurais e agroindustriais	44.041	41.274	90.921	74.279
Financiamentos imobiliários	-	550	-	550
Outros créditos - atacado	1.082.532	163.906	1.742.665	574.638
Arrendamento mercantil	5.333	13.087	9.754	13.087
Aplicações em depósitos interfinanceiros e com acordo de revenda	394.675	271.709	638.959	490.812
Aplicações compulsórias	92.284	67.169	178.343	145.740
Outros	142.907	52.489	166.107	71.105
Total ^{(1) (2)}	6.710.284	5.451.801	12.832.174	10.683.595

⁽¹⁾ Inclui variação cambial

⁽²⁾ As receitas de juros são apresentadas pelo método da taxa efetiva, ou seja, inclui o efeito de custos associados à originação de operações

28. DESPESAS DE JUROS

	2º Trimestre/ 2026	2º Trimestre/ 2025	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Operações com acordo de recompra	(710.074)	(802.894)	(1.338.820)	(1.310.502)
Despesas com cessões de crédito	(489.627)	(268.382)	(725.395)	(574.341)
Depósitos interfinanceiros	(5.590)	(6.509)	(13.905)	(87.920)
Depósitos a prazo	(882.968)	(696.083)	(1.758.351)	(1.422.439)
Resultado de obrigações por empréstimos	158.408	218.309	503.481	571.708
Repasse Tesouro Nacional	(5.467)	(3.183)	(12.801)	(8.487)
Repasse BNDES	(4.736)	(4.526)	(10.315)	(5.879)
Repasse FINAME	(32.241)	(16.449)	(60.411)	(31.426)
Recursos de Letras de Crédito Imobiliário - LCI	-	(233)	-	(551)
Recursos de Letras de Crédito Agronegócio - LCA	(167.399)	(115.756)	(332.064)	(236.480)
Letras Financeiras	(1.672.567)	(1.479.169)	(3.351.362)	(2.749.566)
Resultado de obrigação por Títulos e Valores Mobiliários no exterior ⁽¹⁾	(270.653)	94.938	(338.115)	360.680
Outros	(16.458)	(7.633)	(42.841)	(15.445)
Total ⁽²⁾	(4.099.372)	(3.087.570)	(7.480.899)	(5.510.648)

⁽¹⁾ Inclui dívidas subordinadas no exterior, bem como títulos lastreados à variação de moeda estrangeira.

⁽²⁾ Inclui variação cambial sobre empréstimos e obrigações no exterior, bem como repasses no país lastreados à variação de moeda estrangeira

29. RESULTADO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	2º Trimestre/ 2026	2º Trimestre/ 2025	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(5.441)	217.770	(131.414)	248.351
Títulos públicos	(82.100)	208.498	(102.404)	226.176
Títulos privados	76.659	9.272	(29.010)	22.175
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	54.920	45.436	43.713	39.270
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	54.920	45.436	43.713	39.270
Total	49.479	263.206	(87.700)	287.621



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

30. OUTROS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES

a) Receitas de prestação de serviços

	2º Trimestre/ 2026	2º Trimestre/ 2025	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Cobrança	2.066	2.411	4.054	4.620
Comissões sobre colocação de títulos	13.264	38.421	25.646	81.206
Rendas de garantias prestadas	11.502	20.259	30.319	39.125
Comissões sobre transações com cartão de crédito	56.021	58.811	112.240	124.018
Comissões sobre seguros	231.730	164.322	519.471	379.841
Assessoria financeira	50	1.296	74	1.640
Rendas com <i>marketplace</i>	36.574	25.698	69.529	49.020
Outros serviços	25.651	29.607	49.858	52.071
Total	376.858	340.825	811.191	731.541

b) Rendas de tarifas bancárias

	2º Trimestre/ 2026	2º Trimestre/ 2025	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Confecção de cadastro	170.374	126.686	365.817	262.961
Transferência de recursos	42	231	80	420
Avaliação de bens	77.108	63.942	163.059	129.570
Rendas de cartão de crédito	21.806	24.456	44.434	49.040
Outras	193	176	301	341
Total	269.523	215.491	573.691	442.332

31. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

a) Despesas de pessoal

	2º Trimestre/ 2026	2º Trimestre/ 2025	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Honorários, pró-labore e outros (Nota 28)	(7.891)	(9.374)	(15.740)	(17.094)
Benefícios	(50.906)	(53.093)	(101.097)	(101.058)
Encargos sociais	(83.187)	(80.567)	(170.741)	(157.724)
Proventos ⁽¹⁾	(275.849)	(248.468)	(539.660)	(507.397)
Participação nos Lucros e Resultados	(74.135)	(51.880)	(131.530)	(118.934)
Demandas trabalhistas	(36.285)	(41.573)	(80.990)	(63.150)
Treinamentos	(6.345)	(1.716)	(8.645)	(4.183)
Previdência privada complementar	(5.752)	(5.301)	(11.446)	(10.545)
Total	(540.350)	(491.972)	(1.059.849)	(980.085)

⁽¹⁾ Inclui as despesas e os respectivos encargos incidentes sobre os programas de remuneração variável.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b) Outras despesas administrativas

	2º Trimestre/ 2026	2º Trimestre/ 2025	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Água, energia e gás	(138)	(174)	(351)	(379)
Aluguéis	(4.051)	(4.110)	(8.874)	(8.876)
Comunicações	(4.230)	(7.601)	(5.837)	(15.147)
Contribuições filantrópicas	(30)	(180)	(330)	(408)
Amortização ⁽¹⁾	(117.021)	(92.455)	(236.477)	(202.386)
Depreciação ⁽¹⁾	(9.885)	(9.950)	(18.526)	(17.762)
Emolumentos judiciais e cartórios	(8.250)	12.823	(16.422)	(12.262)
Serviços do sistema financeiro	(13.444)	2.510	(20.419)	(28.721)
Manutenção e conservação de bens	(3.297)	(2.502)	(5.308)	(5.984)
Materiais	(28)	(1.275)	(214)	(1.500)
Processamento de dados	(142.033)	(128.086)	(279.414)	(259.650)
Promoções e relações públicas	(7.628)	(14.713)	(13.946)	(21.831)
Serviços técnicos especializados ⁽²⁾	(88.726)	(14.047)	(170.464)	(191.980)
Propaganda e publicidade	(58.002)	(45.004)	(79.688)	(72.581)
Seguros	(4.380)	(2.467)	(6.961)	(4.967)
Serviços de terceiros	(1.361)	(6.700)	(3.481)	(13.293)
Transportes	(4.046)	(3.322)	(7.701)	(6.272)
Viagens	(4.993)	(4.044)	(9.457)	(7.655)
Vigilância e segurança	(900)	(1.011)	(1.675)	(1.989)
Outras	(6.225)	(27.545)	(24.879)	(47.817)
Total	(478.668)	(350.026)	(910.424)	(921.633)

⁽¹⁾ Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados entre o Banco BV e suas controladas.

⁽²⁾ No período findo em 30 de junho de 2026, as despesas relativas à auditoria externa foram de R\$ (3.105) (R\$ (4.219) no período findo em 30 de junho de 2025).

⁽³⁾ Inclui despesas relacionadas a compensação das emissões de gases de efeito estufa diretas, conforme detalhado na nota [36b](#).

c) Outras receitas operacionais

	2º Trimestre/ 2026	2º Trimestre/ 2025	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Atualização de depósitos em garantia	6.001	4.459	11.204	10.385
Ressarcimento de multas e atualização de tributos pagos a maior	59.146	21.474	82.125	40.862
Resultado de atividade imobiliária	770	(84)	1.049	2.421
Ressarcimento de custos operacionais	296	373	781	770
Recuperação de encargos e despesas ⁽¹⁾	12.703	4.670	50.890	57.434
Recuperação de provisões diversas	-	-	23.153	-
Reversão provisão controladas	-	-	-	4.152
Outras	41.506	23.696	44.516	23.562
Total ⁽²⁾	120.424	54.588	213.718	139.586

⁽¹⁾ Inclui efeitos de atualização monetária sobre tributos a recuperar e compensar.

⁽²⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

d) Outras despesas operacionais

	2º Trimestre/ 2026	2º Trimestre/ 2025	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Despesas relacionadas à operação ⁽¹⁾	(209.763)	(249.886)	(447.020)	(291.121)
Despesas com processamento de transações de pagamento	(27.862)	(13.977)	(36.683)	(53.865)
Demandas cíveis	(30.983)	(29.324)	(51.985)	(52.398)
Perdas operacionais	(16.714)	(15.087)	(19.911)	(47.322)
Demandas fiscais	(2.398)	(30.740)	(4.846)	(32.755)
Ativos de sustentabilidade	(4.110)	(1.772)	(8.764)	(9.789)
Preferência bancária	(2.632)	(4.221)	(6.450)	(6.778)
Outras	(76.276)	(70.197)	(109.955)	(117.531)
Total ⁽²⁾	(370.738)	(415.204)	(685.614)	(611.559)

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente, a outras despesas relacionadas à operação que não se enquadram no conceito da composição da taxa efetiva de juros.

⁽²⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

32. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	2º Trimestre/ 2026	2º Trimestre/ 2025	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Outras receitas	36.151	3.645	45.726	5.135
Ganho na alienação de investimento	-	-	4.689	-
Reversão de provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda	34.657	(89)	35.525	149
Outras receitas não associadas diretamente à atividade operacional	1.494	3.734	5.512	4.986
Outras despesas	(9.307)	(4.675)	(13.073)	(96.924)
Despesas com imóveis não de uso	(238)	209	(464)	-
Baixas de ativos intangíveis	(2.157)	(504)	(2.157)	(46.630)
Despesas com ágio e imparidade de controladas	-	-	-	(1.009)
Prejuízo na alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	(6.912)	(4.753)	(10.452)	(9.790)
Outras despesas não associadas diretamente à atividade operacional	-	373	-	(39.495)
Total ⁽¹⁾	26.844	(1.030)	32.653	(91.789)

⁽¹⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

33. PARTES RELACIONADAS

O conglomerado realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos e cessão de carteiras de operações de crédito.

Além disso, há contratos de prestação de serviços que abrangem convênios para rateio e/ou ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos firmados com empresas do próprio conglomerado.

No que se refere aos acionistas controladores, estão incluídas as transações com o Conglomerado Banco do Brasil e com o Conglomerado Votorantim S.A. Todas as operações com partes relacionadas são realizadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das transações, e não envolvem riscos anormais de recebimento..

O banco BV realiza cessões de crédito com coobrigação, mantendo substancialmente os riscos e benefícios das operações com partes relacionadas. No período encerrado em 30 de junho de 2026, o valor presente dessas operações totalizou R\$ 2.839.229 (R\$ 310.390 no período findo em 30 de junho de 2025).

O resultado líquido das cessões de crédito, considerando as rendas e despesas das cessões com retenção substancial de riscos e benefícios está apresentado no quadro a seguir em "Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas".

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do banco BV, formado principalmente pela Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, também estão detalhados a seguir:



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Saldo de transações com partes relacionadas

30.06.2026					
	Conglom. Banco do Brasil	Conglom. Votorantim S.A.	Pessoal-chave da Administração (1)	Outros (2)	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	2.684	-	-	-	2.684
Operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro	-	224	-	-	224
Outros ativos	17.673	4.144	428	-	22.245
Passivos					
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	(9.736.444)	(273.053)	(35)	-	(10.009.532)
Derivativos	(38.564)	(37.008)	-	-	(75.572)
Outros passivos	(116.600)	(90.750)	-	-	(207.350)
1º Semestre/ 2026					
Resultados					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	15.672	937	4	-	16.613
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(41.105)	-	-	(41.105)
Despesas de juros, administrativas e outras despesas	(959.851)	(35.070)	-	-	(994.921)

31.12.2025					
	Conglom. Banco do Brasil	Conglom. Votorantim S.A.	Pessoal-chave da Administração (1)	Outros (2)	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	1.061	-	-	-	1.061
Derivativos	-	33.362	-	-	33.362
Operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito	-	69	-	310.924	310.993
Outros ativos	7.194	5.755	529	11.234	24.712
Passivos					
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	(8.672.970)	(752.448)	(3)	(10.211)	(9.435.632)
Derivativos	-	(26.288)	-	-	(26.288)
Outros passivos	(711.961)	(36.125)	-	(36.740)	(784.826)
1º Semestre/ 2025					
Resultados					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras rendas	35.371	3.851	7	1.591	40.820
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(32.591)	-	-	(32.591)
Despesas de juros, administrativas e outras despesas	(593.148)	(23.447)	(2)	(4.510)	(621.107)

(1) Conselho de Administração e seus respectivos comitês de assessoramento, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e membros da família (cônjuge, filhos e enteados) do pessoal-chave.

(2) Inclui companhias coligadas, bem como todas as empresas em que o pessoal-chave possua participação ou nas quais exerça cargo estatutário.

34. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os principais benefícios oferecidos aos empregados do conglomerado, conforme previsto em acordo coletivo da categoria, incluem: plano de saúde, seguro de vida, assistência odontológica, vales-refeição e alimentação, programas de remuneração variável e participação nos lucros e resultados.

Dentre esses benefícios, destacam-se os programas de remuneração variável, que representam um importante componente da política de valorização e incentivo ao desempenho dos colaboradores.

Em 2021, o conglomerado implementou, para os executivos, um Plano de Incentivo de Longo Prazo (Plano ILP), que consiste em uma expectativa de direito de recebimento em ações virtuais, condicionada ao desempenho da organização ao longo do tempo, com o objetivo de atrair, motivar e reter talentos, alinhar os interesses dos executivos aos objetivos e interesses dos acionistas, promover a geração de resultados e a criação sustentável de valor, além de fomentar uma visão de longo prazo. Esse plano possui duração de até quatro anos.

Em 30 de junho de 2026, o conglomerado registrou na rubrica Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal o montante de R\$ 154.402 (de R\$ 196.663 em 31 de dezembro de 2025) referente ao programa de ILP. (R\$ 272.642 em 31 de dezembro de 2025).



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

No período findo em 30 de junho de 2026, os montantes relativos as transações de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado em Despesa de pessoal - Proventos foi de R\$ 66.487 (R\$ 81.413 no período findo em 30 de junho de 2025). Tais incentivos tornam-se de direito entre 1 e 4 anos contados da data da concessão.

Ocorreram os seguintes pagamentos aos colaboradores referentes aos programas de ILP:

Ano do programa	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
2021	3.853	8.637
2022	4.632	6.604
2023	4.465	9.040
2024	6.559	-
2025	400	-
Total	19.909	24.281

Movimentação de ações virtuais

Plano ILP	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Quantidade inicial	47.906.605	48.345.970
Novas / Atualizações	26.084.632	25.880.430
Pagas / Canceladas	(27.270.024)	(26.319.795)
Quantidade final	46.721.213	47.906.605

Além dos benefícios previstos em acordo coletivo da categoria, o conglomerado oferece ainda outros benefícios, entre os quais se destaca o plano de previdência privada de contribuição definida, nas modalidades PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres). Nesse plano, o conglomerado, na qualidade de patrocinador, contribui para a formação do montante a ser revertido em renda complementar de aposentadoria pós-emprego. O programa de previdência privada tem como objetivos reforçar o vínculo de longo prazo, promover a conscientização sobre planejamento financeiro e complementar a renda na aposentadoria.

35. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

1) Abordagem integrada de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

O banco BV possui relação de riscos materiais, revisada periodicamente pelo Conselho de Administração. Cada risco listado é analisado para determinar o tratamento mais adequado (gestão, *hedge*, seguro ou capitalização), categorizado e avaliado sob aspecto de relevância e maturidade, resultando em matriz de calor. Os riscos considerados como materiais na data-base de referência são:

- Risco de Crédito
- Risco de Collateral (Garantias)
- Risco de Underwriting
- Risco de Securitização
- Risco de Concentração de Crédito
- Risco de Crédito da Contraparte
- Risco de Mercado
- Risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (IRRBB)
- Risco de Liquidez
- Risco de Reputação
- Risco de Contágio
- Risco País



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- Risco de Transferência
- Risco Social, Ambiental e Climático
- Risco de Estratégia
- Risco de Participações Societárias
- Risco Operacional
- Risco de Segurança Cibernética
- Risco de Tecnologia
- Risco de Pessoas
- Risco de Modelos
- Risco de Terceiros
- Risco Legal
- Risco de Conformidade
- Risco de Governança

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio da estrutura de limites de risco, aprovada na respectiva governança e são incorporados às atividades diárias do conglomerado. O envolvimento da Alta Administração ocorre por meio do acompanhamento e da execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

A estrutura de governança para gestão de riscos e capital do conglomerado prudencial inclui equipes e diretores responsáveis por riscos e ALM (*Asset Liability Management*), além de fóruns colegiados internos e corporativos, organizados formalmente com delegação de alçadas. Cada órgão de governança tem papel, escopo e composição definidos em normativos, que estabelecem regras, responsabilidades e limites conforme as estratégias do negócio e cenários de mercado. Os principais fóruns são:

- O Comitê de Controles e Riscos e o Comitê de ALM e Tributos são os fóruns internos de gerenciamento de riscos e capital da Administração. Adicionalmente, o Comitê Executivo (ComEx) tem por atribuição o acompanhamento geral de tais temas; e
- O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) tem por função assessorar o Conselho de Administração na elaboração da estratégia de alocação de capital do conglomerado, na observação da aplicação da declaração de Appetite por Riscos (RAS) e no monitoramento de riscos e capital, além de coordenar suas atividades com o Comitê de Auditoria (COAUD), a fim de facilitar a troca de informações, os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e de capital e garantir o efetivo tratamento dos riscos a que o conglomerado está exposto.

A RAS aprovada pelo Conselho de Administração, direciona o planejamento estratégico e o orçamento. Seu monitoramento é realizado mensalmente por meio de *dashboard* com indicadores e limites, além de ações e monitoramentos específicos.

O conglomerado dispõe de estruturas e políticas gerais e específicas para o gerenciamento de risco e capital, aprovadas pelo Conselho de Administração e os princípios básicos observados na gestão e controle dos riscos e do capital foram estabelecidos em conformidade com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

Adicionalmente, ressalta-se que é realizado processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP) abrangendo o plano de capital, teste de estresse, plano de contingência de capital e gestão e avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que o Banco está exposto, entre outros temas.

Informações detalhadas sobre o processo de gerenciamento de riscos e capital podem ser observados no documento “Relatório de gestão de riscos e capital”, elaborado com base no atendimento da Resolução BCB nº 54/2020, disponível no *website* de Relações com Investidores em <https://ri.bv.com.br/>

2) Principais riscos

a) Risco de crédito

(i) Definição

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

(ii) Gestão do risco de crédito

A companhia gerencia o risco de crédito utilizando ferramentas que permitem identificar, avaliar, mensurar, acompanhar e reportar os riscos nas etapas de concessão, monitoramento e recuperação de crédito.

As funções de gerenciamento de risco de crédito são desempenhadas por unidades formalmente constituídas, com equipes capacitadas e gestão segregada.

Concessão de Crédito (Atacado): Os clientes passam por avaliações detalhadas para obtenção ou renovação de crédito. Sistemas especializados gerenciam cadastro, aprovação e acompanhamento dos limites de crédito.

Concessão de crédito (Varejo): Propostas de crédito são processadas por um sistema automatizado e parametrizado, suportado por modelo de *score*. Casos não aprovados automaticamente são revisados manualmente por especialistas.

Monitoramento de crédito (Atacado): Acompanhamento contínuo identifica sinais de alerta (internos e externos), com governanças e processos na mensuração do risco de crédito (perda esperada) associado a cada ativo, além de bloqueios e revisões de limites de clientes, visando garantir a qualidade do portfólio.

Monitoramento de crédito (Varejo): Indicadores de desempenho internos e externos que refletem no cálculo de perda esperada de cada operação financeira, além de relatórios gerenciais para garantir a saúde do portfólio.

Para determinar se o risco de inadimplência aumentou significativamente, o banco BV utiliza informações internas, dias de atraso, informações externas de mercado, análises qualitativas e modelos estatísticos.

Recuperação de crédito: Essa área atua desde o primeiro dia de atraso e utiliza estratégias variadas para maximizar as cobranças, em conjunto com a área de riscos e crédito.

Com a vigência da Resolução 4.966/2021, as exposições passaram a ser classificadas em 3 estágios (crescentes em nível de risco):

- **Estágio 1:** são os instrumentos financeiros que, no reconhecimento inicial, não sejam caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito; e os instrumentos financeiros cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente após o reconhecimento inicial;
- **Estágio 2:** são os instrumentos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente em relação ao apurado na alocação original no primeiro estágio; e os instrumentos financeiros que deixarem de ser caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito;

Critério objetivo: Operações com atrasos superiores a 30 dias devem ser marcadas, no mínimo, com estágio 2.

- **Estágio 3:** são instrumentos financeiros com problema de recuperação de crédito:

Critério objetivo: Operações com atrasos superiores a 90 dias devem ser marcadas com estágio 3.

Uma vez definidos os critérios para marcação de estágios, a perda esperada atribuída a cada estágio é definida como: Perda Esperada = PD x LGD x Base de Cálculo. Neste contexto, define-se:

- PD é a probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, em um horizonte de 12 meses para operações em estágio 1 e por todo prazo remanescente do contrato para operações em estágio 2. Para tal, considera-se características do instrumento relativas à sua situação econômica corrente traduzidas tanto por informações de características de contratação, movimentação e pagamento de instrumentos internos à instituição quanto informação de mercado;
- LGD representa a expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando, no mínimo, os custos de recuperação do instrumento, as características de eventuais garantias ou colaterais, as taxas históricas de recuperação, concessão de vantagens à contraparte;
- A Base de Cálculo para o IFRS tem como metodologia de mensuração a modelagem de Exposição no *Default* (do inglês, *Exposure at Default* - EAD) aplicada no valor contábil bruto dos ativos financeiros, exceto operações de arrendamento mercantil ou o valor presente dos montantes totais a receber em operações de arrendamento mercantil.

A fim de ajustar as estimativas de perda esperada às expectativas futuras de comportamento do portfólio e de mercado, considera-se sobre as estimativas de PD e LGD fatores de ajuste prospectivos calculados com base em previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições macroeconômicas, as quais são elaboradas periodicamente pela área econômica da instituição.

Todos os modelos de parâmetros, assim como todos os critérios, estudos que embasam as definições e metodologias utilizadas para alocações nos estágios e cálculo de perda esperada são monitorados periodicamente, revisados anualmente, validados e auditados por áreas independentes e aprovados em fóruns executivos, conforme governança interna estabelecida e documentada.

(iii) Risco de crédito da contraparte

O risco de crédito da contraparte refere-se a possibilidade de perdas devido ao não cumprimento de obrigações relacionadas à liquidação de operações com fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros e derivativos. O conglomerado gerencia esse risco monitorando as exposições associadas e realizando a apuração do capital regulatório.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

O conglomerado considera que o risco de crédito da contraparte está presente principalmente nas operações com instrumentos financeiros derivativos, operações a liquidar, operações com acordo de revenda e empréstimos de ativos.

(iv) Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros e os saldos *off balance* representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas é de:

	30.06.2026	31.12.2025
Caixa e equivalente de caixa (Nota 8)	1.465.350	742.154
Ativos financeiros	148.792.513	124.242.244
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Notas 12a, 13a e 17)	27.383.090	20.726.371
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 12a)	6.151.584	11.143.827
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (Notas 9, 10, 11, 12a e 17)	32.540.845	22.316.025
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro - Saldo bruto (Nota 14a)	82.716.994	70.056.021
Operações off balance⁽¹⁾	6.033.421	6.572.057
Total	156.291.284	131.556.455

⁽¹⁾ Refere-se ao valor do compromisso assumido.

(v) Garantias financeiras prestadas (off balance)

A exposição máxima ao risco de crédito para a carteira de compromissos de crédito por avais e fianças, registrados em contas de compensação, na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas, por ramo de atuação na contraparte, é de:

	30.06.2026						31.12.2025
	Comércio	Indústria	Instituições financeiras	Pessoas físicas	Serviços	Total	Total
Avais e fianças	111.903	801.045	3.026.060	9.537	2.084.876	6.033.421	6.572.057
Total	111.903	801.045	3.026.060	9.537	2.084.876	6.033.421	6.572.057

As garantias financeiras prestadas estão segregadas nos seguintes estágios:

	30.06.2026	%	31.12.2025	%
Estágio 1	5.177.112	86,00 %	5.656.746	86,00 %
Estágio 2	121.339	2,00 %	216.890	3,00 %
Estágio 3	734.970	12,00 %	698.421	11,00 %
Total	6.033.421	100,00 %	6.572.057	100%

	30.06.2026		31.12.2025	
	Valores garantidos	Provisão	Valores garantidos	Provisão
Vinculadas ao comércio internacional de mercadorias	5.179	-	-	-
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	836.146	8.955	950.142	1.572
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	4.063.391	71.361	3.806.059	94.524
Vinculadas à distribuição de TVM por oferta pública	233.200	-	443.195	-
Outras fianças bancárias	792.219	67.975	1.173.688	42.691
Outras garantias financeiras prestadas	103.286	10	198.973	3
Total	6.033.421	148.301	6.572.057	138.790



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

(vi) Transferência de ativos financeiros que não são desreconhecidos

Em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, o conglomerado efetuou transações que resultaram na transferência de ativos financeiros representados por títulos e valores mobiliários de emissão pública e operações de crédito e de arrendamento mercantil para clientes. De acordo com as condições das operações em que o conglomerado retém substancialmente riscos e benefícios sobre essas transações, os ativos financeiros transferidos continuam sendo reconhecidos em sua totalidade nos livros da companhia.

O conglomerado transfere ativos financeiros através das seguintes transações:

	30.06.2026	31.12.2025
Ativos financeiros transferidos	27.525.315	26.238.278
Ativos financeiros com acordo de revenda	9.540.604	2.814.837
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado ⁽¹⁾	5.224.721	9.404.979
Ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes ⁽¹⁾	1.979.182	4.931.824
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado ⁽¹⁾	3.782.982	2.485.143
Operações de crédito ⁽²⁾	6.997.826	6.601.495
Passivos financeiros associados	(30.183.323)	(27.768.216)
Passivos financeiros ao custo amortizado ⁽³⁾	(26.296.915)	(26.372.760)
Passivos financeiros ao valor justo no resultado (Nota 21)	(3.886.408)	(1.395.456)
Total	(2.658.008)	(1.529.938)

⁽¹⁾ Referem-se a títulos e valores mobiliários que estão vinculados a compromisso de recompra.

⁽²⁾ Referem-se aos créditos cedidos com coobrigação, cujos passivos financeiros associados referem-se às obrigações assumidas junto aos cessionários desses créditos.

⁽³⁾ Referem-se a passivos financeiros com acordo de recompra e passivos financeiros associados a ativos transferidos.

Passivos financeiros - Operações com acordo de recompra

Operações com acordo de recompra envolvem a venda de um título, geralmente de emissão pública, com o compromisso de recompra a preço fixo, em data futura. O conglomerado mantém o título no Balanço Patrimonial, pois retém os riscos e benefícios, incluindo os rendimentos.

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O conglomerado transfere o direito de receber fluxos financeiros futuros de operações de crédito e arrendamento mercantil ao cessionário recebendo uma quantia em caixa na data da transferência. No entanto, mantém esses ativos financeiros no Balanço Patrimonial em rubrica destacada, pois retém os riscos e benefícios incluindo a responsabilidade por inadimplência. Um passivo financeiro associado é reconhecido devido a essa responsabilidade.

(vii) Instrumentos derivativos sujeitos a compensação com acordos master executáveis de liquidação

O conglomerado contrata operações de derivativos por meio de Contrato Geral de Derivativo (CGD) e Contrato para Operações de Derivativo (COD) que preveem pagamentos líquidos. Em geral, os montantes de todas as transações em aberto e na mesma moeda, são agregados em um único valor líquido pago entre as partes. Em certas circunstâncias, como em caso de inadimplência, todas as transações são encerradas e um único valor líquido é pago para liquidar todas as operações.

Esses contratos não atendem aos critérios para compensação de saldos no Balanço Patrimonial. Isso porque atualmente o conglomerado não possui nenhum direito legalmente exercível para compensar os montantes reconhecidos, uma vez que o direito de compensação só pode ser exercido na ocorrência futura de determinados eventos, tais como a inadimplência das operações.

A tabela a seguir indica os valores contábeis dos instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos aos contratos mencionados acima.

	30.06.2026			31.12.2025		
	Bases brutas	Bases líquidas	Total	Bases brutas	Bases líquidas	Total
Ativo						
Derivativos	3.484	261.098	264.582	18.098	327.726	345.824
Passivo						
Derivativos	(15.883)	(1.161.435)	(1.177.318)	(353.153)	(586.574)	(939.727)

b) Risco de mercado e IRRBB

(i) Definições

A carteira *trading* (carteira de negociação) é definida como o conjunto de operações, instrumentos financeiros, mercadorias ou derivativos detidos com a finalidade de negociação ou destinados a *hedge* de outras operações integrantes da carteira *trading* e que não estejam sujeitos a restrição de negociabilidade.

A carteira *banking* (carteira de não negociação ou carteira bancária) é definida como o conjunto de operações, instrumentos financeiros, mercadorias ou derivativos não classificados na carteira *trading*.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes das flutuações nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. Essas perdas podem ser incorridas devido à variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O risco de variação de taxa de juros para instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB, *Interest Rate Risk in the Banking Book*) é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

(ii) Gestão do risco de mercado e IRRBB

As funções de gerenciamento de risco de mercado e IRRBB abrangem atividades ao longo de toda a cadeia de negócios, incluindo desenvolvimento de produtos, negociação, modelagem e controle de risco, formalização, contabilização e liquidação de operações, além do acompanhamento da efetividade dos processos e controles. Essas funções são realizadas por unidades especializadas, com equipes capacitadas, gestão segregada e atribuições definidas.

O conglomerado adota um conjunto de medidas objetivas para gestão e controle de riscos de mercado:

- **VaR (Valor em Risco):** determina o risco de exposições de mercado, calculando a maior perda esperada dentro de um intervalo de confiança e horizonte de tempo específicos;
- **Teste de Estresse:** estima as oscilações potenciais de valor nos instrumentos financeiros devido a movimentos extremos das variáveis de mercado (fatores de risco);
- **Capital Regulatório de Risco de Mercado:** refere-se ao capital regulatório calculado com base nas exposições das carteiras de negociação e não-negociação;
- **Análises de Sensibilidade:** estima as oscilações potenciais de valor nos instrumentos financeiros, em função das variações nos fatores de risco;
- **Análise de GAP:** mensura os descasamentos de fluxos de caixa por fator de risco, contemplando tanto o portfólio consolidado quanto as carteiras de negociação e não-negociação; e
- **sVar (VaR Estressado):** medida complementar ao VaR por simulação histórica que estima o impacto de períodos históricos de estresse na carteira atual da companhia, não considerados na janela histórica de retornos do VaR.

Estas medidas de risco são consideradas para definição de limites para a gestão do risco de mercado, definindo os valores máximos autorizados de exposição ao risco, em aderência às estratégias adotadas, ao leque de operações e produtos com negociação autorizada e consistentemente às premissas e metas orçamentárias.

O estabelecimento de limites tem por base o apetite de risco e é definido de tal forma a possibilitar, de forma pragmática, o cumprimento das metas de performance financeira pretendidas. Os limites e as metas são compatibilizados por ocasião da programação orçamentária. Os valores estabelecidos nos limites são atualizados e revistos com periodicidade mínima anual, juntamente com a programação orçamentária.

Para fins da gestão e do controle consolidado das exposições ao risco de mercado, as operações são segregadas, de acordo com a sua estratégia de negócio, entre a carteira *trading* (negociação) e a carteira banking (não-negociação ou bancária).

O risco da carteira *trading* é mensurado usando a metodologia de VaR (*Value at Risk*), por simulação histórica, com base em técnicas estatísticas, utilizada para estimar a perda potencial máxima no valor de mercado de uma posição ou carteira, sob condições normais de mercado, dentro de um determinado horizonte de tempo e com um nível de confiança previamente definido.

O risco da carteira *trading* é mensurado usando a metodologia de VaR por simulação histórica.

Para o cálculo do VaR é utilizada a abordagem da simulação histórica, baseada no conceito de P&L (*Profit and Loss Statement*), a qual é adotada no modelo *full valuation*. Trata-se de um modelo não paramétrico que utiliza dados históricos para inferência da perda potencial futura. O modelo de *full valuation* permite levar em consideração todas as características dos instrumentos, inclusive não-lineares.

O banco BV adota as seguintes premissas para o cálculo do VaR por simulação histórica:

- Série histórica dos últimos 500 dias úteis;
- Nível de confiança de 99%; e
- *Holding period* de 10 dias úteis.

A tabela a seguir apresenta o VaR mínimo, médio e máximo da carteira *trading*.

	30.06.2026	31.12.2025
Mínimo	2.156	2.955
Médio	4.896	7.087
Máximo	9.516	14.709



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

A carteira *banking* é composta pelas exposições estruturais, decorrentes da concessão e manutenção das operações de crédito, propriamente ditas, e das captações, que proveem funding para estas operações de crédito, independentemente dos prazos e moedas das operações ou de suas segmentações comerciais (varejo e atacado). Também são consideradas na carteira *banking* as operações destinadas a *hedging* do patrimônio ou das operações de crédito ou de captação integrantes da carteira *banking*.

Esta carteira é também conhecida como a carteira estrutural, por compreender a gestão estrutural dos descasamentos entre ativos e passivos. Nesse contexto, a avaliação e o controle do IRRBB envolvem a mensuração das seguintes métricas:

- **Delta EVE (Change in Economic Value of Equity):** A abordagem de valor econômico calcula o efeito da variação da taxa de juros a partir da reavaliação do valor econômico dos ativos e passivos da companhia. Esta métrica avalia o impacto no capital da companhia decorrente da venda ou liquidação hipotética de suas posições (ativos e passivos) em condições diferentes das vigentes no mercado;
- **Delta NII (Change in Net Interest Income):** A abordagem de variação de margem de juros tem por objetivo capturar os efeitos das variações nas receitas e despesas de intermediação da companhia decorrentes de variações das taxas de juros.
- **EGL (Embedded Gains and Losses):** A avaliação da diferença entre o valor justo dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis busca estimar os ganhos e perdas embutidos ainda não realizados.

O conglomerado adota sistemas corporativos para mensuração e controle de riscos de mercado e IRRBB, combinando aplicativos desenvolvidos internamente com soluções de terceiros, de atestada robustez.

Complementarmente, o conglomerado adota processo estruturado para a comunicação dos assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos de mercado e IRRBB que compreende a emissão periódica de relatórios que demonstram os níveis de utilização dos limites utilizados, a realização periódica de fóruns colegiados de acompanhamento, e emissão de mensagens eletrônicas específicas em situação de extrapolação de limites ou desenquadramentos de operações.

(iii) Análises de sensibilidade

O conglomerado utiliza duas metodologias de análise de sensibilidade das suas exposições:

Análise de sensibilidade 1

Inicialmente, utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no valor justo das carteiras do conglomerado diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado. Para efeito de simulação, são considerados dois cenários eventuais, nos quais o fator de risco analisado sofreria um aumento ou uma redução de 100 pontos base.

Carteira trading

Fator de risco	Conceito	Exposição	Choque da taxa básica de juros			
			30.06.2026		31.12.2025	
			+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(2.974.537)	(2.111)	2.069	(2.406)	2.358
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	(342)	(43)	42	12	(12)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	42.722	(560)	549	(3.688)	3.615

Carteira trading e banking

Fator de risco	Conceito	Exposição	Choque da taxa básica de juros			
			30.06.2026		31.12.2025	
			+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	10.507.918	(221.218)	216.837	(234.952)	230.300
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	(1.552.992)	(464)	455	(14.034)	13.756
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	306.449	(4.933)	4.835	(2.499)	2.450

Análise de sensibilidade 2

São realizadas simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo conglomerado, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

- **Cenário 1** - Na construção desse cenário, as moedas sofrem choques de 1% sobre o valor de fechamento. O valor estressado do dólar americano (DOL-CL da BM&F), seria de R\$ 5,2452 (101% de R\$ 5,1933) (R\$ 5,5464 em 31 de dezembro de 2025). O índice BOVESPA chocado é de 189.336 pontos, equivalente a 101% do valor de fechamento em 30 de junho de 2026 (162.737 pontos em



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- 31 de dezembro de 2025). As curvas de juros pré-fixado, de cupons de índice de preços, de cupons de moeda estrangeira e demais cupons de taxa de juros sofrem choques paralelos de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam ou reduzem em 0,10%.
- **Cenário 2** - Cenário onde as moedas e o índice BOVESPA sofrem choques de 25% e as taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% sobre o valor de fechamento. A taxa pré, em 30 de junho de 2026, para o prazo de um ano é 13,97% (14,33% em 31 de dezembro de 2025). Desse modo, toda a curva é chocada em 3,58% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado (3,58% em 31 de dezembro de 2025).
 - **Cenário 3** - Cenário onde as moedas e o índice BOVESPA sofrem choques de 50% e as taxas de juros sofrem choques paralelos de 50% sobre o valor de fechamento.

Na análise feita para as operações classificadas na carteira *banking*, tem-se que a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros e preços praticados no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do conglomerado. Isto porque a carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito, captações e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a classificação contábil de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros ou preços são refletidos no patrimônio líquido e não no resultado. Há também operações atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Carteira trading

Fator de risco / conceito	Exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
		30.06.2026					
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(2.972.328)	Aumento	(209)	Redução	(6.517)	Redução	(13.033)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(342)	Aumento	(4)	Redução	(58)	Redução	(116)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	(10.876)	Aumento	(109)	Redução	(2.719)	Redução	(5.438)
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	42.722	Aumento	(55)	Redução	(1.236)	Redução	(2.472)
31.12.2025							
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(834.657)	Aumento	(238)	Redução	(8.618)	Redução	(17.236)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(22.068)	Aumento	1	Redução	(15)	Redução	(30)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	(21.761)	Aumento	(218)	Redução	(5.440)	Redução	(10.880)
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	82.802	Aumento	(365)	Redução	(8.582)	Redução	(17.165)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Carteira trading e banking

Fator de risco / conceito	Exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
	30.06.2026						
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	10.509.029	Aumento	(21.903)	Redução	(683.009)	Redução	(1.366.019)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(1.552.992)	Aumento	(46)	Redução	(627)	Redução	(1.254)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio (Nota 35.3.v)	(393.280)	Aumento	(1.586)	Redução	(39.639)	Redução	(79.279)
TJLP / Risco de variação de cupom de TJLP	-	Aumento	-	Manutenção	-	Manutenção	-
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	306.449	Aumento	(488)	Redução	(10.896)	Redução	(21.792)
	31.12.2025						
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	13.946.550	Aumento	(23.263)	Redução	(841.631)	Redução	(1.683.263)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(1.215.797)	Aumento	(1.389)	Redução	(17.441)	Redução	(34.882)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio (Nota 35.3.v)	(660)	Aumento	(7)	Redução	(165)	Redução	(330)
TJLP / Risco de variação de cupom de TJLP	-	Aumento	-	Manutenção	-	Manutenção	-
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	(520.321)	Aumento	(247)	Redução	(5.816)	Redução	(11.632)

(iv) Testes de Estresse

O conglomerado utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições sujeitas a riscos de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Esses testes objetivam dimensionar os impactos de eventos plausíveis, mas com baixa probabilidade de ocorrência. O Programa de Testes de Estresse de Risco de Mercado do conglomerado faz uso de métodos de avaliação baseados em testes retrospectivos.

Testes Retrospectivos

Os testes retrospectivos de estresse estimam a variação das exposições da carteira consolidada do Banco, mediante a aplicação de choques nos fatores de risco equivalentes aos registrados em períodos históricos de estresse do mercado, considerando os seguintes parâmetros:

- Extensão da série histórica para determinação dos cenários de 5 anos da data-base do cenário de estresse;
- Período de manutenção: retornos acumulados de 10 dias úteis;
- Periodicidade do teste: diária.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos da instituição.

Para as estimativas de ganhos e perdas do teste retrospectivo de estresse na carteira consolidada, em 30 de junho de 2026 e com base na percepção da alta Administração acerca do comportamento das ações, commodities, moedas estrangeiras e taxas de juros, foram utilizados dois cenários:

Cenário I - Nesse cenário, as curvas de juros sofrem choques paralelos positivos; a taxa de câmbio (reais/dólar) considerada é de R\$ 5,8763 (R\$ 6,1405 em 31 de dezembro de 2025); as commodities sofrem choques positivos de 10% sobre o valor de fechamento em 30 de junho de 2026; e é aplicada uma variação negativa de -15,28% no Índice BOVESPA (as mesmas taxas foram utilizadas em 31 de dezembro de 2025).

Cenário II - Nesse cenário as curvas de juros sofrem choques paralelos negativos; a taxa de câmbio (reais/dólar) considerada é de R\$ 4,6312 (R\$ 4,8395 em 31 de dezembro de 2025); as commodities sofrem choques negativos de 10% sobre o valor de fechamento em 30 de junho de 2026; e é aplicada uma variação positiva de 24,49% do Índice BOVESPA (as mesmas taxas foram utilizadas em 31 de dezembro de 2025).

Os valores demonstrados nas tabelas representam as maiores perdas e os maiores ganhos na carteira consolidada dentre os cenários da série histórica utilizados na simulação.

Seguem os resultados do teste retrospectivo de estresse da carteira consolidada de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do conglomerado.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Estimativas de maiores perdas do teste retrospectivo de estresse – Carteira consolidada

Fator de risco	30.06.2026		31.12.2025	
	Exposição	Estresse ⁽¹⁾	Exposição	Estresse ⁽¹⁾
Moedas estrangeiras	(393.280)	(7.990)	(660)	(12.489)
Taxa de juros	9.261.374	(415.586)	12.210.431	(442.889)
Total	8.868.094	(423.575)	12.209.771	(455.378)

Estimativas de maiores ganhos do teste retrospectivo de estresse – Carteira consolidada

Fator de risco	30.06.2026		31.12.2025	
	Exposição	Estresse ⁽¹⁾	Exposição	Estresse ⁽¹⁾
Moedas estrangeiras	(393.280)	13.420	(660)	8.902
Taxa de juros	9.480.055	336.668	12.210.431	361.291
Total	9.086.775	350.088	12.209.771	370.193

⁽¹⁾ Os testes de estresse otimista e pessimista para o grupo de ações é feito somente sob o índice BOVESPA.

(v) Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito à estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** Preços definidos considerando metodologias padronizadas de marcação a mercado a partir de informações públicas observáveis; e
- **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, classificados nos diferentes níveis hierárquicos de mensuração pelo valor justo:

	30.06.2026				31.12.2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado - Títulos e valores mobiliários (Nota 12a)	15.976.866	2.841.577	258.738	19.077.181	14.023.042	2.907.570	254.901	17.185.513
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Títulos e valores mobiliários (Nota 12a)	3.811.426	2.032.804	314.122	6.158.352	7.676.197	3.419.186	319.500	11.414.883
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 13a)	12.044	8.293.866	-	8.305.910	17.558	3.523.290	-	3.540.848
Hedge de operações de crédito ⁽¹⁾	-	19.849.058	-	19.849.058	-	19.579.583	-	19.579.583
Total	19.800.336	33.017.305	572.860	53.390.501	21.716.797	29.429.629	574.401	51.720.827
Passivo								
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado - Outros passivos (Nota 21)	-	(3.886.408)	-	(3.886.408)	-	(1.395.456)	-	(1.395.456)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 13a)	(14.659)	(9.267.743)	-	(9.282.402)	(18.497)	(4.021.050)	-	(4.039.547)
Total	(14.659)	(13.154.151)	-	(13.168.810)	(18.497)	(5.416.506)	-	(5.435.003)

⁽¹⁾ Referem-se a operações mensuradas ao valor justo pela estrutura de hedge accounting (Nota explicativa nº 13f).



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

(vi) Movimentação do nível 3

	Saldo em 31.12.2025	Total de ganho / (perdas)		Aquisições	Liquidações	Saldo em 30.06.2026
		Resultado	Outros resultados abrangentes			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado - Títulos e valores mobiliários	254.901	3.022	-	1.133	(319)	258.737
Ações	9.833	-	-	-	(319)	9.514
Cotas de fundos de investimentos	245.068	3.022	-	1.133	-	249.223
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Títulos e valores mobiliários	319.500	-	5.432	-	(10.809)	314.123
Ações	239.836	-	-	-	-	239.836
Cotas de Fundos de Investimentos	6.605	-	351	-	-	6.956
Debêntures	59.356	-	5.081	-	(10.809)	53.628
Notas promissórias	13.703	-	-	-	-	13.703
Total	574.401	3.022	5.432	1.133	(11.128)	572.860

	Saldo em 31.12.2024	Total de ganho / (perdas)		Aquisições	Liquidações	Saldo em 30.06.2025
		Resultado	Outros resultados abrangentes			
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado - Títulos e valores mobiliários	259.192	(14.622)	-	4.670	(337)	248.903
Ações	9.803	364	-	-	(337)	9.830
Cotas de fundos de investimentos	249.389	(14.986)	-	4.670	-	239.073
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Títulos e valores mobiliários	666.691	-	(21.888)	-	(70.896)	573.907
Ações	472.907	-	-	-	-	472.907
Cotas de fundos de investimentos	7.450	-	(1.006)	-	-	6.444
Debêntures	100.345	-	(20.882)	-	(3.311)	76.152
Notas promissórias	67.585	-	-	-	(67.585)	-
Mútuo	18.404	-	-	-	-	18.404
Total	925.883	(14.622)	(21.888)	4.670	(71.233)	822.810

(1) Estes ativos foram reclassificados entre os níveis 2 e 3 devido a revisão periódica da hierarquia.

Análise de sensibilidade - Nível 3

Fator de risco	Conceito	Exposição	Choque da taxa básica de juros			
			30.06.2026		31.12.2025	
			+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	53.627	(1.118)	1.096	(1.287)	1.261
Outros	Risco de variação de preços de ações e fundos	519.233	-	-	-	-

Aplicação de choques paralelos nas curvas de taxas básicas de juros, com objetivo de simular efeitos no valor justo dos instrumentos classificados em Nível 3 diante de cenários eventuais, os quais consideram possível oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado. Para efeito de simulação, são considerados dois cenários eventuais nos quais a taxa básica de juros sofreria aumento ou redução de 100 pontos base.

Os choques paralelos de curva são aplicados apenas aos instrumentos cujo valor econômico apresenta dependência direta das estruturas a termo de taxas de juros. Ações e fundos de investimento não são considerados sensíveis a esse fator de risco de forma direta, uma vez que seus preços são determinados predominantemente por fatores de mercado, expectativas de resultados, prêmios de risco e estratégias de gestão. Embora alterações nas taxas de juros possam influenciar indiretamente seus valores, não existe uma relação linear e mensurável equivalente à observada em instrumentos de renda fixa, motivo pelo qual esses ativos não são reprecificados diretamente nos cenários de choque paralelo da curva de juros.

Nesse movimento, as posições de ações e fundos de investimento correspondem a 89% do total de ativos classificados no Nível 3, enquanto que os instrumentos de renda fixa correspondem a 11% desse total.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

(vii) Valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	30.06.2026		31.12.2025	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	85.226.912	85.226.862	72.967.959	72.670.412
Depósitos no Banco Central do Brasil (Nota 10)	2.818.814	2.818.814	2.743.828	2.743.828
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 9)	795.659	795.659	346.028	346.028
Títulos e valores mobiliários (Nota 12a)	17.579.124	17.579.074	13.451.279	13.329.228
Ativos financeiros com acordo de revenda (Nota 11)	11.026.845	11.026.845	5.312.740	5.312.740
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro (Nota 14a) ¹	52.686.067	52.686.067	50.651.934	50.476.438
Outros ativos financeiros (Nota 17)	320.403	320.403	462.150	462.150
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado (Nota 22)	(124.962.174)	(123.682.964)	(117.055.281)	(119.562.421)
Operações com acordo de recompra (Nota 22a)	(18.460.894)	(19.615.244)	(19.001.163)	(22.294.260)
Passivos financeiros ao custo amortizado associados a ativos financeiros transferidos (Nota 14h.1)	(7.836.021)	(7.821.012)	(7.371.597)	(6.697.220)
Depósitos de clientes (Nota 22b)	(27.444.003)	(26.765.007)	(26.392.549)	(25.856.102)
Obrigações por empréstimos (Nota 22c)	(5.195.193)	(3.722.766)	(2.458.882)	(2.918.077)
Obrigações por repasses (Nota 22d)	(1.621.251)	(1.398.088)	(1.944.783)	(1.370.781)
Títulos emitidos (Nota 22e)	(56.643.805)	(56.367.687)	(51.940.893)	(52.084.921)
Passivos subordinados (Nota 22f)	(4.205.380)	(4.445.082)	(4.149.996)	(4.545.320)
Outros passivos financeiros (Nota 22g)	(3.555.627)	(3.548.078)	(3.795.418)	(3.795.740)
Total	(39.735.262)	(38.456.102)	(44.087.322)	(46.892.009)

⁽¹⁾ Exclui as operações mensuradas ao valor justo pela estrutura de *hedge accounting* (Nota explicativa nº [13f](#)).

Hierarquia de Valor Justo dos Instrumentos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado:

30.06.2026	Nível I	Nível II
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	9.624.946	7.954.128
Títulos e valores mobiliários	9.624.946	7.954.128
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	-	(123.682.964)
Operações com acordo de recompra	-	(19.615.244)
Passivos financeiros ao custo amortizado associados a ativos financeiros transferidos	-	(7.821.012)
Depósitos de clientes	-	(26.765.007)
Obrigações por empréstimos	-	(3.722.766)
Obrigações por repasses	-	(1.398.088)
Títulos emitidos	-	(56.367.687)
Passivos subordinados	-	(4.445.082)
Outros passivos financeiros	-	(3.548.078)

31.12.2025	Nível I	Nível II
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	7.683.831	56.121.835
Títulos e valores mobiliários	7.683.831	5.645.397
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	-	50.476.438
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	-	(119.562.421)
Operações com acordo de recompra	-	(22.294.260)
Passivos financeiros ao custo amortizado associados a ativos financeiros transferidos	-	(6.697.220)
Depósitos de clientes	-	(25.856.102)
Obrigações por empréstimos	-	(2.918.077)
Obrigações por repasses	-	(1.370.781)
Títulos emitidos	-	(52.084.921)
Passivos subordinados	-	(4.545.320)
Outros passivos financeiros	-	(3.795.740)

Métricas utilizadas na determinação do valor justo dos principais instrumentos financeiros

Aplicações em depósitos interfinanceiros: Para as operações deste grupo, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo, por se tratar de operações de curto prazo na sua maioria.

Ativos financeiros com acordo de revenda: Para as operações deste grupo, considerou-se o valor justo da garantia.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de “ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado” e “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” são contabilizados pelo seu valor justo. Para títulos públicos, utilizam-se preços de mercado observáveis, enquanto, para títulos privados, são aplicadas metodologias padronizadas de marcação a mercado, geralmente baseadas no método de fluxo de caixa descontado. Para o cálculo do valor justo, as técnicas supracitadas também são aplicadas para os títulos classificados na categoria “ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado”.

Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro: As operações de crédito alocadas em programas de hedge accounting, do tipo hedge de risco de mercado, são contabilizadas pelo seu valor justo. Para as operações de arrendamento mercantil, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes e para as demais operações, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente do valor justo.

Depósitos: Para as operações de depósitos a prazo, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes. Para os depósitos a vista, considerou-se como valor justo o próprio valor contábil.

Passivos financeiros com acordo de recompra: Para as captações em taxas pós-fixadas, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo. Para as operações pré-fixadas, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

Obrigações por empréstimos e repasses: Para as operações pré-fixadas, o valor justo é apurado a partir do cálculo dos fluxos de caixa contratados, descontados considerando as taxas de mercado vigentes. Para operações pós-fixadas, considerou-se o valor contábil como uma aproximação equivalente ao valor justo.

Títulos emitidos: Para as captações em taxas pós-fixadas, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo. Para as operações pré-fixadas, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

Passivos subordinados: Para as operações deste grupo, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

c) Risco de liquidez

(i) Definição

O risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de o conglomerado não conseguir cumprir suas obrigações financeiras, tanto esperadas quanto inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de o conglomerado não conseguir negociar a preços de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

(ii) Gestão do risco de liquidez

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez envolve identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e propor ações de mitigação dos riscos associados ao conglomerado prudencial. As principais práticas incluem:

- Manutenção de nível adequado de ativos livres com alto grau de monetização e uso de parâmetro referencial de liquidez (caixa operacional);
- Gestão do perfil de descasamento temporal entre passivos e ativos, captações e operações de crédito concedidas, otimizando a alocação de recursos próprios e minimizando o risco de liquidez;
- Otimização da diversificação das fontes de captação, monitorando a concentração dos provedores de *funding*, e pela prática de remuneração em aderência aos níveis praticados no mercado para recursos de terceiros, e ao nível de retorno esperado pelos acionistas para os recursos próprios.

O conglomerado mantém plano de contingência estruturado e revisado periodicamente com o objetivo de possibilitar, a curto prazo, a recomposição dos níveis pré-estabelecidos de caixa, com a atribuição de responsáveis e instrumentos.

Adicionalmente, são realizadas análises da viabilidade de recompra de instrumentos elegíveis a capital com cláusulas de resgate, sempre que pertinente.

A gestão da liquidez do conglomerado é de responsabilidade da área de tesouraria e a gestão do risco de liquidez é realizada pela área de riscos que avalia e monitora o risco da companhia, estabelecendo os processos, ferramentas e limites necessários para a geração e análise de cenários prospectivos e o acompanhamento e adequação aos níveis de apetite a este risco estabelecido pela Alta Administração.

As principais medidas objetivas para a gestão e controle de riscos de liquidez incluem:

- **Limite referencial de liquidez e caixa mínimo operacional:** envolve o estabelecimento de intervalos e patamares mínimos aceitáveis, configurando limites prospectivos para cenários adversos de liquidez;



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- **Cenários de vencimento:** envolvem a apuração do perfil futuro de liquidez, baseando-se na premissa de vencimento das carteiras atuais e na análise de todos os fluxos de caixa;
- **Cenários orçamentários:** apuração do perfil futuro de liquidez com premissas consistentes com o planejamento orçamentário, baseando-se na rolagem das carteiras atuais;
- **Cenários de estresse:** simulações do impacto nas carteiras decorrente de condições extremas de mercado e/ou mudanças na dinâmica e composição das carteiras, que possam alterar significativamente os cenários projetados de liquidez;
- **Análises de sensibilidade:** simulações de sensibilidade no perfil futuro de liquidez em função de pequenas oscilações nas condições de mercado e/ou na dinâmica e composição das carteiras; e
- **Perfil de concentração de captação:** acompanhamento do perfil de concentração das carteiras, em termos de volumes, prazos, instrumentos, segmentos e contrapartes.

O Indicador de liquidez de curto prazo (LCR) é uma métrica regulatória que tem por objetivo mostrar que as instituições financeiras possuem recursos de alta liquidez para resistir a um cenário de estresse num horizonte de 30 dias, mediante critérios estabelecidos pela regulamentação.

Em 30 de junho de 2026, a média do LCR foi de 170%, acima do requisito mínimo regulamentar que é de 100%.

Indicador de liquidez de curto prazo (R\$ milhões)	30.06.2026	31.12.2025
LCR	170%	174%
Total HQLA ⁽¹⁾	17.359	14.991
Total de saídas líquidas de caixa	10.187	8.613

⁽¹⁾ Refere-se a ativos de alta liquidez, que se mantêm líquidos nos mercados durante períodos de estresse e que atendem alguns requisitos mínimos definidos pela Circular BACEN nº 3.749/2015.

Adicionalmente, a companhia adota processo estruturado de comunicação dos assuntos relacionados ao gerenciamento de riscos de liquidez. Este processo de comunicação compreende:

- A emissão periódica de relatórios objetivos, nos quais são apresentados os cenários de liquidez e a evolução do perfil das carteiras de captação, bem como demonstrados os níveis de utilização de limites autorizados; e
- A realização periódica dos fóruns colegiados de acompanhamento, em observância às alçadas decisórias.

d) Risco operacional

(i) Definição

O risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, incluindo o uso indevido de dados pessoais, conforme previsto em lei;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo conglomerado;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades do conglomerado ou descontinuidade dos serviços prestados, incluindo o de pagamentos;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo conglomerado, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento.

(ii) Gerenciamento do risco operacional

O gerenciamento do risco operacional tem como objetivo apoiar a gestão dos negócios por meio da avaliação e controle do risco, da captura e gestão das perdas operacionais e da mensuração do capital alocado para risco operacional, possibilitando a priorização e implantação de planos de melhoria de processos, de acordo com os níveis de tolerância ao risco definidos pela Alta Administração.

As funções de gerenciamento de risco operacional incluem modelagem e controle do risco, monitoramento da efetividade dos controles, plano de continuidade de negócios e gestão de crises. Essas atividades abrangem toda a cadeia de negócios, desde o desenvolvimento de produtos até o pós-venda e são realizadas por unidades funcionais especializadas com equipes capacitadas e atribuições definidas.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

e) Risco social, ambiental e climático

(i) Definição

Em linha com o arcabouço regulatório do Banco Central do Brasil, em especial a Resolução CMN nº 4.943/21, o risco social, ambiental e climático corresponde à possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição decorrentes de eventos associados a aspectos sociais, ambientais ou climáticos.

O risco social está relacionado à possibilidade de perdas decorrentes de eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum. O risco ambiental refere-se à possibilidade de perdas associadas à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O risco climático é dividido em duas vertentes: risco de transição e risco físico. O risco de transição está relacionado à possibilidade de perdas decorrentes de eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono. O risco físico, por sua vez, decorre da possibilidade de perdas associadas à ocorrência de intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo que possam estar relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

(ii) Gerenciamento do risco social, ambiental e climático

A gestão integrada do risco social, ambiental e climático do Conglomerado é realizada por meio de estrutura dedicada à identificação, classificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle desses riscos, em conformidade com o arcabouço regulatório aplicável, incluindo a Resolução CMN nº 4.943/21 e a Resolução CMN nº 4.945/21.

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) orienta a atuação da Instituição nas práticas sociais, ambientais e climáticas adotadas nos negócios e nos relacionamentos com clientes, fornecedores, parceiros, investidas e demais partes interessadas. As iniciativas e informações relativas à gestão dos riscos sociais, ambientais e climáticos são divulgadas no Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC) e remetidas ao Banco Central do Brasil por meio do Documento de Risco Social, Ambiental e Climático (DRSAC).

O banco BV avalia os aspectos sociais, ambientais e climáticos de clientes, fornecedores, parceiros, investidas, garantias imobiliárias, fontes de captação, novos produtos e serviços, bem como operações de financiamento de projetos, de forma a subsidiar a tomada de decisão pelas áreas competentes. Essas análises consideram, entre outros fatores, o atendimento à legislação socioambiental, as condições de trabalho, o uso de recursos naturais, a gestão de resíduos, a exposição a riscos climáticos físicos e de transição, além da maturidade da contraparte na gestão de seus impactos sociais, ambientais e climáticos.

O Apetite de Riscos (RAS) do banco BV contempla indicador específico para os riscos social, ambiental e climático. Seu aspecto quantitativo é monitorado mensalmente e reportado aos fóruns de governança competentes, incluindo comitês de riscos e o Conselho de Administração (CA). Adicionalmente, o aspecto qualitativo do indicador contempla políticas e *statements* que reforçam a posição do CA quanto ao apetite ao risco da Instituição.

A Instituição mantém normativos internos que estabelecem critérios, regras e procedimentos para a análise e o monitoramento do risco social, ambiental e climático. As avaliações podem resultar no estabelecimento de condicionantes, restrições ou proibições de relacionamento com contrapartes cujas práticas sejam incompatíveis com as políticas da Instituição ou cuja governança em sustentabilidade não seja compatível com seu nível de impacto social, ambiental e climático. Adicionalmente, a Instituição elenca setores e atividades proibidos ou restritos e considera limites máximos de concentração para determinados setores econômicos de maior risco socioambiental potencial.

Informações adicionais sobre o gerenciamento do risco social, ambiental e climático estão disponíveis no website de Relações com Investidores do banco BV:

<https://ri.bv.com.br/informacoes-aos-investidores/relatorio-esg/>

3) Gestão de capital

A gestão do capital no conglomerado visa garantir a conformidade com os limites regulatórios e estabelecer uma base sólida de capital que suporte o desenvolvimento dos negócios e operações, alinhada à RAS e ao plano estratégico do conglomerado.

O conglomerado dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovadas pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- **Gestão contínua de capital:** Planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para suportar riscos relevantes;
- **Diretrizes:** Políticas e estratégias documentadas;
- **Fóruns específicos:** Para desenvolvimento de estratégias e gestão do uso do capital;
- **Plano de capital trienal:** Metas, projeções de capital, principais fontes de captação e plano de contingência;
- **Testes de estresse:** Avaliação dos impactos no capital;
- **Relatórios gerenciais:** Informações para a Alta Administração (diretoria e Conselho de Administração);



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- **Avaliação de suficiência de capital:** Perspectivas regulatórias e econômicas; e
- **Reporte ao Regulador:** Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.

Ressalta-se que o ICAAP é realizado em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017, Circular nº 3.911/2018 e Carta-Circular BACEN nº 3.907/2018 e suas atualizações, e disponibilizado ao BACEN anualmente, abrangendo o Plano de Capital, Teste de Estresse, Plano de Contingência de Capital e gestão e avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que o Banco está exposto, entre outros temas.

Adicionalmente, são realizadas análises de viabilidade de recompra de instrumentos elegíveis a capital com cláusulas de resgate, sempre que pertinente.

(i) Capital regulamentar

O Capital regulamentar, classificado como Patrimônio de Referência (PR), é o patrimônio utilizado como base para verificação do cumprimento dos limites operacionais das instituições financeiras.

O conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III abordou, principalmente, seguintes assuntos:

- Metodologia de apuração do capital regulamentar (PR), que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;
- Metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de capital regulamentar (PR), de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal (ACP). O ACP é composto pelas parcelas de ACPConservação, ACPContracíclico e ACPSistêmico.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o conglomerado prudencial.

(ii) Índices de capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

- Índice de Basileia (PR / RWA);
- Índice de Capital Principal (Capital Principal / RWA); e
- Índice de Nível I (Nível I / RWA).

A Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.748/2015, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total do conglomerado. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução nº 4.615/2017 do Conselho Monetário Nacional.

A Resolução CMN nº 4.955/2021 e suas atualizações definem os itens referentes aos ajustes prudenciais deduzidos de forma integral do Patrimônio de Referência, observados na apuração dos índices de solvência e demais indicadores prudenciais estabelecidos, citados anteriormente.

(iii) Ativo ponderado pelo risco – RWA

Para fins de cálculo do requerimento mínimo de capital, apura-se o RWA, conforme definido pela Resolução CMN nº 4.958/2021, é composto pela soma dos ativos ponderados pelo risco referentes aos riscos de crédito (RWACPAD), mercado (RWAMPAD) e operacional (RWAOPAD).

A partir de julho de 2023, passou a vigorar a Resolução BCB nº 229/2022, que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco de crédito (RWACPAD), em substituição à Circular nº 3.644/2013. Esse novo normativo aprimora e consolida procedimentos para apuração do RWACPAD, refletindo recomendações do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária (BCBS) contidas no documento “Basel III: Finalising post crisis reforms”.

A partir de janeiro de 2024, passou a vigorar a Resolução BCB nº 202/2022 para conglomerados Tipo 1 (S2 ao S4), que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelos riscos associados a serviços de pagamento (RWASP).

(iv) Suficiência de capital (Visão regulatória)

A análise da suficiência de capital na visão regulatória tem como objetivo avaliar se a companhia possui Patrimônio de Referência (Capital Disponível) em nível superior ao capital exigido para cobertura dos riscos de Pilar I, acrescido da exigência adicional para cobertura do risco de variação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (IRRBB) conforme a Resolução BCB nº 48/2020.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

São apresentadas a seguir as informações do Índice de Basileia do conglomerado prudencial:



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Índice de Basileia	30.06.2026	31.12.2025
PR – Patrimônio de Referência	14.689.382	15.039.229
Nível I	13.321.170	13.730.470
Capital complementar	2.414.785	2.256.203
Capital principal	10.906.385	11.474.267
Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	13.876.242	14.105.915
Ajustes prudenciais ⁽²⁾	(2.969.857)	(2.631.648)
Outros	(2.969.394)	(2.631.069)
Ajustes a valor justo	(463)	(579)
Nível II	1.368.212	1.308.759
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	1.368.212	1.308.759
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.955/2021 ⁽³⁾	1.368.212	1.308.759
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	92.521.086	89.968.923
Risco de crédito (RWACPAD)	79.463.152	80.354.765
Risco de mercado (RWAMPAD)	1.178.327	753.264
Risco operacional (RWAOPAD)	11.837.250	8.814.863
Risco de serviços de pagamento (RWASP) ⁽⁴⁾	42.357	46.031
Patrimônio de referência mínimo requerido	7.401.687	7.197.514
Capital principal mínimo requerido ⁽⁵⁾	4.163.449	4.048.602
Patrimônio de referência nível I mínimo requerido ⁽⁶⁾	5.551.265	5.398.135
PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBN)	1.312.121	730.259
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido	7.287.695	7.841.714
Margem sobre o capital mínimo requerido	6.742.936	7.425.665
Margem sobre o patrimônio de referência nível I mínimo requerido	7.769.905	8.332.334
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido incluído RBN e ACP ⁽⁷⁾	3.662.546	4.862.232
Índice de capital principal (CP / RWA)	11,79 %	12,75 %
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	14,40 %	15,26 %
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,88 %	16,72 %
Razão de Alavancagem	8,71 %	9,47 %

⁽¹⁾ Conforme artigo art. 4º, § 2º da Resolução CMN nº 4.955/2021, os valores relativos aos ajustes ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para *hedge* de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a valor justo registrados contabilmente não compõem a base de cálculo para fins de apuração do Patrimônio de Referência. Os montantes informados contemplam esses ajustes.

⁽²⁾ Consideram os efeitos da aplicação do § 10 do Art.5º da Resolução CMN nº 4.955/2021, que autoriza às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal, os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar *hedge* para sua participação em investimentos no exterior no seguinte cronograma: I - no mínimo 50% (cinquenta por cento), até 30 de junho de 2022; II - 100% (cem por cento), até 31 de dezembro de 2022 e III - 100% (cem por cento), permanece a partir de janeiro de 2023.

⁽³⁾ Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada emitidos anteriormente à Resolução CMN nº 4.955/2021 com a aplicação dos redutores estabelecidos no art. 27 da referida Resolução.

⁽⁴⁾ Parcela relativa aos riscos associados a serviços de pagamento, que passa a integrar o RWA a partir de março de 2024, quando a Acesso Soluções S.A. passou a ser consolidada no conglomerado prudencial.

⁽⁵⁾ Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8% do RWA.

⁽⁶⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

⁽⁷⁾ Representa o mínimo de 6% do RWA.

Ajustes prudenciais deduzidos do capital principal:

	30/06/2026	31.12.2025
Ajuste prudencial I - Ágios pagos	(289.416)	(307.842)
Ajuste prudencial II - Ativos intangíveis	(1.380.487)	(1.333.953)
Ajuste prudencial VIII - Crédito tributário de prejuízo fiscal e de base negativa	(1.299.491)	(989.274)
Ajuste prudencial XV – Diferença a menor – Ajustes da Resolução CMN 4.277/2013	(463)	(579)
Total	(2.969.857)	(2.631.648)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Índice de imobilização

O índice de imobilização do conglomerado prudencial totalizou 3,93% (4,87% em 31 de dezembro de 2025). (5,20% em 31 de dezembro de 2024), sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.957/2021.

	30.06.2026	31.12.2025
Limite para imobilização	7.344.691	7.519.614
Valor da situação para o limite de imobilização	577.048	732.270
Valor da margem ou insuficiência	6.767.643	6.787.344

(v) Gestão de ativos e passivos

O Comitê de ALM e Tributos é responsável pela gestão dos riscos estruturais de taxa de juros, taxa de câmbio e de liquidez, assim como pela gestão do capital, que busca aperfeiçoar a relação risco versus retorno e maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Índice de Solvabilidade (Basileia).

A exposição do conglomerado ao risco de moeda de estrangeira, apresentado em milhares de Reais, é de:

Moeda	Instrumentos on balance - Saldo contábil na data-base			
	30.06.2026		31.12.2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Dólar	6.907.142	(15.642.976)	6.028.737	(11.363.820)
Euro	486.939	(638.049)	414.793	(161.234)
Iene	266.036	(36.345)	267.160	(7.242)
Outras	1.485	(995.137)	754	(2.800)
Total	7.661.602	(17.312.507)	6.711.444	(11.535.096)
Posição líquida - instrumentos on balance		(9.650.905)		(4.823.652)

Moeda	Derivativos (instrumentos off balance)			
	30.06.2026		31.12.2025	
	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva
Dólar	18.219.344	(12.592.411)	18.566.194	(16.542.058)
Euro	732.970	(736.585)	342.155	(628.249)
Iene	61.631	(272.348)	187.566	(443.924)
Total	19.013.945	(13.601.344)	19.095.915	(17.614.231)
Posição líquida - derivativos (instrumentos off balance)	5.412.601		1.481.684	

Resumo	30.06.2026	31.12.2025
	Posição líquida	
Por moeda		
Dólar	(3.108.901)	(3.310.947)
Euro	(154.726)	(32.536)
Iene	18.975	3.561
Outras	(993.652)	(2.046)
Posição líquida total	(4.238.304)	(3.341.968)
Por totais - instrumentos on balance e off balance		
Ativo	26.675.548	25.807.360
Passivo	(30.913.852)	(29.149.328)
Posição líquida total	(4.238.304)	(3.341.968)

36. MEIO AMBIENTE, SOCIAL E GOVERNANÇA - PRÁTICAS ESG

a) Governança e regulação

O Banco estabeleceu seus compromissos ESG de longo prazo, até 2030, chamado de “Pacto por um Futuro Mais Leve”, que define cinco metas públicas que vão direcionar as ações do conglomerado, divididas em três pilares: mudanças climáticas, negócios sustentáveis e diversidade. Além disso, o Banco inseriu metas de sustentabilidade na remuneração variável dos executivos e no planejamento estratégico, conforme descrito na nota explicativa 34. O Conselho de Administração aprovou em junho de 2022, a criação do Comitê ASG para assessorá-lo nos aspectos socioambientais.

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática e o Relatório de Sustentabilidade do Banco podem ser consultados em <https://ri.bv.com.br/> e em www.bv.com.br/institucional/sustentabilidade.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Informações adicionais sobre o risco social, ambiental e climático e sua gestão pelo conglomerado estão descritas na nota explicativa 35.2.e

Em outubro de 2024 o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) em conjunto com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu, em suas versões finais, os Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 e nº 02, baseados nos padrões internacionais do International Sustainability Standards Board (ISSB), que tem como principal objetivo desenvolver padrões globais de divulgação de sustentabilidade. Esses padrões buscam fornecer informações de alta qualidade e comparáveis globalmente sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, atendendo as necessidades dos investidores e dos mercados financeiros.

b) Meio ambiente

O banco BV é um dos principais bancos financiadores de placas fotovoltaicas para energia solar de uso residencial e em 30 de junho de 2026 essa carteira é de R\$ 3.478.439 (R\$ 3.707.649 em 31 de dezembro de 2025).

No período findo em 30 de junho de 2026, o banco BV realizou emissões de títulos verdes (Letras Financeiras e CDB green) no montante de R\$ 752.113. No quadro a seguir, são demonstradas as emissões realizadas pelo banco BV ao longo dos anos, considerando apenas as operações vigentes:

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Ano vencimento	30.06.2026	31.12.2025
Depósitos a prazo (Nota 22b)						257.221	854.689
Pós-fixado	R\$	14.302	de 7,15% a 9,92% a.a do IPCA	2025	2028	15.009	4.382
Pós-fixado	R\$	123.466	99% a 102% do DI a.a	2024	2028	127.898	785.377
Pré-fixado	R\$	100.023	de 12,20% a 14,94% a.a.	2024	2028	114.314	64.930
Títulos emitidos (Nota 22d)						5.080.963	4.548.193
Letras de Crédito do Agronegócio						203	-
Pós-fixado	R\$	205	83% a 87% do DI a.a	2025	2029	203	
Letras financeiras						3.942.591	3.198.865
Pós-fixado	R\$	2.789.350	de 0,34% a 1,04% a.a. do DI	2023	2028	3.242.007	2.540.019
Pós-fixado	R\$	416.700	de 5,26% + IPCA	2021	2027	700.584	658.846
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 22c)						1.138.372	1.349.328
Tomados junto a banqueiros no exterior	USD	300.000	de 5,05% a 5,54% a.a. + variação cambial	2022	2029	1.138.372	1.349.328
Total						5.338.184	5.402.882

O banco BV estabeleceu um compromisso público de compensar a totalidade das emissões de CO₂ dos automóveis que financiar. No período findo em 30 de junho de 2026, o banco BV reconheceu no resultado (em Outras despesas operacionais) a provisão de despesas de CO₂, em contrapartida ao passivo correspondente, registrado em Outros passivos - Compensação da emissão de CO₂ por veículos financiados pelo banco BV. O Banco adquiriu créditos de carbono e títulos verdes, representando o total de 14.579 milhões de toneladas de CO₂ (14.579 milhões em 31 de dezembro de 2025), registrado na rubrica de Ativos de sustentabilidade e seu consumo (amortização) é realizado com base no volume de CO₂ produzidos pelos veículos financiados, registrado na rubrica de Despesas de depreciação e amortização.

No quadro a seguir, são demonstrados os efeitos contábeis do registro patrimonial e resultado:

	30.06.2026	31.12.2025
Ativo	64.475	65.666
Ativos intangíveis (Nota 20a)	64.475	65.666
Créditos de carbono e títulos verdes - Valor de custo	119.270	120.461
Créditos de carbono e títulos verdes - Amortização acumulada	(54.795)	(54.795)

	2º Trimestre/ 2026	2º Trimestre/ 2025	1º Semestre/ 2026	1º Semestre/ 2025
Resultado				
Outros resultados operacionais	(4.110)	(1.772)	(8.764)	(9.789)
Consumo de ativos de sustentabilidade	(4.110)	(1.772)	(8.764)	(9.789)
Total	(4.110)	(1.772)	(8.764)	(9.789)

O Banco também faz a compensação das suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), o compromisso é a compensação anual de 100% das emissões de GEE próprias.

c) Social

O banco BV apoia diversos projetos sociais incentivados. A divulgação detalhada sobre responsabilidade social está apresentada no Relatório de Sustentabilidade disponível no site <https://ri.bv.com.br/>.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

37. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Informações de agências no exterior

	30.06.2026		31.12.2025	
	Luxemburgo Branch ⁽¹⁾	Nassau Branch ⁽¹⁾	Luxemburgo Branch ⁽¹⁾	Nassau Branch
Ativo total	8.482.615	1.605.719	8.134.686	1.676.953
Passivo total	(8.482.615)	(1.605.719)	(8.134.686)	(1.676.953)
Passivo	(7.895.368)	-	(7.540.184)	(536)
Patrimônio Líquido	(587.247)	(1.605.719)	(594.502)	(1.676.417)
	1º Semestre/ 2026		1º Semestre/ 2025	
Resultado do período	32.690	15.496	17.267	56.785

⁽¹⁾ Inclui variação cambial.

b) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN n° 3.263/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

c) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Banco e Consolidado	
	Passivos	
	Passivos subordinados	Dividendos e juros sobre capital próprio
Saldo em 31.12.2025	4.149.996	72.250
Variações com efeito de caixa	(251.704)	(540.050)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos ⁽¹⁾	-	(540.050)
Liquidação de passivos subordinados	(251.704)	
Variações sem efeito de caixa	307.088	649.300
Despesas com juros	307.088	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar ⁽¹⁾	-	649.300
Saldo em 30.06.2026	4.205.380	181.500

	Passivos	
	Passivos subordinados	Dividendos e juros sobre capital próprio
	Passivos subordinados	Dividendos e juros sobre capital próprio
Saldo em 31.12.2024	3.188.978	127.500
Variações com efeito de caixa	(55.623)	(312.500)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos ⁽¹⁾	-	(312.500)
Recursos provenientes de novas captações	(55.623)	-
Variações sem efeito de caixa	297.781	325.250
Despesas com juros	297.781	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar ⁽¹⁾	-	325.250
Saldo em 30.06.2025	3.431.136	140.250

⁽¹⁾ Valor líquido de impostos.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

d) Pilar dois da organização para a cooperação e desenvolvimento econômico

O banco BV está sujeito às regras do Pilar Dois da OCDE (Global Anti-Base Erosion Rules - GloBE), que visam assegurar uma tributação mínima efetiva de 15% para grupos multinacionais. No Brasil, essas regras foram incorporadas à legislação por meio da Lei nº 15.079/2024, com a instituição do Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), estruturado para se qualificar como um *Qualified Domestic minimum Top-up Tax* (QDMTT), com vigência a partir de 2025. O banco BV acompanha os impactos decorrentes da aplicação dessas regras, cuja apuração é realizada anualmente.

e) Reforma tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo introduziu novo modelo de tributação indireta no Brasil, baseado na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, em substituição gradativa aos tributos atualmente incidentes sobre o consumo

O período de transição teve início em 1º de janeiro de 2026 e compreende etapa de implementação gradual do novo sistema, incluindo o cumprimento das obrigações acessórias previstas na legislação e na regulamentação aplicável, sem recolhimento efetivo dos novos tributos durante o exercício de 2026.

Ao longo de 2026 foram publicados atos regulamentares complementares destinados a disciplinar aspectos operacionais e obrigações acessórias relacionadas ao novo regime tributário, ampliando o detalhamento para sua implementação.

O Banco acompanha continuamente a evolução normativa e regulatória da Reforma Tributária e mantém programa estruturado de adequação dos seus processos, sistemas e controles internos, com o objetivo de assegurar conformidade aos novos requisitos legais e mitigar eventuais impactos operacionais, fiscais, contábeis e tecnológicos decorrentes da transição, cujo cronograma está previsto para se estender até 2033

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio

Em 24 de julho de 2026, ocorreu o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante líquido de R\$ 181.500, em relação aos resultados apurados no período findo em 30 de junho de 2026.

A DIRETORIA

Rodrigo Andrade de Moraes - Contador - CRC 1SP-220814/O-6

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 5B8CAF66-EE63-8B73-8225-EFBF6044582C
 Assunto: Complete com a Docusign: BCOVOTORANTIMJUN26_IAS34.pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 103
 Certificar páginas: 2
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Leandro Pacheco
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmino Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
 leandro.pacheco@pwc.com
 Endereço IP: 201.44.251.133

Rastreamento de registros

Status: Original
 10 de agosto de 2026 | 23:38
 Status: Original
 10 de agosto de 2026 | 23:46

Portador: Leandro Pacheco
 leandro.pacheco@pwc.com
 Portador: CEDOC Brasil
 BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

Local: DocuSign
 Local: DocuSign

Eventos do signatário

Paulo Pecht
 paulo.pecht@pwc.com
 PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil
 Emissor: AC SERASA RFB v5
 Assunto: CN=PAULO RODRIGO
 PECHT:25185992824

Assinatura

DocuSigned by:

 9C81F2ABFC0F4E8...

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo
 Usando endereço IP: 20.226.46.50

Política de certificado:
 [1]Certificate Policy:
 Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.10
 [1,1]Policy Qualifier Info:
 Policy Qualifier Id=CPS
 Qualifier:
<http://publicacao.certificadodigital.com.br/repositorio/dpc/declaracao-rfb.pdf>

Registro de hora e data

Enviado: 10 de agosto de 2026 | 23:38
 Visualizado: 10 de agosto de 2026 | 23:39
 Assinado: 10 de agosto de 2026 | 23:45

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Leandro Pacheco leandro.pacheco@pwc.com PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 10 de agosto de 2026 23:46 Visualizado: 10 de agosto de 2026 23:46 Assinado: 10 de agosto de 2026 23:46
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	10 de agosto de 2026 23:38
Entrega certificada	Segurança verificada	10 de agosto de 2026 23:39
Assinatura concluída	Segurança verificada	10 de agosto de 2026 23:45
Concluído	Segurança verificada	10 de agosto de 2026 23:45

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------